

**Revista do Instituto Histórico e
Geográfico de Goiás**

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

**Revista do Instituto Histórico e
Geográfico de Goiás**

Nº 21

Goiânia – GO
Kelps, 2010

Copyright © 2010 by Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Editora Kelps

Rua 19 nº 100 — St. Marechal Rondon

CEP 74.560-460 — Goiânia — GO

Fone: (62) 3211-1616

Fax: (62) 3211-1075

E-mail: kelps@kelps.com.br

homepage: www.kelps.com.br

Comissão Técnica

Victor Marques

Diagramação e arte da capa

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas / Elizabeth Caldeira Brito

Revisão

Nelson Santos

Fotos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

BIBLIOTECA MUNICIPAL MARIETTA TELLES MACHADO

R349r Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás /
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. – n. 21 (2009) –
Goiânia : Kelps, 2010.
160 p.: il.

ISSN: 2175-1269

1. História - periódico. 2. Geografia - periódico. I. Título

CDU: 94:911(817.3)(05)

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2010

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

DIRETORIA PARA O BIÊNIO 2009-2011

Presidente: **Aidenor Aires Pereira**

1º Vice-Presidente: **Ruy Rodrigues da Silva**

2º Vice-Presidente: **Geraldo Coelho Vaz**

3º Vice-Presidente: **Luiz Augusto Paranhos Sampaio**

Secretária Geral: **Heloisa Selma Fernandes Capel**

1ª Secretária: **Elizabeth Abreu Caldeira Brito**

2ª Secretária: **Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires**

Tesoureiro: **Waldomiro Bariani Ortencio**

2º Tesoureiro: **Augusta Faro Fleury de Melo**

1º Orador Oficial: **Ursulino Tavares Leão**

2º Orador Oficial: **Ana Braga**

1º Bibliotecário: **Eduardo José Reinato**

2º Bibliotecário: **José Ubirajara Galli Vieira**

Diretoria de Museu: **Mary José Yazigi**

Diretoria de Arquivo: **Nancy Ribeiro de Araújo e Silva**

Diretoria da Revista: **Lena Castello Branco Ferreira de Freitas.**

Assessoria de História: **Maria Augusta Sant'Ana de Moraes**

Assessoria de Geografia: **Horieste Gomes**

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE GOIÁS**

CONSELHO EDITORIAL

TITULARES

Lena Castello Branco Ferreira Freitas
Heloisa Selma Fernandes Capel
José Fernandes
José Mendonça Teles
Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

SUPLENTE

Antônio César Caldas Pinheiro
Antônio Teixeira Neto
José Eduardo Reinato
Elizabeth Abreu Caldeira Brito
Jadir de Moraes Pessoa
Noé Freire Sandes

Apresentação

CAMINHANDO E FAZENDO CAMINHO

Chegamos ao número 21 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Ao ultrapassar a segunda dezena de edições, festejamos a continuidade, ainda que com alguns interstícios, dos esforços do Instituto, que completou este ano 77 de existência, em preservar a memória histórica, geográfica e cultural de Goiás. Os trabalhos dos fundadores e dos associados que se sucederam nesse tempo apontam para esforços de preservação da memória, seja em documentos, registros materiais ou continuado estudo da realidade goiana. Ensaíam também um conseqüente olhar sobre a caminhada dessas ciências no interior do país. Os estudos históricos e geográficos desenvolvidos pelos membros do Instituto vão construindo, passo a passo, um patrimônio de experiência e saber que identificam o fazer da instituição e procuram compreender as sensibilidades e as representações vislumbradas neste caminhar. Ao mesmo tempo situa um lócus, Goiás, no contexto do processo da própria construção da nacionalidade. Isso, a partir de suas raízes lusitanas, afro-indígenas, enriquecidas com aportes de inúmeras etnias e nacionalidades chegantes, que se caldeiam em uma, por assim dizer, alquimia original. Abrem-se aí inúmeras fronteiras e entrelaçamentos para convivência harmônica das diversidades. Por isso, a compreensão das diferenças que comparecem na revista durante toda sua existência e, agora, acentuada pela expectativa de uma periodicidade mais regular. Acolhe em suas páginas, por conseguinte, o depoimento tradicional, os lampejos da actância micro-histórica e a contribuição científica de acadêmicos e pesquisadores, iluminada pelas visões da nova história e

dos questionamentos da pós-modernidade. Neste número comparecem os artigos: **Colombo e os empreendimentos de sua vida**, de Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles, saudosa associada, pioneira dos modernos estudos históricos e notável educadora, que nos deixou recentemente. **Momentos de fundação**, do professor, doutor Noé Freire Sandes que, em seminário sobre as repercussões, em Goiás, da transmigração da corte portuguesa para o Brasil, 1808, situa o evento na diacronia e conexão da história lusitana proteizada nas terras da América. Bento de Araújo Jayme Fleury Curado contempla no artigo **Livros e bibliotecas em terras goianas**, as peculiaridades da experiência bibliográfica em nossa terra. **Museu Antropológico: memória e história** é texto de importante contribuição testemunhal, assinado por Juarez da Costa Barbosa e Lena Castello Branco Ferreira de Freitas. O artigo **Caminho místico do Brasil e o zoneamento do sonho de Dom Bosco** assinala a contribuição simbólica e holística da associada arquiteta e urbanista Narcisa de Abreu Cordeiro Pires. Em espaço oferecido à criação literária, estampa-se o soneto **A benção, Loures** do associado, poeta, prosador e mestre cordelista Paulo Nunes Batista. Inclui-se também neste número importante palestra **O conto popular na literatura de cordel** de Bráulio Nascimento, efetiva contribuição ao estudo do imaginário e suas representações nesta modalidade narrativa. Na seção Documentos, **Diário de um médico do Século XIX: Dr. Malaquias Antônio Gonçalves**, vem enriquecido com os aportes especializados do médico historiador Joffre Marcondes de Rezende e da historiadora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas. Igualmente rico, o texto **Crônicas de uma viagem ao país do Anhanguera**, de Antônio de Oliveira Costa, publicado em “A República”, de Natal, em agosto de 1942. Finalizando, a este número acrescentou-se uma galeria de fotos, o relatório das atividades de 2009 e o quadro de associados atualizado até dezembro. Esperamos que da leitura surjam opiniões, críticas e sugestões no sentido de aperfeiçoarmos desta que é a mais permanente publicação goiana nos temas históricos e geográficos. Solicitamos às instituições congêneres intercâmbio de publicações; aos associados e pesquisadores, mantemos as portas abertas para suas

contribuições. Agradeço, nesta ocasião, especialmente o cuidadoso trabalho da direção da revista, na pessoa da historiadora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, ao conselho editorial, a todos os associados e aos funcionários encarregados de viabilizar os trâmites de confecção da revista, Elizabeth Caldeira Brito, Juliana Barsi e Juliana Cruvinel. Agradeço, finalmente, nossos parceiros e apoiadores: governador Alcides Rodrigues, prefeito Iris Resende, senador Marconi Perillo, Arroz Cristal, Flamboyant Shopping Center e Antônio Almeida/ editora Kelps.

Goiânia, dezembro de 2009.

AIDENOR AIRES
Presidente do IHGG

SUMÁRIO

ARTIGOS

COLOMBO E OS EMPREENDIMENTOS DE SUA VIDA

Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles 15

MOMENTOS DE FUNDAÇÃO

Noé Freire Sandes 27

LIVROS E BIBLIOTECAS EM TERRAS GOIANAS

Bento Alves Araujo Jayme Fleury Curado..... 39

MUSEU ANTROPOLÓGICO: MEMÓRIA E HISTÓRIA

Juarez Costa Barbosa / Lena Castello Branco Ferreira de Freitas..... 59

CAMINHO MÍSTICO DO BRASIL E O ZONEAMENTO DO SONHO

Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires..... 79

POESIA

A Bênção, Loures!

Paulo Nunes Batista..... 85

PALESTRAS E CONFERÊNCIAS

O CONTO POPULAR NA LITERATURA DE CORDEL

Bráulio Nascimento 89

DOCUMENTOS

DIÁRIO DE UM MÉDICO DO SÉCULO XIX: DR. MALAQUIAS ANTÔNIO GONÇALVES

Joffre Marcondes de Rezende

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas 113

CRÔNICAS DE UMA VIAGEM AO PAÍS DO ANHANGUERA

Américo de Oliveira Costa 127

Galeria de fotos..... 139

Atividades do IHGG no ano de 2009..... 149

Relação de sócios 153

Normas para apresentação de originais 158

Artigos

COLOMBO E OS EMPREENDIMENTOS DE SUA VIDA

Prof^a.: Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles¹

SOBRE A PROFESSORA DOUTORA GILKA VASCONCELOS FERREIRA DE SALLES

O falecimento da confrreira Professora Doutora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles trouxe dor e saudade para seus familiares, amigos, ex-alunos e admiradores, e abriu lacuna insanável na História e na Educação em Goiás.

Natural de Rio Verde, neste Estado, era licenciada em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Sua dissertação de mestrado – Adequação da teoria de Gaston Bachelard à historiografia – foi a primeira desse nível apresentada em Goiás. Doutorou-se na Faculdade de Filosofia, Ciêncas e Letras da Universidade de São Paulo com a tese Economia e escravidão em Goiás Colonial; publicado pela Universidade Federal de Goiás, esse estudo tornou-se um clássico da historiografia goiana. Ainda em nível de pós-graduação, fez o curso de Economia Política no Institut Européen des Hautes Études Internationales, em Nice (França), com defesa da “mémoire”: Le passé de l’Europe. Études des événements. Inúmeros artigos, comunicações científicas e ensaios foram produzidos pela Professora Gilka e publicados em periódicos de circulação regional e nacional.

Iniciou a carreira docente como professora de ensino médio, na Escola Técnica Federal; exerceu a direção do Instituto de Educação e do Instituto Pestalozzi de Goiânia; foi membro do Conselho Estadual de Educação. Em nível superior, lecionou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás, núcleo inicial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mediante concurso, ingressou na Universidade Federal de Goiás onde exerceu funções e cargos relevantes, dentre os quais: professora de cursos de graduação e pós-graduação;

¹ Professora de História pela Universidade de São Paulo; sócia titular do IHGG, onde ocupava a cadeira nº 17.

chefe do Departamento de História; vice-diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL); co-fundadora dos cursos de mestrado em Letras e em História, do qual foi coordenadora; membro de bancas examinadoras de dissertações e teses acadêmicas, bem como de seleção de docentes; membro do Conselho Editorial da Editora da UFG, quando coordenou a coleção “Documentos goianos” e assim por diante, numa sucessão de trabalhos em que se destacou.

Espiritualista convicta, pertenceu à Ordem Rosacruz, onde atingiu os mais altos graus hierárquicos. Era sócia da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás (ADUF) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. No Instituto Histórico e Geográfico de Goiás ocupou a cadeira n. 17, da qual era patrono Raymundo José da Cunha Mattos.

A Professora Gilka Ferreira – como era conhecida – é lembrada tanto pelos seus méritos profissionais e acadêmicos, como pela sua personalidade de excepcional conteúdo humano. Cordial e prestativa, primava pela bondade e tolerância. Despediu-se ela do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás quando, já acometida da doença que a vitimou, coordenou o seminário “Goiás e a vinda da Família Real para o Brasil – 200 anos”, realizado nos dias 28 e 29 de maio de 2008. O evento revestiu-se de pleno êxito, graças, sobretudo, à sua dedicação e competência.

Ao republicar o presente texto, um dos últimos que a Professora Gilka elaborou, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás presta sentida homenagem à confreira e amiga que partiu.

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

RESUMO

O estudo visa analisar a posição das crenças de Colombo, talvez como hebreu ou como fervoroso cristão, em suas ações no decorrer de seu labor pela conquista do Novo Mundo. Elabora questões sobre seus possíveis ancestrais, judeus conversos, habilmente ocultadas em seus escritos e suas ações. Conforme a metodologia da Nova História coadjuvada com a psicanálise freudiana, foram procuradas pistas e vestígios possíveis de sua crença em Jeová, interagindo, constantemente com a fé cristã. Esse é o perfil do Grande Descobridor. Foi um homem hábil e mui sutil com as mulheres, delas recebendo incentivos necessários aos seus desideratos.

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2002, precisamente no mês de Outubro, comemoraram-se 510 anos da Descoberta da América. Julgamos que uma reflexão sobre

o lema é ainda pertinente, visto que nos dias atuais, a mídia está, sempre, relatando as lutas ente judeus e palestinos, pela posse de espaço vital para a consolidação da independência do Estado de Israel, contestada pelos primeiros habitantes da região. Isto prova que a luta milenar por uma pátria para os hebreus continua. Atualmente, a hipótese de que Colombo era judeu integra-o no tema ora em exposição.

Sempre houve acentuada polêmica através dos séculos e que merece ser lembrada, como a seguinte: Colombo aventurou-se pelo “Mar Oceano”, a época não palmilhado pelos europeus, à procura do caminho das Índias, a serviço dos reis da Espanha ou o fez, muito secretamente, financiado por banqueiros judeus da Europa, tais como o judeu convertido e tesoureiro real, Gabriel Sanches; o Conselheiro da Corte Real, Juan Cabreiro; o Duque de Medina Celi, Dom Luís de Cerda, que conseguiu a primeira audiência de Colombo com a Rainha Dona Isabel; ainda o Tesoureiro de Aragônia, Luís Santangel, outro converso. Esses altos dignitários da coroa fizeram possível a viagem, fornecendo as somas necessárias ao financiamento, livre de interesses monetários para eles, contanto que os reis garantissem que ninguém de sua família fosse punido pela Inquisição. (Laiten, Lauri V. Carta, 1947, p. 2). No momento, todos os judeus conversos estavam preocupados com a própria sorte e a de seus confrades, ferozmente perseguidos pelo “Santo Ofício”.

Algumas centenas de livros foram escritos com pesquisas acuradas nos arquivos da Europa e da própria Espanha, a respeito da História dos Descobrimentos. Simon Wiesenthal em seu livro “Colombo e sua Secreta missão”, citado por Paulo Emilio Taviani, em seu artigo “Perche Colombo non parlava italiano”, in *II Progresso-Italo Americano* de 8 de Outubro de 1973, p. 1, afirma que Cristovão Colombo era hebreu, que em sua viagem “via delle Indie” ia a procura de uma remota terra ocidental, refúgio dos descendentes das tribos de Israel. O diário das viagens de Colombo (Cristovão Colombo, 1984) foi atentamente auscultado, bem como seu Testamento, sem que se pudesse obter respostas categóricas. Algo muito próximo do próprio Colombo, como a biografia escrita por seu filho Fernando – “A história da vida e as realizações do Colombo”

(Veneza, 1571), citada por Salvador de Madariaga, cujos antepassados foram amigos do Descobridor – afirma, sem provas concretas, que Colombo pertencia a uma tribo da nobreza de Jerusalém. Refere também uma carta dirigida ao rei português, D. João II, em que Colombo diz: “Eu não sou o primeiro Amirante da minha família”, acrescentando que ele e o sábio rei Davi “eram servos do mesmo Deus”. Ainda de acordo com a “História rerum ubique gestarum”, do Ppa Pio II, o Almirante utilizou-se da cronologia do calendário hebreu (Laiten, Lauri, op. Cit.).

Voltando a Salvador de Madariaga, este dizia que nas veias do Descobridor corria sangue do povo hebreu afirmando que Colombo seria descendente de judeus catalães que teriam imigrado para as proximidades de Gênova (Mahn-Lot, 1992, p. 10), tese plausível, em virtude da constante desconfiança em relação à crença e etnia desse atormentado povo. Outros estudiosos sustentam que a família de Colombo poderia ser da cidade de Khōn, na Alemanha, tendo se mudado para as proximidades de Gênova e adotado o sobrenome de Colon. E que em suas viagens para as “Índias”, ele ia secretamente à procura de um “habitat” para o povo hebreu (Laitinen, Lauri, op.cit). Cremos não ser possível, dentro dos métodos tradicionais dos estudos de História, encontrar qualquer referência relacionada à procura de uma pátria definitiva, talvez existente, nas regiões longínquas do Ocidente, em terras distantes, para os judeus espalhados pelo mundo todo e atrozmente perseguidos, ainda com o resultado da diáspora provocada pelos romanos em 70 d.C.

Esses documentos comprobatórios e divulgados posteriormente, podem mostrar a realidade, antes encoberta, como o caso da “venda das jóias da rainha Isabel” para financiar a empresa do descobrimento. Suposições sempre existiram, mas nada ligado a uma verdade palpável e concreta.

De acordo com a Nova História (Pantlagean, Evelyne, in Le Goff et alii. 1992), o imaginário pode responder por verdades verossímeis, mas ocultas. Podemos encontrar “pistas” no “Diário de Colombo”, e em sua crença fervorosa no Deus cristão, chegando a encontrar vestígios simbólicos em algumas ocorrências, aparentemente inverossímeis, do

atordoado roteiro por ele perseguido, supostamente estimando haver terras ao Oriente, navegando-se para o Ocidente, à procura do Caminho das Índias.

Com o método psicanalítico (Freud, Sigimund, 1992, *passim*) aplicado ao imaginário, pode-se encontrar, na vida do grande navegador, forte testemunho da realidade secretamente perseguida, tendo em vista a conjuntura em que viveu, na qual a Inquisição não dava trégua aos infiéis, principalmente aos judeus e muçulmanos. (Mirador, 1995, 6.124)

A AUTENTICIDADE JUDÁICA

A história do povo judeu, desde o remoto êxodo liderado por Moisés, coloca-o à procura ansiosa de uma região possível, onde pudesse viver e prosperar em paz, livre de perseguições sofridas em terras de adoção. Conforme relata a Bíblia, Moisés guiou o seu povo pelo deserto, durante 40 anos até chegar à terra de Canaã, onde se instalaram na margem Oeste do rio Jordão, sem, contudo ocuparem as grandes cidades da Palestina à época em poder dos cananeus. Este acontecimento deve ter ocorrido aproximadamente em 1290 a.C.

Na Terra Prometida, os hebreus eram chefiados por juízes; as adversidades eram constantes, por terem de defender cada palmo a Oeste do rio Jordão de inimigos que se fixaram na região, no período em que estiveram no Egito. Para se tornarem mais coesos e fortes. Em 1020 a.C. elegeram seu primeiro rei, Saul e inspirados por Deus, conforme a palavra de Samuel, último juiz dirigente das tribos (Bíblia Sagrada, 1973, p. 292).

Posteriormente, lutas intestinas entre tribos e, a seguir, invasões estrangeiras fizeram o desespero desse povo, no decorrer dos anos. Segue-se, de 586 a 538, a.C. o Cativo da Babilônia. Os hebreus ficaram ausentes da terra natal e prisioneiros, afastados de sua cidade sagrada, a famosa Jerusalém.

As lutas contra agressores vizinhos perseguem-nos, até a definitiva conquista dos romanos que, no ano 70 d.C., assenhoreiam-se de

Jerusalém, dando-se início à diáspora ou dispersão hebraica pelo mundo, deixando de existir o Estado judeu (Franco Jr. Hilário, 1976, p. 46).

Esse povo, sacrificado no decorrer de sua história, permaneceu unido em seus ideais, onde quer que estivesse, mantendo-se leal à sua identidade religiosa e étnica. O ponto central de sua lealdade era a lembrança de Jerusalém, jamais esquecida, cujos templos destruídos constituíam a razão de sua esperança de volta e restauração,

A INQUISIÇÃO E A TORMENTA JUDÁICA NA EUROPA

Tribunais estabelecidos em alguns países europeus, na Idade Média e até os tempos modernos visavam punir os hereges. Iniciaram-se nos fins do século XII, na França, contra as heresias albigenses, no Concílio de Verona, 1183. (Mirador, 1995, p. 6.124). Sua direção fora confiada aos dominicanos pelo Papa Gregório IX. A característica principal desses tribunais era o segredo absoluto da instrução judiciária. Foi da ação desses tribunais que a palavra Inquisição passou a distingui-los. Aos poucos as perseguições, em nome da cristandade, foram se estendendo a toda a Europa, do século XV ao princípio de XIX, estendendo-se, às colônias americanas. Estudiosos apontam que o número de hereges queimados na Espanha pelo Santo Ofício tenha atingido a totalidade de 31.912 vítimas (Mirador, 1995, p. 6.122), uma verdadeira hecatombe a longo prazo.

Tendo em vista a ação punitiva e violenta do sistema, já secular, temos de refletir sobre as reações que ocorreram em Espanha. É intrigante a coincidência do decreto real, de março de 1492, que leva em curso a expulsão de todos os judeus do reino espanhol. e os preparos da viagem de descobrimento do Novo Mundo. Em 2 de Agosto, um dia antes da partida da expedição colombiana, todos os judeus deveriam deixar a Espanha, carregando consigo, unicamente, os indispensáveis pertences pessoais. A história registra que parte deles dirigiu-se a Portugal, mas, em sua maioria, procurou os países litoraneos do Mar Mediterrâneo

Como a Expedição dirigida por Colombo deixou o Porto de Palos em 3 de Agosto de 1492, à procura do roteiro das Índias, não seria improvável que estivesse o Descobridor, a serviço dos reis espanhóis, secretamente estipendiado por judeus ricos da Espanha e banqueiros de Gênova, à procura de um lar seguro para os perseguidos da Inquisição.

Para a hipótese, nova questão surge: seria Colombo descendente de judeus conversos, porém mantendo em segredo a crença hebraica de Jeová?

Outra questão intrigante seria a dos acompanhantes da expedição: Colombo não levava padres, embora fosse clara sua amizade com os frades do convento de La Rábida e, mais tarde, ele mesmo tornou-se membro da ordem terceira dos franciscanos. Havia, entretanto um intérprete para a língua árabe, grega, caldaica e hebraica, denominado Luís de Torres, considerado de origem judaica. Diego de Arana, comandante da armada de Colombo, hebraico. (Colombo, Cristóvão, 1984, p. 57), era primo de Beatriz, companheira e depois consorte de Colombo e mãe de Fernando (Mahn-Lot, 1992, p. 10). Há silêncio sobre se numerosos judeus estiveram na tripulação. Tudo indica que não. Em viagens posteriores, de outros navegadores e aventureiros a caminho das “Índias de Colombo”, podem ter vindo levadas de contingentes de origem hebraica. A História essencial desse povo mostra, entretanto, que seu desejo mais profundo era a volta à Palestina e à sua cidade sagrada, a famosa Jerusalém. Naquele momento cruciante, qualquer solução seria possível, inclusive a que aventamos acima.

COLOMBO E SUA FÉ AMBIVALENTE

Colombo era um hebreu, cujos ancestrais, conversos ao cristianismo, procuraram manter-se fieis às suas crenças. Jeová ou Cristo? Tudo mostra que ele flutuou entre seus sonhos e as duras realidades que o cercavam, entre as duas crenças, vez que lhe era inerente, como prova sua citação de Isaias, o profeta hebreu, algumas vezes repetida nos momentos

cruciais: “Eis que eu crio céus novos e nova terra, e não haverá lembrança das coisas passadas, nem mais se recordarão.” (Bíblia Sagrada, 1973, p. 707). Esta fé o alimentou em todos os momentos, como se as crenças dos seus antepassados remotos ajudassem-no a suportar o peso do Novo Mundo que iria, descortinar em sua frente.

Vemos, ainda, em 23 de Setembro (Domingo), no diário de sua primeira viagem: “Foi bem providencial o mar alto, que não aparecia, a não ser no tempo dos hebreus, quando fugiram do Egito. liderados por Moisés, que os tirou do cativeiro” (Colombo, Cristóvão, 1984, p. 38). O Velho Testamento sempre esteve presente nas lembranças do Descobridor, como a guiá-lo nos momentos de incertezas, quando nada, a não ser sua força interior, conclamava-o a resistir e insistir até atingir os seus objetivos.

Por outro lado, mostrava-se fervoroso cristão, como prova sua carta a Suas Majestade, em 6 de Novembro de 1492, ao referir-se aos índios : “Logo todos se converterão em cristãos, assim como confio em Nosso Senhor que Vossas Majestade se determinarão a isso, com muita diligência, para trazer para a Igreja tão grandes povos e os converterem, assim como destroçaram aqueles que se recusaram a professar a fé no Pai, no Filho e no Espírito Santo” (Idem. p. 59). E logo a seguir: “E digo que Vossas Majestade não devem consentir que aqui venham ou ponham os pés nenhum estrangeiro, salvo católicos cristãos, pois esse foi o objetivo da viagem e a origem do propósito, não se permitindo a vinda a essas paragens ninguém que não seja bom cristão” (Idem, p. 66).

Refere-se, ainda, o Descobridor, para atestar sua preocupação de sigilo em relação às suas crenças, que pelos muitos milagres indicados que nele ocorreram, “é de mim, que há tanto tempo estou na Corte de Vossas Majestade, com a oposição e contra a vontade de tantas personalidades ilustres de vossa casa, nas quais estavam todos contra mim, alegando ser embuste essa façanha” (Idem, p. 113).

Nesse momento, é oportuno remetermo-nos às viagens de Colombo: conforme expõe em seu diário: em 12 de Outubro de 1492, chega ao Novo Mundo. Volta à Espanha, vitorioso, e logo se apresta a segunda expedição, em Agosto de 1493, cujos fins eram a colonização

da terra encontrada. Em 30 de Maio, realiza a terceira viagem e chega à ilha de Trinidad. Intrigas e a má administração da colônia indis põem-no com a Corte. É enviado Francisco de Bobadilha para assumir o posto de Governador da ilha Espanhola, sede do governo. Colombo e seu irmão Bartolomeu são presos e postos a ferros, de volta à Espanha. A persistência do Descobridor, possibilita-lhe novas caravelas que o conduzem à quarta viagem, que durou dois anos. (Colombo, C., 1984. p. 177).

Esses acontecimentos levam-nos a uma questão: havia sorradeira indisposição dos espanhóis, contra o estrangeiro genovês ou hebreu?

A dúvida prevalece, em razão de dissimulações sutis.

As façanhas de sua vida minaram-lhe a resistência; Colombo morre em 1506, em Valadolid, pobre e esquecido.

Como se nota acima, Colombo prende-se a uma fé indomável, e muitas vezes, em seus delírios febris, provocados por extremo cansaço e ansiedades, julgava ouvir vozes do além, que o soerguiam e davam-lhe alento.

Finalmente, como prova de sua crença ambivalente, seu testamento sugere aos reis católicos disporem das riquezas advindas da Conquista das Índias, para empregá-las na Conquista de Jerusalém, expondo que sua intenção em descobrir as Índias, seria libertar Jerusalém do poder dos infiéis. (Colombo, C., 1984, p. 168) Seriam os infiéis a Jeová ou a Cristo? Solução difícil de discriminar.

A INFLUÊNCIA DAS MULHERES NA VIDA DE COLOMBO

De início, é evidente a influência da rainha Isabel de Castela, a quem o Descobridor convenceu a providenciar o arranjo da viagem às Índias. Foi, ela entretanto, antecedida por sua primeira esposa, Dona Filipa Moniz Perestelo, filha de Bartolomeu Perestelo, grande navegador português e donatário da ilha de Porto Santo. Sua sogra põe à sua disposição todas as cartas náuticas deixadas pelo marido, o que lhe firma as convicções de terras ao Ocidente (Colombo, Cristóvão, 1984, p. 176).

Embora tenha recebido de mulheres influentes a ajuda necessária aos seus desideratos, é intrigante o que diz do legado de seus bens. Refere-se ao seu morgado — propriedade vinculada a um conjunto de bens que não se podem alienar ou dividir — que seu herdeiro legítimo seria seu filho Diego, do primeiro casamento. Ainda expõe que na morte do titular, passaria o legado ao filho mais velho, que se tornaria possuidor dos bens.

Na falta desses, seriam de Fernando, o filho de Beatriz, sua companheira e depois esposa, em 1487, e seus descendentes.

O que faz pensar, na leitura do Testamento, é Colombo expressar-se que “de modo algum esse morgado seja herdado por mulher, a menos que aqui ou em outra parte do mundo não se encontre homens de minha linhagem” (Colombo, C. 1984. p. 162),

Depois de refletirmos sobre a conjuntura da época, verificamos que a mulher, que não herdasse um reino, deveria ser apenas esposa, mãe e dona de casa ou de outros serviços domésticos. Ocupar-se de bens materiais e dedicar-se aos desafios de negócios seria incompatível com os deveres maternos. Cremos não ter havido discriminação propositada, mas a crença nos costumes de colocar cada gênero humano em sua devida posição na vida, numa categoria exata que lhe era própria na época.

CONCLUSÃO

Ao refletir sobre a vida do Descobridor do Novo Mundo, concluímos que se tratou de um homem típico do Renascimento, voltado à via dos roteiros para as Índias; sua preocupação estava centrada na libertação da cidade de Jerusalém e em alcançar uma posição de destaque para si e seus familiares na sociedade de seu tempo.

É possível afirmar que se tratava de um descendente de cristãos novos, conservando, no âmago de seu coração e mente, sua ascendência sagrada. numa crença discreta em Jeová, mas num sincretismo ambivalente, mais alardeado para o cristianismo, religião preponderante e intolerante às outras crenças de sua época.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1) a Bíblia Sagrada. **Tradução de João Ferreira de Almeida.** Rio de Janeiro, Imprensa Bíblica, 1973.
- 2) Carta de Dr. Lauri V. Laiten, MD. Phd, de 10 de Outubro de 1997. **Afirma o missivista que seus colegas hebreus afirmam categoricamente a descendência judaica de Colombo.**
- 3) Colombo, Cristóvão. **Diários da Descoberta da América. As quatro viagens e o Testamento.** Porto Alegre. L&PM. História. 1984.
- 4) Freud, Sigmund. **Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros trabalhos. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego.** Rio de Janeiro, Imago Editora, 1984.
- 5) Mahan-Lot, Marianne. **Retrato Histórico de Cristóvão Colombo.** Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992, p. 48.
- 6) Patiagean. Evelyne. **A história do imaginário. In A Nova História,** dirigida por Jacques Le Goff et alii Coimbra, Almeida, 1978 p313 e 3112, Coimbra Almeida, 1978. P, 3112 e 313.
- 7) Sale, KirkPatriek, **A conquista do Paraíso.** Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.

Palavras chaves do texto: Colombo, descobrimento, crença religiosa, Inquisição.

MOMENTOS DE FUNDAÇÃO¹

Noé Freire Sandes²

A nação é o resultado de uma imaginação coletiva, nações imaginadas na feliz expressão de Benedict Anderson (1989); mas essa imaginação institui um lugar sagrado, exigindo devoção e fidelidade sem limites. Seus suportes decorrem de lenta construção e são finalmente edificadas quando se constitui o espaço da soberania; portanto, é previsível a anterioridade do Estado sobre a nação. A imaginação institui um espaço político (território, leis e cultura) definindo as fronteiras da ordem social.

A nação imaginada constitui uma forma de memória coletiva marcada pela abstração, pois essa memória não é constituída pelas vivências e experiências dos homens, ao contrário, elegem-se experiências e vivências que, deslocadas do seu próprio tempo, são destinadas a uma partilha simbólica que se expressa nos monumentos, nos brevíários acadêmicos, nos rastros de certa concepção de história.

¹ O texto que ora se publica é a palestra proferida pelo confrade, Professor Doutor Noé Freire Sandes, no seminário “Goiás e a vinda da Família Real para o Brasil. 200 anos”, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás em 28 e 29 de maio de 2008. Por um lapso, deixou de ser incluído no livro “Goiás e a vinda da Família Real para o Brasil. 200 anos”, que reúne os trabalhos então apresentados (Goiânia: IHGG, Kelps, 2009). Apresentando desculpas ao ilustre palestrante, vimos sanar a falta involuntária com a inclusão do texto em epígrafe no presente número da revista do IHGG, o que certamente muito a enriquecerá. Nota da Redação.

² Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás. Doutor em História pela Universidade de São Paulo, sócio titular do IHGG, onde ocupa a cadeira n. 50.

Os lugares da memória (NORA, 1981) formam uma das bases de sustentação dessa imaginação criadora inscrita em um tempo próprio, o da historiografia. Os historiadores refundam, por meio de uma visão retrospectiva, a percepção do processo de formação. As representações históricas traduzem a experiência do passado, sem gramática alguma que possa conjugar as regras do que foi vivido com sua transfiguração como narrativa histórica.

A memória requer a fidelidade como contraprova de sua versão do passado, enquanto a história busca a verdade e um saber que requer a distância e o controle metódico. Não foi por outro motivo que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criou, em 1842, um concurso para responder à indagação crucial: de que modo se deveria escrever a história do Brasil?

Nessa perspectiva, se pretendia instituir uma cultura histórica donde se poderia ordenar o sentido da história brasileira como desdobramento da européia. Evidentemente, tal proposição exigiu um olhar interno capaz de vislumbrar, como conjunto, o processo de formação nacional; portanto fazia-se necessário completar o trajeto entre o momento inaugural de nossa história – o descobrimento – e o momento ordenador – a independência, sob o domínio dos Bragança. Entre os dois pontos fundamentais do trajeto define-se o marco de ultrapassagem da ordem colonial para a nacional: a vinda da família real em 1808. Não me alongarei na discussão sobre 1808, tarefa que ocupou historiadores e jornalistas na efeméride dos duzentos da data magna. Interessa-me, apenas, sublinhar a passagem da colônia à nação como parte dessa cultura histórica interessada em realçar as marcas de continuidade, que garantiriam o compromisso com o futuro, sem desprezar os laços com o passado.

A presença de D. João VI no Brasil definiu, portanto, a marcha dos acontecimentos, deslocando os conflitos e tensões coloniais para um outro campo: o da interiorização da metrópole (DIAS, 1972). O enraizamento dos interesses metropolitanos em solo brasileiro, resultou na independência. Não é à-toa que Caio Prado em *Evolução Política do*

Brasil abre o capítulo que trata da vinda de D. João VI com o título *A Revolução*. Iniciava-se o processo de integração dos interesses luso-brasileiros ao mercado internacional, rota que não mais poderia ser interrompida pelos arautos do antigo sistema colonial; entretanto tal perspectiva não era visível às lideranças políticas do movimento vintista em Portugal.

A emancipação política do Brasil é, portanto, um projeto fluminense que se impôs ao longo território da América portuguesa, cujo fundamento residia na oposição radical ao desejo das cortes portuguesas, rebeladas em 1820, de restabelecer antigas prerrogativas que já não faziam sentido para um Brasil acostumado à condição de Reino Unido (MATOS, 1994). O retorno de D. João VI a Portugal abriu a série de desencontros entre os portugueses do reino e os luso brasileiros que fomentaram o projeto de emancipação política da América portuguesa.

Proclamada a independência, restava ainda fundá-la: aplacar as resistências no Norte e no Nordeste, tratar do reconhecimento da nova nação no plano internacional e, internamente, recompor a face interna da nação por meio de sua história. Em 1838, funda-se o IHGB e em 1842, Phillipe Von Martius, em sua dissertação *Como se deve escrever a história do Brasil*, demarcava as fronteiras simbólicas da nação brasileira. De modo pragmático, o botânico queria convencer os republicanos dos riscos que suas proposições representavam para o Brasil: a República era apresentada como uma ameaça à ordem escravista. O projeto monárquico ao apresentar-se como única perspectiva capaz de manter a unidade da antiga colônia, em uma região marcada pela presença da escravidão, deslocou as propostas republicanas para um espaço quase invisível. A outra independência (MELLO, 2004) acabou aprisionada por laços regionais ordenados a partir de Pernambuco. Nesse contexto, definia-se um projeto de escrita da história pelo IHGB, respondendo às inquietações decorrentes do processo de constituição do Estado nacional. A fórmula de Martius criou uma narrativa permeada pelo contato entre as três raças, abrindo um campo imaginativo capaz de agregar a heterogeneidade que grassava no território recém-emancipado.

Com Martius, desaprendemos a estranhar a dimensão contraditória das vivências comuns entre os estrangeiros em um lugar desconhecido que tomou o nome de Brasil, e, lentamente, adentramos, por meio da visão classificatória do botânico, na nova nacionalidade formada por portugueses, índios e negros. Carlos Guilherme Mota (2000) registra a representação de Martius como vertente conservadora e substrato ideológico da contra-revolução vencedora, promotora da invisibilidade do movimento republicano.

A monarquia, fiadora da ordem social por mais de meio século, deitou raízes no imaginário nacional. A experiência monárquica carregava o sentido de continuidade com o passado em meio ao cenário de mudanças que se operavam no Brasil. A tumultuada experiência regencial, identificada de modo genérico como experiência republicana, acabou por confirmar a indispensabilidade da presença do rei para a continuidade do projeto político iniciado por D. Pedro I. Novamente, o desejo de ordem exigiu o cetro; D. Pedro II, ainda menino, assumiu o trono. As idéias republicanas, a partir de 1870, se apresentaram como opção ao regime, contudo não representavam uma ameaça à monarquia.

Nos últimos decênios do século XIX, o abolicionismo como questão política dominou a cena pública. O Imperador se associou à causa abolicionista; entretanto a lentidão do processo indicava a natureza movediça do terreno em que o regime monárquico pisava. Joaquim Nabuco em *O Abolicionismo* (1883) redefiniu o sentido de unidade nacional, por meio da defesa da inclusão dos negros como parte do povo brasileiro. Nabuco, no final do século XIX, convencido da justeza da causa abolicionista, rompeu com o silêncio então vigente, declarando sua percepção da escravidão como problema que deveria afetar a consciência coletiva. A consciência nacional seria o resultado de duas correntes diversas: o arrependimento dos descendentes de senhores, e a afinidade de sofrimento dos herdeiros de escravos (SANDES, 2003).

Nabuco refere-se a uma consciência nacional em formação, indicando um sentido de nacionalidade fundado na redenção, no desarme. É como se o abolicionismo se transformasse numa experiência de comunhão: a ausência de ódios permitiria o perdão e livraria os

proprietários de escravos da extrema culpa que, porventura, pairasse sobre suas consciências. Nesse sentido a nação, como consciência, exigiria um novo sentido de solidariedade: a comunhão pela dor. Essa comunhão redefiniria as fronteiras, rompendo a distância e a hierarquia. Seu fruto mais doce seria a expressão de um sentimento de intensa solidariedade, cujo fundamento religioso representava a condição de sua verdade, na percepção do nosso pregador. Aliás, Nabuco queria gravar nos proprietários de escravos uma culpa que lhes era estranha.

Essa pretensa ausência de ódio impõe novamente o sentido de transação em mais uma passagem definidora da nacionalidade: a abolição. Realçando os mecanismos restritos de inclusão do negro no mundo dos brancos, vetou-se a visibilidade dos ódios e antagonismos, indicando o parlamento como arena exclusiva da luta abolicionista. Nabuco antecipa um projeto de inclusão que se transformou em peça fundamental na construção dos projetos de identidade nacional. Os leitores de “O abolicionismo” devem reconhecer o escravismo como marca de origem, criando um campo de tensão que exige duplo movimento: a aceitação da escravidão como problema nacional e a perspectiva de inclusão do negro como parte constitutiva do povo brasileiro. Para além desse movimento, sugere-se ao leitor, lançado ao mundo do pecado, uma saída: o arrependimento e o imediato apoio à causa. No imediatismo da campanha, Nabuco alimentou um projeto de maior alcance: apagar todos os efeitos do regime escravista. O apagamento implica abertura para o campo da memória, uma vez que a experiência escravista e seus efeitos deveriam ser lançados ao esquecimento. O apagamento, entendido como superação dos efeitos nefastos da escravidão, se define como ação política, mas o esquecimento da experiência escravista sedimentou um campo de exclusão. Esquecer a escravidão era retirar dos negros a condição de sujeitos capazes de dimensionar sua ação com base na leitura do passado, em busca de orientação para o enfrentamento do presente. Em outras palavras, reafirmar sua condição histórica.

O abolicionismo, como redenção, restringiu o debate acerca da escravidão ao terreno da consciência, negando aos escravos a partilha dos rumos da campanha. Feita a abolição, um cenário inesperado se

abriu: as expectativas do presente se dissolveram na surpresa do golpe republicano. A incompletude do projeto nacional de Nabuco, no âmbito da política, cedeu lugar à estratégia do esquecimento da escravidão como questão moral e social. Os republicanos enredados na multiplicidade de tendências políticas em disputa, pouco valor atribuíram ao debate sobre o abolicionismo e seus desdobramentos, relegando as políticas de inclusão do negro a um plano secundário. O abolicionismo como movimento popular ganhou enorme legitimidade no meio urbano nas últimas décadas do século XIX, mas dissolveu-se, como articulação política, na passagem do império à república.

Feita a abolição, o Império não colheu o seu fruto: o prestígio de Pedro II entre os populares pode ser aquilatado pelos festejos e comemorações da lei Áurea; entretanto o regime monárquico foi incapaz de responder às expectativas de renovação oriundas do abolicionismo. Em pouco tempo as expectativas alimentadas pela abolição ultrapassaram o horizonte da experiência monárquica. A assimetria entre expectativa e experiência favoreceu a propaganda republicana, no intuito de propagar a crença de que a passagem para a república traria, naturalmente, as soluções para os graves problemas enfrentados pelo império (MELO, 2008).

A República proclamada segue rota difusa em seu processo de consolidação. Sem a presença real percebia-se o grave risco de fragmentação da unidade nacional, herança a ser conservada pelo novo regime. A frágil unidade conquistada pelo Império estava ameaçada por um regime republicano destituído de um projeto político consistente e por um governo militar sem laços efetivos com as forças políticas que conduziam, de fato, a nação. (LESSA, 1988). O pragmatismo de Campos Salles criou, finalmente, uma fina sintonia entre o regime político e as forças que o conduziam. Os sonhos republicanos foram abandonados em nome do realismo político: a nova ordem estava fundada no poder dos grandes estados.

Decorridos três decênios de vida republicana, as representações monárquicas assumiram a posição de matriz da nacionalidade no

momento em que a nação completava cem anos (SANDES, 2000). O retorno do corpo do ex-imperador ao Brasil, em 1922, com honras de chefe de estado, restabeleceu o vínculo da família imperial, outrora banida, com o solo nacional. Destituída de força política, a monarquia pôde ocupar o papel de protagonista no processo de formação nacional, ainda que fustigada por disputas próprias às artimanhas da memória. Nessa direção, conservamos do passado a tradição do poder real, atualizando o sentido político do cetro. Enfim, a monarquia assumiu o centro das narrativas de fundação.

O centenário da independência foi seguido pelas comemorações dos cem anos de nascimento do imperador. O presente republicano reavaliava o passado, em meio a uma grave crise política decorrente da inquietação dos militares. A Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, representou o ponto de partida para a contestação radical do regime. O conflito militar cedeu terreno para as alianças políticas na sucessão de Washington Luís. A derrota política da Aliança Liberal ensejou novas articulações golpistas, sob a liderança de Getúlio Vargas.

A revolução de 1930 reordenou as representações históricas, valorizando os nexos com o passado distante. Não é casual que a inauguração do mausoléu que abrigou o corpo do imperador Pedro II na catedral de Petrópolis, em 1939, tenha sido obra do governo Vargas (Sandes, 2000). Apostava-se, naquela conjuntura, que a modernização e a urbanização impulsionariam a renovação da sociedade brasileira. Caio Prado Jr., em *Evolução política do Brasil*, retoma em traços largos a história nacional atento à novidade promovida pela urbanização, impulsionada pela vinda da Família Real e, principalmente, pelo fim do tráfico de escravos em 1850. Com a República, o encilhamento renovou o apetite dos especuladores, abrindo o caminho para a constituição dos mercados. Sérgio Buarque depositou na urbanização as esperanças de ruptura com a ordem tradicional e, finalmente, Gilberto Freyre, retomou a questão racial, antevendo a formação nacional constituída na plástica relação entre Casa Grande e Senzala.

Com Gilberto Freyre, o eco das exigências morais pregadas por Nabuco no final do século XIX, não mais faziam sentido. As contradições

decorrentes da escravidão foram dissolvidas no caldo cultural resultante do encontro entre negros, índios e brancos, provocando, mais uma vez esquecimentos. A África, na perspectiva do sociólogo, dominou o Brasil na intimidade da cama e da cozinha, nos caprichos da língua falada e na expressão religiosa. Esse domínio, contudo, não resultou na criação de um espaço público em que o negro se apresentasse como sujeito.

Gilberto Freyre rompeu o silêncio em torno da escravidão que tomou conta da sociedade brasileira após a proclamação da República, mas estabeleceu outra distância: ao contrário da geração de 1870, não impõe expiação alguma ao mundo senhorial. Inverte, portanto, a leitura de *O Abolicionismo*. Se Nabuco identificou a escravidão como referência negativa no processo de formação da sociedade brasileira, Freyre trilhou caminho diverso: transformou o excesso, a hibridez e a luxúria, presentes na ordem escravista, em elementos plásticos (positivos) formadores de uma nova forma de sociabilidade.

Entre Martius, Nabuco e Freyre percebe-se um movimento de ordenação da experiência histórica centrada na formação da nação. A exterioridade do sentimento nacional inscrito nos laços entre colonos e colonizadores não mais respondia aos anseios de uma sociedade em acelerado processo de urbanização. A imaginação nacional exigia um movimento de redefinição da experiência histórica capaz de congregar os brasileiros em torno de uma identidade com capacidade de agregar a pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira em torno do seu passado. *Casa-Grande & Senzala* definiu um roteiro imaginativo para quase todos os gostos. A referência indicadora dos traços autobiográficos do seu livro, definido como autobiografia de uma geração, se aproxima do relato memorialístico, rompendo com os padrões normativos de uma escrita da história pautada por uma objetividade que transportava o leitor para um lugar distante, cercado por datas, detalhes e citações eruditas que mediavam o contato com as fontes do passado.

O “mapa” que esboçamos exigiu percorrer parte da tradição conservadora, adentrando lugares já conhecidos, mas o itinerário revela a escolha de um roteiro: a percepção externa (olhar de fora) do contato entre as raças presente na “geografia” de Martius definia a casa do colono

como a fronteira a ordenar o contato entre brancos, negros e índios. A casa do colono como centro organizador de um contato distante e hierárquico entre as raças era coerente com o projeto nacional esboçado naquela conjuntura, marcada pela afirmação da escravidão como fundamento da economia nacional.

Joaquim Nabuco, filho da aristocracia nordestina, exigiu um sentimento interno (olhar para dentro) quase religioso, mas foi recebido com frieza e distância pelos pretensos destinatários de sua mensagem ambígua. A exigência de que a sociedade brasileira se reconhecesse culpada pelos horrores do cativo, carecia dos elementos de plausibilidade necessários à aceitação e consagração do opúsculo, cujo mérito foi reconhecido em período bem posterior. Finalmente, Gilberto Freyre, seguindo a trilha de Nabuco, mas despidido dos elementos de condenação moral, redimensionou o sentido da experiência escravista no Brasil, reconhecendo o tenso convívio entre brancos e negros, mas, sobretudo, ordenando a experiência colonial na perspectiva da Casa-Grande. Com traços literários, narra a formação de uma sociedade híbrida como uma aventura que fez o Brasil tornar-se nação. *Casa-Grande & Senzala* foi recebida com entusiasmo por inúmeras gerações de brasileiros que nela reconheceram os traços formadores de nossa cultura, instituindo uma identidade para o Brasil com capacidade plástica de representação para distintos segmentos sociais. A referência hierárquica envolvia o tenso equilíbrio dos pólos que se integraram na nova nacionalidade.

O traçado percorrido até aqui em busca dos marcos de fundação indica limites: a formação nacional está imbricada numa malha de representações tradicionais oriundas do processo de centralização política. Esse limite fez da Casa-Grande o centro da narrativa sobre o Brasil moderno, deslocando os segmentos populares para recantos ocultos. A crítica a esse modelo poderia sugerir a inversão da polaridade, como se esse gesto voluntarista rompesse com a tradição que nos envolve como cultura histórica. Penso o contrário. É na leitura interna da tradição conservadora que poderemos, por meio da crítica histórica, avaliar os elementos de sua constituição e os mecanismos

que mediarão sua hegemonia no jogo histórico. Enfim, trata-se da exploração de um sistema simbólico e do modo de funcionamento de um sistema de administração do passado pelo presente. (Nora, 1998). Nessa perspectiva torna-se possível abrir brechas compreensivas capazes de iluminar a experiência dos setores que permaneceram invisíveis como sujeitos históricos. Para tanto, a tensão entre memória e histórica constitui rico instrumento heurístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict (1989), *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Ed. Ática, 1989.

CÉSAR, Temístocles (2003), “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: Ensaio de História Intelectual” In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.), *História Cultural: Experiências de Pesquisa*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, pp 173-209.

DIAS, Maria Odila (1972), “A interiorização da metrópole” In: MOTA, Carlos Guilherme (org.), *1822: Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, pp.160-184.

FREYRE, G. (1977). *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

HOLANDA, Sérgio B (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSSELLECK, Reinhart (1993), *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*, Barcelona, Paidós, 1993.

LESSA, Renato (1988). *A invenção republicana*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

MARTIUS, Carl F. P. Von (1982), “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*, São Paulo / Belo Horizonte, Edusp /Itatiaia, Edição original, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, 1844 pp. 39-411.

- MATTOS, Ilmar R (1994), *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACESSS, 1994.
- MELO, Maria Tereza Chaves (2008), *A República consentida*. Rio de Janeiro: FGV: Editora da Universidade Rural do Rio de Janeiro (EDUR), 2008.
- MELLO, Evaldo Cabral de (2004) *A outra independência*. O federalismo em Pernambuco entre 18217 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.
- NABUCO, Joaquim (2000), *O abolicionismo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- NORA, Pierre.(1981), Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, pp.07-29.
- PRADO, Jr. Caio (1994), *Evolução Política do Brasil*. Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANDES, Noé Freire (2000), *A invenção da nação entre a Monarquia e a República*, Goiânia: Editora da UFG, 2000.
- SANDES, Noé Freire. (2003) A nação redimida: o abolicionismo de Joaquim Nabuco. In: *Estudos de História*: Franca, v. 10, p. 131-141.
- SKIDMORE, Thomas E. (2003), “Raízes de Gilberto Freire” em Kominsky, Ethel Volfzon, Claude Lepine, Fernanda Arêas Peixoto. *Gilberto Freyre em quatro tempos*, Bauru, São Paulo, Edusc , pp. 41-64
- SOUZA, Jessé (2003), “A atualidade de Gilberto Freyre” In: KOMINSKY, Ethel Volfzon, Claude Lepine, Fernanda Arêas Peixoto. *Gilberto Freyre em quatro tempos*, Bauru, São Paulo, Edusc, pp.65-81.

LIVROS E BIBLIOTECAS EM TERRAS GOIANAS

Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado¹

É preciso falar do livro nas escolas, nos clubes, nos centros sociais, nos salões paroquiais, nas ruas e nas praças. Ler é humanizar-se, reconhecer-se e apropriar-se da realidade. Só a capacidade de ler bem pode levar a pessoa a uma postura consciente, reflexiva e crítica frente à realidade social em que vive e atua.

Marietta Telles Machado

1.1 GÊNESE DO LIVRO EM TERRAS GOIANAS

“Longe de todos os lugares”, no dizer poético de Cora Coralina, Goiás começou bem mais tarde a sua vida cultural e o seu acervo de livros. Qual foi o primeiro livro que cruzou o Paranaíba, nos longes idos do século XVIII?

Um dos primeiros e interessantes relatos sobre esse tema é datado de 1771, escrito pelo Barão de Mossâmedes, José de Almeida de Vasconcelos Soveral e Carvalho. Escolhido pelo Marquês de Pombal foi ele nomeado para o governo de Goiás por Carta Patente de 11.10.1770; em 12.09.1771 saiu de Lisboa e somente em 24.06. 1772 chegou a Vila Boa de Goiás. No cargo de governador, visitou toda a capitania e fez seus

¹ Sócio correspondente do IHGG; presidente da Academia Trindadense de Letras, Ciências e Artes.

apontamentos, os quais resultaram no interessante diário que se encontra na Biblioteca de Coimbra.

Nas anotações do governador, aparecem indícios de “homens doutos” que liam em latim e tinham alguma instrução, daí a existência de uns poucos livros particulares.

O Barão de Mossamêdes referiu-se às óperas que assistiu no Arraial de Trahiras, em 1772, e aos cumprimentos recebidos do Dr. José dos Santos, que “elogiou sua excelência com uma doura e discreta oração latina”, conforme destaca Antonio César Caldas Pinheiro, na compilação da obra (2007, p. 93).

Em 1774, começou a ser cobrado em Goiás o chamado Subsídio Literário, criado por lei, dois anos antes; por não haver escolas na capitania, a quantia recolhida de vinte contos de réis era revertida para a mesa de exames e censura de livros, em Portugal. Seis anos depois, em 1778, vieram os primeiros professores para Vila Boa, Meia Ponte e Pilar de Goiás.

Em 1817, João Emanuel Pohl escreveu o diário *Viagem ao interior do Brasil*, em que relata suas impressões sobre a Província de Goiás; essa obra foi publicada em Viena, em 1832, por ordem do Imperador Francisco I.

Em seus relatos, o viajante menciona alguns homens cultos, perdidos no alto sertão, a exemplo de Plácido Moreira de Carvalho, perto de Rio Maranhão, a quem se refere com as seguintes palavras:

O senhor Carvalho pareceu-nos ser um homem muito instruído e educado. É comerciante, natural de Meia Ponte; tinha feito grandes viagens, demorando-se longo tempo na Inglaterra, e voltara para Portugal; lá ao tempo da invasão dos franceses, em 1810, fora feito prisioneiro e conduzido para Paris. Falava muito bem o inglês e o francês e, no decorrer desses acontecimentos e viagens, tivera ensejo de adquirir os mais variados conhecimentos.

A mesma impressão teve o Dr. Pohl em Santa Luzia, com o Pe. João Teixeira Álvares, conforme relata:

Da próxima elevação avistamos o arraial de Santa Luzia, numa risonha e encantadora planície. Eu contava com uma boa hospedagem nesta pequena cidade, pois o capitão Lima, que me tomara a dianteira, havia prometido ocupar-se do assunto. Mas a recepção que tive, excedeu a todas as minhas expectativas. O Padre local, senhor João Teixeira Álvares, levou a cortesia ao ponto de, sabendo de minha aproximação pelo meu tropeiro que viera antes, vir ao meu encontro em companhia de um dos habitantes mais distintos. Imediatamente reconheci o sacerdote pelo chapéu de três bicos com a borla pendente. As suas palavras de saudação e todos os seus modos denunciavam o homem educado. Disse que acabava de saber, pelos jornais, da chegada dos naturalistas austríacos. O seu mais veemente desejo fora que um desses homens se desgarrasse e viesse até esta região.

Entretanto, a visão de Dr. Pohl sobre Goiás é completamente negativa em relação à preguiça reinante:

Esta preguiça transmite-se aos próprios portugueses, que, às vezes, chegam da Europa com o propósito de fazer fortuna trabalhando. Contagia-os a preguiça geral e em breve trabalham tão pouco quanto os naturais. Então, se não podem tornar-se ociosos abastados pelo casamento com uma [mulher] muito rica, preferem viver necessitados e miseravelmente para gozarem o bem-aventurado *far niente*. Preferem passar todas as privações a compartilhar do trabalho do negro, nem sempre robusto, para quem ele, orgulhoso de seu sangue europeu, olha de cima para baixo.

Era a velha tradição de orgulho e menosprezo ao trabalho braçal e servil, que era relegado ao negro.

Pohl relata o que Luiz Palacin em seu livro *Goiás 1722-1822* iria destacar, como uma atitude coletiva de marasmo irreversível, um fracasso assumido e uma derrota aceita em relação à miséria geral, instalada com o declínio da mineração.

O documento intitulado *Noticia Geral da Capitania de Goiás*, de 1783 — mandada fazer por Provisão do Conselho Ultramarino — traz a descrição de Vila Boa, em que é assinalada a presença da “Biblioteca do Governador Luis da Cunha Menezes”, que foi fonte para a elaboração da “Noticia”.

De fato, esta foi a primeira biblioteca oficial, onde documentos e livros da Capitania de Goiás eram conservados. Entre esses papéis, há um ofício de setembro de 1781, em que o dito governador mandava recolher ao arquivo, no Palácio, uma coleção de manuscritos com todas as Ordens Régias expedidas para a Capitania.

Nos relatos de Auguste de Saint – Hilaire, naturalista francês que visitou o Brasil entre 1816 e 1822, há interessantes passagens referentes ao modo de vida goiano, seus hábitos, costumes e modismos; esse autor destaca também a indolência do povo, mas é menos agressivo do que Pohl.

Em sua passagem por Meia Ponte, refere-se ele a homens cultos e lidos da Capitania de Goiás:

Antes de deixar o arraial (17 de junho) fui apresentar minhas despedidas ao vigário e ao jovem Padre Luis Gonzaga de Camargo Fleury, que eu já havia visto em Corumbá. Durante minha permanência em Meia-Ponte, ambos me tinham cumulado de gentilezas. Fizeram-me varias visitas, durante as quais conversamos demoradamente. Luís Gonzaga era de origem francesa, como indica o seu nome de família. Tinha perfeita noção dos deveres que o sacerdócio lhe impunha, e de um modo geral achei-o bastante culto. Conhecia nossos bons autores franceses, lia muito uma de nossas histórias eclesiásticas e tinha algumas noções da língua inglesa.

Mais tarde, o então jovem Padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury torna-se Presidente da Província, com notável atuação nas questões relativas à rebelião norte goiana.

E continua Saint – Hilaire a destacar as dificuldades do nosso Estado, naquele tempo longínquo, em razão das distâncias geográficas do centro do Brasil, então vice-reino que, em breve, viria a tornar-se Império.

Bairrista em relação à sua cultura francesa, Saint – Hilaire assim se refere à biblioteca do capelão de Jaraguá, certamente uma das primeiras de Goiás:

Durante um tempo que passei em Jaraguá, o capelão insistiu para que eu fizesse as refeições em sua casa e me cumulou de atenções e gentilezas. Eu já tinha ouvido falar dele no Rio de Janeiro, onde era conhecido por seu pendor pela matemática. Fizera seus estudos nessa cidade, e além de sua ciência favorita, aprendera um pouco de grego e de Filosofia. Sabia também francês e tinha em sua biblioteca alguns livros de nossos autores. Em geral, as pessoas do interior que nessa época tinham alguma instrução haviam-na adquirido através de obras francesas, e a maioria referia-se à minha pátria com entusiasmo. Não ocorria o mesmo no Rio de Janeiro, onde se tinha um melhor conhecimento do que acontecera na Europa nos últimos vinte e cinco anos e onde vários de nossos compatriotas, miseráveis aventureiros, se haviam encarregado de destruir o que restava de nossa antiga fama. Seja como for, as pessoas que naquelas regiões têm algum estudo, como o capelão de Jaraguá, acabam por reverter à ignorância, por constituírem uma minoria insignificante. Quando um homem instruído se vê atirado a um dos arraiais da Província de Goiás, não encontra ninguém com quem possa compartilhar seus gostos e suas ocupações favoritas. Se encontrar alguma dificuldade para

sustentar-lhe o animo, pouco a pouco irá perdendo o gosto pelos estudos, que tanto apreciava, e acabará por abandoná-los inteiramente, passando a levar uma vida tão vegetativa quanto a das pessoas que o cercam.

Interessante e digna de nota a visão do naturalista francês, em relação ao descaso que se dava então à cultura e ao saber, o que se prolongaria até o século XX, visto que as pessoas não tinham interesse em instrução e conhecimento, que não produziam renda imediata, como a lavoura e a pecuária.

Por um determinismo histórico, Goiás ficou relegado a plano inferior em relação aos centros mais adiantados do país, no que concerne à instrução e ao conhecimento. Mesmo assim, houve homens notáveis, dotados do espírito de progresso, como Joaquim Alves de Oliveira, em Meia Ponte. A ele devemos o primeiro jornal goiano e a primeira biblioteca pública nas terras do Anhanguera.

1.2 EM MEIA PONTE, A PRIMEIRA BIBLIOTECA PÚBLICA DE GOIÁS.

No histórico dia 03.05.1830, em Meia Ponte, foi fundada pelo Comendador Joaquim Alves de Oliveira (1770 – 1851), a primeira biblioteca da Província que permitia livre acesso do público ao acervo. Dois meses antes, o mesmo Comendador fizera circular o primeiro número de *A Matutina Meiapontense*, jornal pioneiro da Província de Goiás. Em 03.05.1830, esse mesmo jornal publica o discurso do Padre Manoel de Souza, no ato solene de instalação da primeira biblioteca goiana.

A sociedade local ainda era, entretanto, adversa ao florescer do conhecimento; a juventude, principalmente, não valorizava tais empreendimentos, o que *A Matutina Meiapontense* denunciava três anos depois:

O estabelecimento de uma tipografia, a franquia de uma biblioteca, e cidadãos que se dedicam ao ensino público auguravam a restauração das letras em um povo, que sempre se distinguiu por sua tendência para a liberdade; mas, sepultados na ignorância e contaminados dos males que ela produz a uma sociedade, os meiaponteses não reconheceram as vantagens que se lhes apresentaram, e contentes, na mais repreensível ociosidade, testemunham os desgraçados pais os desvarios e devassidão de seus miseráveis filhos, sem lançarem mão do meio que se tem julgado o mais próprio para facilitar o homem, que o estudo da sabedoria.

Os próprios fatos que envolviam o cenário social de Meia Ponte eram contrários ao florescimento do saber. No mais, a esposa do Comendador Oliveira foi assassinada em 04.05.1833; três anos depois, o desditoso viúvo vendeu sua tipografia ao governo da Província para a impressão do *Correio Oficial*. Era o fim de uma era

1.2 A BIBLIOTECA DO LYCEU DE GOYAZ – 1846.

O Lyceo Goyano, depois Lyceu de Goyaz e hoje Liceu de Goiânia, foi criado pela Lei nº 9, de 20.06.1846, e instalado em 23.02.1847. Deve-se sua criação ao Barão de Ramalho, então presidente da Província de Goiás. Foi o Lyceo Goyano um dos primeiros estabelecimentos de ensino secundário do Brasil, seguindo os passos do Colégio Pedro II, fundado dez anos antes.

Funcionou por algum tempo na Escola de Aprendizes Artífices de Goyaz e, em seguida, na Casa da Thesouraria Provincial. Por testamento de 05.12.1844, o Dr. João Gomes Machado Corumbá legou-lhe um imóvel situado na Rua da Pedra, contendo um prédio onde passou a funcionar, até 27.11. 1937, quando foi transferido para Goiânia.

Ainda na década de 1850, foi instalada no Lyceu a primeira biblioteca escolar de Goiás, por iniciativa de Emydio Joaquim Marques e do Dr. Vicente Moretti Foggia; funciona há mais de 150 anos, até os dias atuais. Era uma biblioteca que dispunha de obras raras e atendia aos anseios dos estudantes daquelas distantes eras

1.3 O GABINETE LITERÁRIO GOIANO.

Em 2.04.1864, o cidadão Raimundo Sardinha da Costa, juntamente com outros ilustres vilaboenses, fundou o “Gabinete Literario Goiano”, coroação dos esforços de gerações anteriores.

Segundo as atas da instituição, a primeira aquisição de livros constou de uma Bíblia, uma História do Brasil, quatro dicionários e uma Gramática Filosófica da Língua Portuguesa.

A compra e o transporte de livros traduziam-se em verdadeira epopéia. Os volumes saíam da livraria Garnier, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e vinham para Goiás, conduzidos em lombos de burros; durante os meses de viagem, havia imprevistos, como chuvas prolongadas e pontes desaparecidas, além de extravios da carga, levada por burros fujões.

Uma grande crise afetou o Gabinete entre 1868 e 1871, quando ficou fechado por falta de recursos. Depois, reabriu em sede nova, com novas estantes, novos livros e novos sócios.

A partir de 1900, nota-se a presença feminina nas sessões; sua bibliotecária era a Mestra Silvina Hermelinda Xavier. O Gabinete chegou a construir um sobradinho, ao lado do hoje Museu das Bandeiras, onde foi acolhida a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás, na década de 1920; essa edificação desabou pouco depois da mudança da Capital. O Gabinete nunca se instalou ali.

Em 1921, mudou-se para o prédio onde se encontra até hoje; nessa ocasião, passa a atuar como bibliotecária a professora Angélica Pereira. Entre 1925 e 1926, houve um lapso no funcionamento da instituição.

A renovação só acontece em 1929, com a diretoria encabeçada por Consuelo Caiado, coadjuvada por Anita Fleury Perillo, Noemi Lisboa de

Castro, Maria Carlota Guedes de Amorim, Genezy de Castro e Silva e Argentina Remígio Monteiro.

Graças ao valor da mulher goiana, o Gabinete conheceu dias de glória, com palestras, debates e conferências, que marcaram os últimos anos da República Velha, do regime caiadista e do *status* de capital da Cidade de Goiás.

O Gabinete chegou a ter um jornal próprio, intitulado *Folha Goyana*, que foi dirigido por Genezy de Castro e Silva. Nesse período, seu acervo bibliográfico alcançou o expressivo número de mais de quatro mil obras.

A notável bibliotecária Genoveva Santana da Veiga Jardim, dona Zu, emprestava alegria ao ambiente do Gabinete, tornando a freqüência mais agradável, conforme ressaltou o escritor Maximiano de Mata Teixeira em seu livro *Estórias de Goiás*.

Apartir de 1932, o Gabinete Literário Goiano entra em decadência; com a mudança da Capital, permanece em ruínas por quase três décadas. Volta a funcionar graças aos esforços e à dedicação de Regina Lacerda, Elder Camargo Passos e João Nicolau, mas, novamente, cai na inércia.

Somente em 1978, ganha vida novamente, pelo empenho de Elder Camargo, Genesco Bretas (que catalogou e selecionou os livros), Arthur Costa Ferreira e muitos outros que, até hoje, dão vida à velha biblioteca vilaboense.

1.4 LAMPEJOS CULTURAIS NO CORAÇÃO DO BRASIL.

Ao longo do século XIX, Goiás vivia em letargo cultural; a partir de 1870, alguns jovens de famílias tradicionais burilaram o pensamento em faculdades fora da província, vindo a formar uma elite política e cultural que incluía os Rodrigues Jardim, Fleury, Bulhões, Rodrigues de Moraes, Abreu, Caiado, Sócrates, Bastos, Alves de Castro e outros.

Todavia, a política tacanha predominava até na escolha dos mestres, como se vê no jornal *Goyaz*, de 10.02.1888, que assim se

expressa: “O professor deve ser temente ao governo para não perverter com maus exemplos de altivez e independência o carater em embryão das crianças”.

Esse pensamento retrógrado foi observado por Oscar Leal, viajante que percorreu as terras goianas em 1890; em seu livro *Viagens às terras goianas* assinalou:

Segundo me informaram, como depois averigui, o lugar é mau para as artes. Há pouco gosto e só uma ou outra pessoa é que prefere ocupar profissionais. Isto alli não é para admirar porque em quasi todos os pontos centraes do Brazil ainda hoje não passa de mytho o apparecimento de pessoas verdadeiramente habilitadas para qualquer mister. Extremamente desconfiada e ao mesmo tempo invejosa, muita gente só trata de desprestigiar aquelles que são o orgulho da sciencia, ao passo que os charlatães locais são cobertos de deferencia. Não se dá no entanto isso só com os estranhos. Filhos mesmo de Goyaz que conseguem-se diplomar, são alli, victimas de sua ousadia.

Em Bonfim, hoje Silvânia, o mesmo autor relatou a falta de apoio às entidades sociais e culturais:

Em Goyaz há uma negação absoluta pelo bem estar e adiantamento próprio e do próximo. Vejamos um facto que prova o que afirmo. Alguns goyanos patriotas, entre elles o incansável cavalheiro Henrique Silva, fundam no Rio um Club a que denominaram “Centro Goyano”. Esta sociedade para ajuda dos estudantes goyanos pobres, e tratar praticamente do desenvolvimento d’aquelle estado. Abrem-se subcrispções, na capital, obtem-se alguma cousa é verdade, mas os homens ricos, os fazendeiros, os capitalistas que habitam o estado, fecham os braços, fazem-se mudos e não mandam um real a tão útil associação. (op.cit, p, 88)

Não obstante a generalizada indiferença, houve cidadãos cultos e idealistas que desenvolveram esforços em prol da educação e do progresso, em diferentes regiões do território goiano.

Na cidade histórica de Santa Cruz de Goiás, desde o século XVIII existiram homens letrados, como Antonio de Pádua Fleury (1795 – 1859), que foi Presidente do Estado e João Gomes Machado Corumbá, benfeitor do Lyceu de Goiás, ao qual legou seu patrimônio pessoal. A Biblioteca Pública dessa cidade foi criada em 1954, na gestão do prefeito Américo Carneiro de Mendonça. Hoje, está localizada no histórico casarão de Câmara e Cadeia; tem o nome do escritor Joaquim Rodrigues Alves.

Em Corumbá de Goiás, em 1897, Monsenhor Chiquinho fundou uma sociedade de leitura que se transformou em biblioteca pública. Nesta, foi bibliotecário, sem receber remuneração, o então jovem estudante Agnelo Arlington Fleury Curado (1891 – 1966). Em 1948, o prefeito, poeta Benedito Odilon Rocha (1916 – 1990), criou oficialmente uma Biblioteca Pública, segundo registra Ramir Curado em seus estudos.

Em Trindade, em 1896, com a chegada dos Padres Redentoristas, foi criada uma pequena biblioteca sacra. Em 1936, as professoras Nila Chaves Roriz de Almeida, Davina Nascimento Vasconcelos e Ana Maria de Oliveira organizaram outra modesta biblioteca, no Grupo Escolar João Pessoa

Na década de 1950, foi instalada no Ginásio Divino Pai Eterno a Biblioteca Veritatis, pelo Clube dos Estudantes Trindadenses, que promoveu inúmeras atividades culturais relacionadas à literatura e às artes plásticas. Em 1974, começou a funcionar a Biblioteca Pública Municipal Pe. João Cardoso de Souza, organizada pelo autor deste trabalho e até hoje em funcionamento, no prédio histórico intitulado “Castelinho”, no Beco dos Aflitos,.

Significativa foi, igualmente, a fundação, em 1980, da Academia Trindadense de Letras, Ciências e Artes pelo escritor Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado, que deu impulso à literatura; está hoje sediada na Casa de Cultura Gabriel Alves de Carvalho, com a Biblioteca Toninho Camargo.

Com o desenvolvimento do Estado de Goiás, no século XX, algumas cidades iniciam atividades culturais.

Em Formosa, em 1905, surge o Clube Patriótico de Instrução e Progresso, presidido por Trajano Balduino de Souza, o que propiciou a fundação do Colégio São José, em 1910. Nesse mesmo ano, foi instalado o Grêmio Literário Emilio Póvoa, de caráter particular, visando difundir a leitura.

Em Rio Verde, em 15.04.1910, o Dr. Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa criou o Instituto de Ciências e Letras de Rio Verde, que possuía uma biblioteca. Em 1924, surge ali o Colégio Novais, de Eleuthério de Souza Novais, com biblioteca própria, como ressalta Basileu Toledo França. Hoje, a Biblioteca Municipal funciona num antigo sobrado dos tempos coloniais, que também abriga a Academia Rioverdense de Letras, guardiã de sua cultura.

Na antiga Entre Rios, hoje Ipameri, as atividades intelectuais cedo tiveram início, ainda no século XIX, por meio da atuação de notáveis mestres como Benedito Izidório, Pe. Raymundo Henrique Des Genettes (que fundou, em 1877, o Colégio Nosso Senhor do Bonfim) e Ernesto Rossi.

Uma biblioteca foi criada, em 1921, no Colégio Olavo Bilac, fundado pelo professor José Lombardi, auxiliado por Julia Guimarães, renomada mestra. Em 1936, outra biblioteca de maior porte foi instalada na cidade, no Educandário Nossa Senhora Aparecida, das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado.

Jaraguá teve destaque na cultura desde os seus primórdios, graças à atuação do Pe. Silvestre Álvares da Silva, seguido por Baltazar de Freitas. O ápice do desenvolvimento da cidade ocorreu com o surgimento do Grupo Escolar Ruy Barbosa, em 1927, onde atuou Graciema Machado de Freitas (1905 – 1984), talentosa escritora, que organizou a primeira biblioteca da cidade.

A fundação do Ginásio Arquidiocesano de Jaraguá, em 1947, propiciou o surgimento de uma biblioteca de maior porte, que veio suprir as necessidades de leitura dos habitantes da cidade.

Em Caldas Novas, desde o início do século XX, as atividades culturais foram fomentadas através do empenho dos administradores Bento de Godoy, Orcalino Santos, Vitor de Ozeda Ala, Odilon de Souza e Armando Storni.

Criada na gestão de Bento de Godoy, a Biblioteca Pública “Josino Ferreira Bretas” homenageia o professor desse nome, também coletor e pai do professor e historiador Genesco Bretas. Localizada em uma praça, em região nobre da cidade, é cercada por um bosque, onde há um pequeno teatro de arena. Nessa cidade, destaca-se também a atuação da Academia de Letras de Caldas Novas.

Na antiga Pouso Alto, hoje Piracanjuba, as atividades intelectuais ganharam vulto nos primeiros decênios do século XX. Na década de 1940, na gestão do prefeito Hermínio Alves de Amorim, foi criado o Clube Recreativo Pousoaltano, o qual, pelo trabalho dos irmãos Taufic e Jamil Sáfade, deu origem a uma biblioteca dirigida aos estudantes. O clube e a biblioteca desenvolveram vasta programação cultural, e dispunham de um jornal.

Mais tarde, foi criada a Academia Piracanjubense de Letras, graças à atuação dos escritores Ney Teles de Paula, Lídia Arantes Rossi e Tito Modesto, que utilizaram o prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia para sediar a entidade e a biblioteca da cidade.

Na antiga Santa Luzia, hoje Luziânia, no campo da cultura foi pioneiro, ainda no século XIX, o Pe. João Teixeira Álvares, que, conforme referido anteriormente tinha uma grande biblioteca.

Na década de 1930, surgiu a Escola Normal Americano do Brasil, graças ao trabalho edificante de intelectuais como Guiomar de Grammont Machado e Terezinha Roriz. Prosseguiu a tradição cultural com José Dillermundo Meirelles, fundador da Academia de Letras e Artes do Planalto, cuja biblioteca é, hoje, uma referência para a região.

Em Anicuns, uma das últimas cidades do ciclo do ouro, destaca-se o trabalho intelectual desenvolvido em suas escolas. A “Biblioteca Municipal José de Sena Chaud” atende à comunidade, há algumas décadas.

Em Planaltina, antigo Mestre D'Armas, encravada no Planalto goiano, houve tímida produção cultural a partir de 1906, com a atuação do Delegado Literário Torquato Nunes Ferreira e da professora Percília Mundim Guimarães. A partir da década de 1930, com a fundação do Grupo Escolar Brasil Caiado, deu-se a organização de um acervo de livros que foi instalado na Escola Normal Olívia Guimarães.

Na poética e tradicional Santana das Antas, hoje Anápolis, desde 1873 destaca-se o trabalho literário do Padre Francisco Inácio da Luz e dos professores Joaquim Sebastião de Bastos e Gomes de Souza Ramos. Em 1956, pela Fundação Educacional de Anápolis foi criada a Biblioteca Zeca Batista, que tantos serviços tem prestado à comunidade, pelo empenho dos escritores Haydée Jayme Ferreira, Mário Ribeiro Martins, Célia Siqueira Arantes e Paulo Nunes Batista, aglutinados em torno da Academia Anapolina de Letras.

Na cidade de Bonfim de Goiás, hoje Silvânia, há referência sobre o uso de livros e a presença de bibliotecas no século XIX. Em 1862, os alunos carentes daquela localidade receberam de José Martins Pereira de Alencastre, por meio do ato nº 027, livros, papéis e tintas para o funcionamento de uma pequena biblioteca.

Em 1889, começou a funcionar o Externato Bonfinense, do professor e farmacêutico Francisco Olimpio de Paiva, que já possuía uma boa biblioteca. Em 1903, surge o Colégio Xavier de Almeida, fundado pelo professor Antonio Eusébio de Abreu; em 1925, é lançada a pedra fundamental do Ginásio Anchieta, que passa a funcionar no ano seguinte, com uma boa biblioteca.

Alguns anos depois, foi construído um belo prédio em estilo moderno, que abrigou um grupo escolar. Anos depois, ali foi sediada a Biblioteca Pública Municipal Cel. Pirineus de Souza, com grande acervo.

Depois do pioneirismo de sua primeira biblioteca, Pirenópolis passou por um período de letargo cultural. Em meados do século XX, ali foi fundada a Biblioteca Sócrates de Oliveira, com razoável número de obras.

Catalão, terra de adoção do poeta Ricardo Paranhos, é o berço de grandes intelectuais. Desde o século XIX, dispunha de boas bibliotecas particulares, pertencentes a doutos homens de letras. Nessa cidade, funciona atualmente a Biblioteca Municipal Luís de Alcântara, além da Biblioteca da Academia Catalana de Letras, ciosamente guardada pelo talento do saudoso Cornélio Ramos, cujo centenário de nascimento ocorre no próximo ano de 2010.

Na cidade de Jataí, antigo povoado de Paraíso de Jataí, berço de escritores de renome, as manifestações culturais foram notáveis. Destaca-se a criação da Casa de Cultura, instalada em casarão histórico, com janelas coloniais guarnecidas com grades de ferro, onde outrora funcionou o histórico Colégio Novais.

Inhumas, antiga Goiabeiras, com a mudança da capital experimentou grande impulso. Por muitos anos, o GREMI deu vida à cultura local. Seus escritores criaram a Academia de Letras de Inhumas; em 1974, na gestão do Prefeito Municipal Firmo Luís de Melo Souza, foi fundada a Biblioteca Nadir Arataque, que funciona junto à Matriz de Santana.

Itaberai, a antiga Currealinho, sempre manteve sua cultura em evolução, destacando-se o escritor Jacintho Luiz da Silva Caldas, que tinha rica biblioteca e foi o autor da *Gramática da Língua Portuguesa Lusobrasileira*. A Casa de Cultura João Caldas é a sede da Academia Itaberina de Letras, fundada pelo escritor Antonio César Caldas Pinheiro.

Bela Vista de Goiás, antiga Suçuapara, desde o século XIX manteve elevado índice cultural, por meio do Grêmio Instrutivo Belavistense e dos jornais *O Phanal* e *Folha do Sul*. A tradição literária da cidade tem hoje continuidade na Academia Belavistense de Letras, sediada na casa de Senador Canedo, dinamizada pelo empenho da escritora Nancy Ribeiro de Araújo e Silva.

Em Campinas, a Campininha das Flores, hoje bairro de Goiânia, funcionou, desde 1921, a Biblioteca do Colégio Santa Clara, tradicional casa de instrução que muito fez pela cultura. Essa biblioteca, que foi referência para a região, continua dando atendimento aos estudantes do bairro e da própria escola.

Porangatu, ex-vila de Descoberto, foi palco da atuação de personagens ilustres e escritores, reunidos na Academia de Letras de Porangatu.

Em Aparecida de Goiânia, na região metropolitana de Goiânia, na década de 1980, foi instalada a Biblioteca Pública Ursulino Leão, nome do consagrado autor de *Maya, Baldeação para Nínive e Judith*. Essa biblioteca foi concebida como homenagem ao escritor goiano; na cidade, há outras bibliotecas nas escolas estaduais.

Na cidade de Mineiros, o escritor Martiniano José da Silva, membro da Academia Goiana de Letras, fundou a Academia Mineirense de Letras e inaugurou a Biblioteca Irmã Maria de Lourdes, personalidade que tão bem serviu à comunidade, ao longo dos anos.

Na antiga Campo Formoso, hoje Orizona, a escritora Sonia Maria Ferreira teve e continua tendo atuação marcante. Criou o “Volante Clube Literário Orizonense” (VOCLIO), que foi presidido por Luis Otavio Soares; organizou também a primeira biblioteca da cidade. Sônia Ferreira fundou o Grêmio Literário de Orizona, o Centro de Cultura da Região Centro Oeste (CECULCO) e, mais recentemente, a Academia de Letras, Ciências e Artes de Campo Formoso, onde funciona uma casa de cultura que serve à comunidade.

Em cidades de menor porte, também se encontram bibliotecas e intelectuais que mantêm viva a chama da cultura:

Em Caçu, graças ao trabalho desenvolvido pelo escritor José de Faria, foi instalada, em 22.04.1978, a “Biblioteca Catarina Rosa de Faria”.

Em São Miguel do Passa Quatro, o historiador Élson Gonçalves de Oliveira fundou a “Biblioteca Dom Fernando Gomes de Oliveira”, contando com o apoio do escritor Geraldo Coelho Vaz, agro-pecuarista da região.

Em Cumari, destacou-se a intelectual, escritora e promotora de cultura Maria Emídio Evangelista; professora no grupo Escolar São João Batista, organizou uma pequena biblioteca e promoveu atividades relacionadas à cultura, na década de 1950, trabalho até hoje reconhecido.

Em Santa Helena de Goiás, cidade marcada pela agricultura, as atividades intelectuais iniciaram-se na década de 1940, com a fundação da Escola Adventista (1942) e do Educandário Pindorama (1948). Mais tarde, surgiu a biblioteca ligada à Escola Técnica de Comercio, hoje Colégio Vital de Oliveira. Pela Lei nº 570, de 12.05.1975, foi criada a Biblioteca Pública Municipal Almério de Freitas Prado (1948-1873),

Em Itapaci, no Colégio Assunção, administrado pelas Irmãs de Caridade, está a melhor biblioteca do Vale do São Patrício.

Em Goianésia, cujo desenvolvimento é insuflado pela agricultura e pecuária, há décadas funciona a Biblioteca Pública Municipal Inácio de Araújo Godinho.

Em São Luiz de Montes Belos, cidade relativamente nova, desde 1977 conta com a Biblioteca Publica Municipal Fagundes Varella.

A antiga Santo Antonio das Grimpas, hoje Hidrolândia, foi o berço do escritor e historiador José Mendonça Telles e de Marieta Teles Machado, pioneira da biblioteconomia no Estado de Goiás.

Em Damolândia, cidade ícone do carro de boi, a produção cultural teve início em 1958, com Wilde Lewergger e sua esposa, professora Maria Lygia do Carmo. Como coletor estadual, reuniu ele farta documentação e organizou os primeiros documentos e livros da cidade; escreveu a obra *Flagrantes de Damolândia*.

Em Posse, cidade que guarda os restos mortais de Dom Prudêncio, nasceram muitos intelectuais de renome, sendo um dos mais cultos o farmacêutico e advogado Balduino de Souza Décio, dono de respeitável biblioteca.

Em Campos Verdes de Goiás, a biblioteca funciona junto à Secretaria Municipal de Educação.

Em Damianópolis, foi fundada em 1977 a Biblioteca Rui Barbosa, que funciona na Avenida Goiás.

Em Guarinos há uma biblioteca, sediada na Escola Estadual Manoel de Oliveira Pena.

1.8 A PRIMEIRA BIBLIOTECA DE GOIÂNIA

A primeira biblioteca de Goiânia foi idealizada nos dias iniciais da nova capital. Algumas jovens de famílias tradicionais, vindas, em grande maioria, da Cidade de Goiás, sentindo falta do movimento intelectual da antiga capital, decidiram promover uma campanha de arrecadação de livros. A liderança do grupo era exercida por Maria do Rosário Fleury (Rosarita), Maria das Graças Fleury Pires de Campos (Dadá), Virgínia e Angélica Vieira (Tuniche) e Maria Félix de Souza.

As moças idealizaram o “Baile do livro”, realizado em 08.08.1936, nos salões do Fórum de Goiânia; como ingresso, os homens deveriam fazer a doação de um livro. Segundo o *Jornal Goiânia*, de Wilson Pierucetti, foram arrecadados 78 livros, que formaram o embrião da primeira biblioteca da cidade.

Esteve presente o Interventor Federal, Pedro Ludovico Teixeira, que assumiu a presidência da mesa diretora dos trabalhos na parte oficial, juntamente com Venerando de Freitas, então Prefeito Municipal e Maria das Graças Fleury Pires de Campos, representando as idealizadoras. A abertura da solenidade foi feita por Joaquim Câmara Filho, do Departamento de Propaganda, fazendo uso da palavra, em seguida, Albatênio Caiado de Godoi, em nome da Faculdade de Direito.

A ata desse evento histórico foi lavrada por Maria das Graças Fleury Pires de Campos, ficando registrados os nomes dos que auxiliaram nas comissões de propaganda, finanças, organização e festas, a saber: Luiza Sabóia Pereira, Joaquim Taveira, Francisco Balduino de Santa Cruz, Abelardo Coimbra Bueno, Átila de Moraes Jardim, Celso Hermínio Teixeira, Zoroastro Artiaga, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, Eleusa Rossi, Acari Passos de Oliveira, Alberto Silva, Elba Gomes Pinto, Maria da Veiga Jardim, Geralda Artiaga, Helena Hochstatter, Tomás de Aquino Callado e Emmanuel Augusto Perillo. Esses foram os pioneiros da primeira biblioteca da que viria a ser, em breve, a “Cidade brotinho”.

Hoje, Goiânia é uma cidade de muitas bibliotecas, destacando-se:

— Biblioteca Estadual Pio Vargas, que já se chamou Maximiano da Mata Teixeira; está situada no Centro Cultural Marietta Telles Machado, na Praça Cívica.

- Biblioteca Municipal, localizada na Praça Universitária.
- Biblioteca Cora Coralina, na Praça Joaquim Lúcio, em Campinas, instalada no prédio do antigo Grande Hotel.

As instituições de ensino superior sediadas na capital goiana contam com bibliotecas próprias, destacando-se as das Universidades Federal e Católica de Goiás.

De igual modo, os grandes colégios e as instituições culturais de Goiânia preocupam-se em atender aos amantes da leitura.

A primeira biblioteca infantil da nova capital goiana foi instalada, por sugestão de Julieta Fleury (1908-2002), em 1938, no Grupo Escolar Modelo (hoje Escola Estadual José Carlos de Almeida); apresentava grande número de obras dedicadas às crianças, que eram levadas a lê-las e apreciá-las em sessões de leitura e apresentações de livros.

1.9 GRANDES NOMES E GRANDES BIBLIOTECAS

Na história de Goiás, como vimos, homens e mulheres destacaram-se pela inteligência e apego aos livros. Desde o pioneiro, Joaquim Alves de Oliveira com sua biblioteca em Pirenópolis, outros demonstraram amor aos bens imperecíveis e à cultura, como Dr. Sebastião Fleury Curado (1864-1944), escritor e político dos últimos decênios do século XIX.

Nas cercanias da Cidade de Goiás, teve a maior biblioteca da cidade em sua chácara Baumann, ponto de encontro da intelectualidade vilaboense, em retretas e saraus coordenados por sua esposa Augusta de Faro Fleury Curado.

Donos de invejáveis bibliotecas foram, igualmente, os intelectuais Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (1875 – 1942); Honestino Guimarães (1876 – 1931), Benjamim da Luz Vieira (1891 – 1947), Egerineu Teixeira (1901 – 1938), João Teixeira Álvares, José Netto de Campos Carneiro, Henrique Silva, este último, editor da revista *Informação Goyana*, no Rio de Janeiro.

Amália Hermano Teixeira, ao lado de seu esposo Maximiano da Mata Teixeira, personificou o amor à arte e à literatura no rico acervo da

biblioteca que construiu ao longo da vida e que ocupava grande parte de seu florido quintal, na Rua 24, no centro de Goiânia.

Parte desse acervo está no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e também conosco, numa doação generosa do Dr. José Hermano Sobrinho, por termos trabalhado por muito tempo na elaboração do livro *História de Goiás*, que Amália Hermano deixou inédito. A convivência com Amália Hermano foi decisiva para a nossa formação intelectual e constitui indelével lembrança de uma fraterna amizade, até o fim.

Colecionadores de livros e documentos em bibliotecas admiráveis foram Nelly Alves de Almeida, Rosarita Fleury (cujo acervo está na Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás e Academia Trindadense de Letras), Leo Lynce, Alcide Jubé, Benedicto Silva – sendo que a família deste último doou o acervo para a cidade de Orizona – além de Genesco Bretas, grande pesquisador que deixou obras de fôlego como *História da Instrução Pública em Goiás* e *Memórias de um botocudo*.

Altamiro de Moura Pacheco foi um caso especial. Sua biblioteca foi a maior de Goiânia, ocupando a parte superior de seu belo sobrado na Avenida Araguaia, hoje pertencente à Academia Goiana de Letras.

Na atualidade, muitas dessas bibliotecas fazem parte do acervo de entidades culturais, como a Academia Goiana de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Intelectuais e escritores possuem bibliotecas de referência, como Bariani Ortencio, José Mendonça Telles (no seu belo centro cultural, na Rua 24, no Centro de Goiânia), Gilberto Mendonça Teles (cujo acervo foi doado à cidade de Bela Vista de Goiás), Lúcio Batista Arantes (acervo doado à Academia Trindadense de Letras).

O Dr. Colemar Natal e Silva, homem de importância fundamental para a história cultural do Estado de Goiás, também viveu a sua existência cercado de livros e papéis que oportunizaram o crescimento intelectual de muitas gerações e que hoje se perpetuam na Academia Goiana de Letras, no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e na União Brasileira de Escritores.

MUSEU ANTROPOLÓGICO: MEMÓRIA E HISTÓRIA

Juarez Costa Barbosa¹

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas²

Na construção da História, tem lugar importante a memória dos que foram partícipes ou presenciaram o que é lembrado ou estudado. A História Oral, muito em voga, oferece subsídios que provêm de lembranças e relatos dos que foram contemporâneos – ou quase – dos fatos em foco.

A memória individual é, entretanto, seletiva e excludente, construída a partir da perspectiva unilateral de quem a evoca. De modo geral, privilegia o prazeroso ao invés do desagradável, o belo e virtuoso de preferência ao feio ou censurável. Nessa natural seletividade estão presentes, além do desgaste dos neurônios dos idosos que relatam lembranças, a humana vaidade e a tendência ao engrandecimento dos papéis desempenhados pelo depoente.

Assim é que, cientes embora de nossas limitações e lapsos de memória, viemos trazer uma contribuição para a história do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás que, em 2010, completa quatro décadas sob a égide da excelência do seu acervo e da seriedade do trabalho que desenvolve.

Para maior autenticidade dos relatos, seguem-se, separados, os depoimentos dos professores Lena Castello Branco Ferreira de Freitas e Juarez Costa Barbosa, presentes na fundação e consolidação do Museu Antropológico.

¹ Professor Titular aposentado e ex-Diretor do DAA (Departamento de Assuntos Acadêmicos) da UFG; Sócio Titular do IHGG, ocupando a cadeira n. 2.

² Professora Titular aposentada da UFG e ex-Diretora do ICHL. Doutora em História pela USP. Socia Emérita do IHGG.

1. DEPOIMENTO DA PROFESSORA LENA CASTELLO BRANCO FERREIRA DE FREITAS

O Museu Antropológico foi criado no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), que resultou do desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como parte da implantação da Reforma Universitária e do Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Goiás (Decreto n. 63.817 de 16/10/1968).

Em abril de 1969, o Reitor, professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, nomeou-me coordenadora *pro tempore* do ICHL, em substituição ao professor Olavo de Castro, que se demitira. Alguns meses depois, a Congregação elegeu-me diretora, cargo no qual tomei posse em 4/11/1969; exerci-o até 03/11/1973, sendo Vice-Diretora a saudosa Professora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles.

Ao tempo em que estudava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás, fui aprovada em concurso para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), onde atuei como escrituraria-datilógrafa no Setor de Arrecadação. Era meu chefe o Dr. Acary de Passos Oliveira. Ao longo dos sete anos em que trabalhamos no IAPI (de 1960 a 1967), convivi com sua família – a esposa, D. Mila, e os filhos, ainda pequenos – e tornamo-nos bons amigos, o que me permitiu conhecer as atividades de sertanista e indigenista por ele desenvolvidas.

Visitei a chácara de propriedade do Dr. Acary, nos arredores de Goiânia, onde pude apreciar o notável acervo etnográfico ali guardado, bem como identificar as preocupações do apaixonado colecionador quanto à preservação da valiosa coleção, reunida ao longo de anos.

Como coordenadora *pro tempore* do ICHL, preocupei-me em dar início a programa de estudos e pesquisas que explorassem o potencial existente em Goiás, nas áreas de história, lingüística e antropologia. Com efeito: ricos e inexplorados arquivos regionais aguardavam os estudiosos; de igual modo, culturas indígenas e valiosos acervos ofereciam amplas possibilidades de trabalho nesses setores de conhecimento, pouco desenvolvidos entre nós. Entendia eu ser da competência da recém

fundada Universidade Federal de Goiás conduzir descobertas e trabalhar com esse material de valor inestimável.

No final da década de 1960, a Antropologia começava a firmar-se no Brasil como ciência social autônoma, desvencilhando-se da Sociologia, até então hegemônica. É este o período em que são fundados os primeiros programas de pós-graduação em Antropologia nas universidades federais – do Rio de Janeiro e de Brasília – que se somaram ao mais antigo doutorado da área no país, o da Universidade de São Paulo. Nesse contexto, predominava o interesse pelo estudo das sociedades tribais ou primitivas, tal como prevalecia nos grandes centros europeus e norte-americanos.

Alguns dos mais antigos museus brasileiros eram, já então, centros de ensino e pesquisa em Antropologia e Etnografia, tais como: Museu Nacional (RJ), Museu Paulista (SP), Museu Emílio Goeldi (PA), Museu de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais (PE), Museu Paranaense (PR). Em algumas universidades federais, localizadas fora do tradicional eixo Rio de Janeiro/São Paulo, começavam a surgir unidades voltadas para o ensino e pesquisa em Antropologia – como o Instituto (depois Museu) de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, que datam de 1968 e 1970, respectivamente.

Levando em consideração tais fatos e idéias, relatei ao Reitor, professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, as atividades de sertanista e colecionador desenvolvidas pelo Dr. Acary, transmitindo-lhe minha convicção de ser do interesse da Universidade Federal de Goiás tê-lo em seu quadro de colaboradores. Acatada a sugestão e feitos os contatos iniciais, o Dr. Acary de Passos Oliveira mostrou-se receptivo e dispôs-se a colaborar de imediato com a UFG e o ICHL.

O Departamento de Antropologia e Sociologia do ICHL era então chefiado pelo Professor Vivaldo Vieira Silva³ e contava entre seus docentes o decano da área, professor Antônio Theodoro da Silva Neiva, bem como o professor padre José Pereira de Maria. No segundo semestre de 1969, o professor Neiva entrou em licença para tratamento de saúde, sendo

³ ICHL. Relatório da Diretoria, 1969. Departamento de Comunicação, Arquivo Histórico. Campus Samambaia. Cx. 14 BR UFG: O. ADG GES 07/

contratadas temporariamente para substituí-lo as professoras Cecília Frazão Costa e Regina Lacerda, que, durante dois meses, ministrou curso sobre folclore.

O professor Antônio Theodoro da Silva Neiva⁴ (1922-1998) integrou o corpo docente do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da UFG, onde lecionou Antropologia; depois de o CEB ser fechado, em 1964, prosseguiu com suas atividades na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Extinta essa unidade pela Reforma Universitária, passou ele ao Instituto de Ciências Humanas e Letras. Natural de Paracatu (MG) e formado em Direito, o professor Neiva foi pioneiro em sua especialidade em Goiás, sendo respeitado pela erudição e competência. Dentre seus trabalhos, destaca-se “Os canoieiros. Aspectos da cultura goiana”, e a monumental “Introdução à Antropologia Goiana” (Goiânia: Ed. O Popular, 1986, 715 páginas).

O professor Vivaldo Vieira Silva⁵ (1932-1975) era carioca; bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil (RJ), ingressou em 1967 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG, como professor de Sociologia e, depois, de Etnografia e Etnologia do Brasil, nos cursos de Ciências Sociais e de Jornalismo. Com o desmembramento da FaFi, passou a integrar o Departamento de Antropologia e Sociologia (DAS) do ICHL na categoria de professor regente de cátedra e, depois, professor titular. Exerceu a chefia desse Departamento; presidiu o Colegiado de Cursos e foi Vice-Presidente do Conselho Departamental do ICHL. Jornalista, seu nome consta entre os primeiros filiados ao Sindicato de Jornalistas de Goiás. Desenvolveu pesquisas de campo em Etnologia e Etnografia; em 1972, esteve licenciado para permanência de 30 dias entre os índios Natipu-Navukuá. Em janeiro de 1974, licenciou-se para cursar o doutorado em Etnografia Indígena na Universidade de São Paulo, mas veio a falecer em 27/01/1975. Publicou o livro “Sinopses de Antropologia Geral” (Goiânia, 1973).

⁴ Dossiê do professor Antônio Theodoro da Silva Neiva. Departamento do Pessoal, Idem.

⁵ Dossiê do professor Vivaldo Vieira Silva. Departamento do Pessoal, idem.

O professor padre José Pereira de Maria⁶ é natural de Jaicós (PI); sacerdote secular, ordenou-se no histórico Seminário do Olinda (PE). Foi contratado, em 1963, como professor de Cultura Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG e no Centro de Estudos Brasileiros, passando a regente de cátedra, em 1965. Licenciou-se para curso de especialização em Sociologia, na França (1966/1967). Passou a integrar o quadro docente do ICHL (1969), onde foi professor titular, lotado no Departamento de Antropologia e Sociologia. Licenciou-se, em agosto de 1969, para tratar de assuntos de interesse particular; em 1970, esteve licenciado para curso de pós-graduação, retornando em maio de 1971; doutorou-se em Antropologia na Universidade de Sorbonne (França). Demitiu-se da UFG em 1983, passando a atuar na Universidade Católica de Goiás (atualmente, Pontifícia Universidade Católica – PUC/Goiás) da qual foi Reitor; seu nome foi dado ao complexo constituído pelo “Memorial” e “Vila Cenográfica do Cerrado”, dessa universidade.

Nos primeiros meses em que fui Coordenadora do ICHL, convenci-me da importância da existência de um Museu Antropológico na UFG e empenhei-me em sua criação. O professor Vivaldo Vieira Silva aderiu à idéia, que o entusiasmava: para ele, o Museu seria “o grande sonho” e “a menina dos olhos”⁷ da chefia do Departamento de Antropologia e Sociologia (DAS).

Com vistas a esse desiderato, providências foram tomadas para a formação e contratação de pessoal especializado em Antropologia e áreas afins. Procedeu-se à seleção de monitores do curso de Ciências Sociais, sendo designadas as alunas Sônia Maria Thomé (Antropologia), Marcolina Martins Garcia e Edna Luíza de Melo (Etnologia e Etnografia)⁸; as duas últimas viriam a ingressar no magistério superior.

Em julho de 1969, docentes do DAS visitaram tribos indígenas: o professor Antônio Theodoro da Silva Neiva fez uma viagem de estudos;

⁶ Dossiê do professor padre José Pereira de Maria. Departamento do Pessoal, idem.

⁷ Relatório do Chefe do Departamento de Antropologia e Sociologia, professor Vivaldo Vieira Silva, em 09/12/1969; anexo ao Relatório da Diretoria do ICHL, exercício de 1969, cit.

⁸ Designadas pela Portaria/ICHL n. 31/1969,

o professor Vivaldo Vieira Silva, duas. Foram acompanhados pelo Dr. Acary de Passos Oliveira, cujos contatos e experiência mostraram-se decisivos para o êxito dos trabalhos. Recebidos pelo sertanista Orlando Vilas Boas, detiveram-se no Parque Indígena (depois Parque Nacional) do Xingu e foram à Ilha do Bananal, onde entraram em contato com numerosas aldeias. Dois alunos acompanharam os docentes, tendo início uma pesquisa etnológica entre indígenas da tribo Txikão, no Parque Indígena do Xingu. Integrou o grupo de pesquisadores a estudante do curso de Comunicação do ICHL e estagiária da Assessoria de Imprensa da UFG, Laurenice Noleto, que escreveu uma série de quatro reportagens, publicadas no *Correio Brasiliense*, de Brasília.

Nessa oportunidade, procedeu-se à aquisição de cerca de 100 (cem) peças para o sonhado Museu Antropológico⁹, sendo que algumas, “de grande valor simbólico (...) foram encomendadas e [estavam] em fase de execução”. Destas, duas são mencionadas como “de valor incalculável pela raridade”: uma panela cerâmica com 1,80m de boca, “da qual existem dois exemplares apenas, um dos quais fora do país”; e uma canoa de casca de jatobá, não mais usada pelos índios. De acordo com o professor Vivaldo, seria “a última a ser confeccionada”, uma vez que, “pelo desuso os indígenas perdem a técnica (de fazê-la)”. Além do que foi encomendado, só existem mais dois exemplares: “um no Museu Nacional e outro, na Alemanha”.

Do ponto de vista burocrático, gerou-se um impasse no pagamento do frete aéreo dessas peças, para o que não se dispunha de verba em rubrica específica. Endossando o entusiasmo dos colegas quanto à relevância dos artefatos para o Museu, custeei seu transporte – algo em torno de 500 reais, em moeda atual. Até há pouco tempo tinha guardado o recibo que me foi passado, mas o perdi, em uma das minhas mudanças de residência.

Retornando os docentes das viagens de estudo, o DAS promoveu, nos dias 4 a 6 de setembro de 1969, a Semana de Estudos intitulada: “Do homem primitivo à dialética do desenvolvimento”. Para palestrantes, foram convidados professores da Universidade de Brasília, com a qual

⁹ Relatório do Chefe do Departamento de Antropologia e Sociologia, cit.

se buscava manter intercâmbio. As palestras proferidas versaram sobre: “Estado atual dos conhecimentos sobre os índios do Brasil” e “Os índios Krahô: resultados de uma pesquisa”, pelo professor Júlio César Melatti; “As formas de desenvolvimento social”, pelo professor Élbio Gonzalez; “A dialética do subdesenvolvimento”, pela professora Maria Inês Bastos. Conjuntamente, os dois últimos abordaram o tema: “Da Sociologia do desenvolvimento ao desenvolvimento da Sociologia”¹⁰.

Sendo coroada de êxito a aquisição de peças para o Museu Antropológico e contando com o interesse e apoio do DAS, dirigi officio à Reitoria propondo formalmente a criação do Museu Antropológico; sugeri outrossim que a nova unidade ficasse didaticamente vinculada ao Departamento de Antropologia e Sociologia do ICHL, cujos docentes lhe emprestavam suporte acadêmico; propus também a contratação do professor Acary de Passos Oliveira para diretor do Museu, cargo que deveria ser criado.

Acary de Passos Oliveira (1907 – 1993)¹¹ era natural do Rio de Janeiro; seu avô paterno, comendador Joaquim Alves de Oliveira foi personagem de destaque na história de Goiás, como proprietário do Engenho de São Joaquim (Fazenda Babilônia) e fundador do primeiro jornal do Centro-Oeste, a *Matutina Meyapontense* (1830), editada em Pirenópolis, ex- Meia Ponte.

Indo sua família residir na cidade de Goiás, ali transcorreu a infância de Acary; aos 18 anos, ingressou ele na carreira militar, reformando-se como 2º. Tenente R-2. Kursou a Escola de Marinha Mercante, diplomou-se como Comissário e foi trabalhar na Companhia de Navegação do Lloyd Brasileiro.

Voltando para Goiás, em 1934, exerceu a Chefia de Gabinete do Chefe de Polícia (Secretário de Segurança) e, em seguida, do Secretário da Fazenda; foi um dos primeiros funcionários a mudar-se para a nova capital do estado, residindo provisoriamente em Campinas – Campininha das Flores – núcleo inicial e atualmente bairro de Goiânia.

¹⁰ Livro 04 (1969) caixa 02 Of. ICHL Série verde escuro. Universidade Federal de Goiás, Departamento de Comunicação, setor de Arquivo Histórico. Campus Samambaia

¹¹ Dossiê do professor Acary de Passos Oliveira. Departamento do Pessoal, Seção de Cadastro. Reitoria da UFG. Campus Samambaia.

Formou-se em Direito pela Escola de Direito de Goiás; sua inscrição é a de número 02 na OAB-Goiás. Em 1939, colocado à disposição da Presidência da República, foi designado para organizar a visita do Presidente Getúlio Vargas à ilha do Bananal, inclusive a construção de um campo de pouso. Nessa ocasião, entrou em contato com os índios carajá, quando passou a interessar-se pela cultura indígena.

Integrou a Expedição Roncador Xingu (1943-1945), como Chefe de Pessoal, Segurança e Transportes. Participou de atividades indigenistas com os sertanistas Francisco Meireles, Ismael Leitão e outros de igual renome. Perfilhando as idéias do Marechal Rondon, juntamente com os irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas, empenhou-se na preservação da riqueza étnica e na aculturação gradativa dos grupos indígenas remanescentes no Brasil. Durante viagens e períodos de estada entre os índios, passou a colecionar obras e artefatos da cultura ameríndia, procedendo à coleta de material proveniente de diferentes etnias, algumas em vias de extinção. Muitos dos objetos que recolheu foram recebidos em doação, graças às relações de amizade e apreço recíproco que mantinha com os indígenas.

Em 1962, foi agraciado com a medalha “Sylvio Romero” pelo governo do Distrito Federal; no ano seguinte, recebeu a medalha “Roberto Simonsen”, que lhe foi outorgada pela Confederação Nacional da Indústria.

Quando teve seu nome indicado para diretor do Museu Antropológico, o Dr. Acary de Passos Oliveira era procurador aposentado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), de cuja implantação em Brasília fora pioneiro. Publicou os livros: “Conhecendo o índio” (Goiânia: Abeu, 1990), “Cerâmica da Lagoa Miararré. Notas prévias” (Goiânia: UFG/Museu Antropológico, 1976); “Modelos etnográficos aplicados à cerâmica Miararré” (Goiânia: UFG, 1980), os dois últimos em parceria com Iluska Simonsen.

Na Universidade Federal de Goiás, o Dr. Acary de Passos Oliveira foi contratado como auxiliar de ensino, inicialmente por cinco meses – de agosto a dezembro de 1969¹². Renovado o contrato pelo prazo de um ano,

¹² Contrato assinado em 01/08/1969 pelo Reitor, professor Jerônimo Geraldo de Queiroz.

a partir de 01/01/1970,¹³ seria o mesmo prorrogado automaticamente até sua rescisão, a pedido, em 26/02/1982. Sua contratação é referida pelo Chefe do DAS, professor Vivaldo Vieira Silva, como “passo importante”, que teria sido efetivado “também pela insistência de nossa Diretora”¹⁴.

Ao auxiliar de ensino recém admitido à UFG, por sugestão do chefe do DAS, foram atribuídas tarefas específicas, objetivando tornar realidade o Museu Antropológico, tais como :

Planejar a organização e manutenção de um Museu Antropológico do ICHL; orientar a classificação de peças do Museu; encarregar-se da aquisição de peças das culturas indígenas e outras etnias nacionais, sugerindo, em cada caso, as medidas a serem tomadas; entrar em contato com as diversas comunidades indígenas para a aquisição de peças (...)¹⁵.

No desempenho de tais funções, atuava como diretor, de fato, do Museu Antropológico o Dr. Acary de Passos Oliveira, ainda não designado oficialmente, porquanto se aguardava a criação do respectivo cargo.

Em 1970, dinamizaram-se os estudos e ganharam vulto as atividades relacionadas à Antropologia no ICHL: de 15 a 22 de agosto, realizou-se o 1º. Seminário de Antropologia, marco pioneiro desse tipo de evento em Goiás. Em paralelo, ocorreu a 1ª. Semana de Folclore. Na sequência, no mês de setembro, teve lugar o I Simpósio de Estudos do Homem.

No DAS, ao lado das atividades didáticas de rotina, assinala-se o desenvolvimento de pesquisas, a saber: “*Estudo antropológico do relacionamento das tribos do Parque Indígena do Xingu*”, coordenado pelo professor Vivaldo Vieira Silva; e “*Estudo do sistema adaptativo da cultura dos índios xerente*”, coordenado pelas professoras Marcolina Martins Garcia e Cândida Vasconcelos Maranhão.

¹³ Idem, em 01/01/1970, pelo Reitor, professor Farnese Dias Maciel Neto.

¹⁴ Relatório do Chefe do DAS, cit.

¹⁵ Ofício do Chefe do Departamento de Antropologia e Sociologia à Diretora do ICHL, em 16/09/1969. In dossiê pessoal do professor Acary de Passos Oliveira, cit.

Com vistas ao funcionamento do Museu Antropológico e sua adequada organização estrutural e administrativa, cuidei, como Diretora do ICHL, de possibilitar a formação de especialista em museologia, que nele passasse a atuar. Com esse objetivo, a auxiliar de ensino Edna Maria de Melo, do DAS, esteve licenciada de suas funções docentes, de março a dezembro de 1970, para realizar curso no museologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Paralelamente, por solicitação do DAS, docentes foram selecionados e contratados para a área de antropologia, a saber: as auxiliares de ensino, Marcolina Martins Garcia e Judite Ivanir Breda, que cumpriam parte da carga horária semanal de trabalho no Museu Antropológico.

O Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás foi inaugurado oficialmente em 5 de outubro de 1970. Sediado provisoriamente em uma sala do ICHL, a nova unidade universitária despertava entusiasmo entre docentes e alunos, e teve ampla divulgação, graças à atuação do Assessor de Imprensa da Reitoria, jornalista José Leal, ex-repórter da revista “*O Cruzeiro*”. A imprensa de Goiânia noticiou fartamente o evento, que contou com a presença de autoridades estaduais e municipais e grande número de convidados.

Nos anos imediatamente subsequentes (1972 e 1973), além da classificação, conservação e exposição de peças do Museu Antropológico; seus docentes e pesquisadores desenvolveram atividades múltiplas, como segue:

- realização de curso de aperfeiçoamento em “Métodos e técnicas arqueológicas”, ministrado pelo professor Igor Schmitz, do Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná;
- estágio (60 horas) oferecido ao pessoal do Museu Histórico de Anápolis, nas áreas de museologia, etnologia e folclore;
- realização da “Semana do Índio”, com palestras dos professores do DAS em escolas do nível fundamental e médio;
- viagens de estudo ao Parque Nacional do Xingu, à ilha do Bananal e a diversos municípios do estado de Goiás;
- elaboração das seguintes publicações:

- *Carta Arqueológica. Divisão regional para cadastramento dos sítios arqueológicos do estado de Goiás* – pelas professoras Judite Ivanir Breda e Edna Luíza de Melo; apresentada à XXIV Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e publicada pela UFG;

- *Divisão Regional para o estudo e defesa do folclore no estado de Goiás* – pelas professoras Marcolina Martins Garcia e Judite Ivanir Breda; publicada pela UFG.

O Museu Antropológico, pelos seus docentes e pesquisadores, esteve presente em eventos científicos e culturais, a saber:

- na XXIV e XXV Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência)
- no Curso de Folclore, ministrado pela Campanha de Defesa do Folclore, em São Paulo;
- no VII Congresso Indigenista Interamericano Brasileiro, em Brasília;
- no 1º Congresso de Antropologia e Arqueologia, em Teresópolis, quando foi representado pelo professor Acary de Passos Oliveira, que foi credenciado como Coordenador do Congresso Brasileiro de Arqueologia do Centro Oeste;
- no IV Congresso Internacional Americano de Arte Popular;
- na exposição “O folclore através dos selos”, promovida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no Rio de Janeiro, o Museu Antropológico contribuiu com peças de cerâmica carajá.

Relativamente à produção científica de interesse para a Antropologia em Goiás, em 1972, a professora Marivone Mattos Chaim, do Departamento de Geografia e História do ICHL, teve aprovada na Universidade de São Paulo a tese: “*Os aldeamentos indígenas e a sua importância para o povoamento da capitania de Goiás no século XVIII*” (Publicada como: “*Aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás. 1791-1814*”. Goiânia: Ed. Oriente, 1974).

Em janeiro de 1972, foi celebrado convênio entre a Universidade Federal de Goiás e a Universidade de São Paulo, mediante o qual teve início, no ICHL, a oferta de cursos de pós-graduação em Letras e em Ciências Humanas, em nível de Mestrado¹⁶. Professores doutores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP vinham ministrar cursos no ICHL; os créditos obtidos pelos alunos poderiam ser validados para eventual prosseguimento de estudos na USP, com vistas ao doutorado.

Nos anos de 1972 e 1973, alguns docentes da área de Antropologia frequentaram tais cursos, no todo ou em parte, dentre os quais: Acary de Pasos Oliveira, Vivaldo Vieira Silva, Edna Luíza de Melo, Marcolina Martins Garcia e Judite Ivanir Breda. Destes, concluiu o mestrado a professora Marcolina Martins Garcia, com a dissertação: “*Tecelagem artesanal. Estudo etnográfico em Hidrolândia* (Coleção Documentos Goianos n. 10. Goiânia: UFG, 1981). Também no mestrado em Letras, a professora Norma Simão Addad Mirândola apresentou a dissertação: “*As tecedeiras de Goiás. Estudo linguístico, etnográfico e folclórico*” (Coleção Documentos Goianos n. 23. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1993). Os professores Edna Luíza de Melo e Vivaldo Vieira Silva licenciaram-se para realizar cursos de doutorado, respectivamente no Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e na Universidade de São Paulo.

No programa de pós-graduação em Ciências Humanas, foi oferecido o curso de Antropologia Social intitulado “*Diferentes posições metodológicas no estudo do negro brasileiro*”¹⁷, ministrado pelo professor João Batista Borges Pereira, da FFCL da USP. Estruturado em dois módulos – em junho e outubro de 1973 – referido curso caracterizou-se como a primeira abordagem, em território goiano, de estudos sobre a cultura negra. Dos alunos desse curso, alguns iriam projetar-se como estudiosos desse tema.

¹⁶ Relatório da Diretoria do ICHL (cópia). 1972. Anexo XII. Acervo da autora.

¹⁷ Departamento de Antropologia e Sociologia do ICHL/UFG. Relatório do 2º. Semestre de 1973., apresentado pela Chefe do DAS, professora Maria Stela de Godoy. Departamento de Comunicação, setor de Arquivo Histórico. Cx. 14 BR UFG.O. ADG GEST 07/

Somente em 1973, quando foi criado o cargo de diretor do Museu Antropológico, foi o Dr. Acary de Passos Oliveira formalmente designado para desempenhar as atribuições que lhe eram inerentes¹⁸, depois de as ter exercido, de fato, durante quatro anos. Pouco tempo depois, o Museu passou à Divisão de Cultura do Departamento de Educação e Cultura da Reitoria, chefiada pelo professor Juarez Costa Barbosa. Transcorridos alguns meses, por ato administrativo da Reitoria, o professor Acary de Passos Oliveira ficou sob a jurisdição da 1ª. Sub-Reitoria da UFG, à qual seria igualmente vinculado o Museu Antropológico. Encerrava-se a primeira etapa da história dessa instituição que, como visto, deve sua criação ao discernimento e idealismo de seus fundadores e pioneiros, alguns dos quais pouco lembrados pela história oficial.

2. DEPOIMENTO DO PROFESSOR JUAREZ COSTA BARBOSA.

Sempre me senti profundamente atraído pelos estudos dos nossos antepassados. Ainda quando iniciava o meu curso de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Goiás, em 1960, durante a realização da “Semana do Calouro”, fui indicado pelos meus colegas que iniciavam seus cursos na instituição para que proferisse uma palestra, cujo tema era escolhido pelo palestrante. Escolhi o tema: “O Evolucionismo”. Durante a exposição, quando expunha a tese darwiniana da seleção natural, tive vários apartes e fui duramente criticado por um professor – muito estudioso e pelos alunos muito estimado – que defendia a tese do Criacionismo.

Durante o curso e até hoje, os estudos da pré-história e da história da antiguidade, notadamente a dos gregos e dos egípcios exercem uma forte atração sobre mim. Considerava Darwin um sábio, sobre cuja teoria não pairava qualquer dúvida. A seguir viriam Marx e Chardin. O marxismo estava na cabeça dos jovens que sonhavam por um mundo

¹⁸ Portaria n. 695 de 28/06/1973, do reitor Farnese Dias Maciel Neto. In dossiê do professor Acary de Passos Oliveira, cit.

melhor – para os quais a sociedade socialista era o Éden. O Teillardismo, inicialmente estigmatizado pela Igreja, trazia uma nova visão de mundo frente à polêmica em torno da origem do homem. Visão esta magistralmente romanceada pelo escritor australiano Morris West na sua obra “As sandálias do Pescador”, transformada em filme. Os personagens Kiril Lakota – um Papa russo – e Jean Telemond trazem-nos à memória o Papa camponês, João XXIII, no seu trabalho de abertura da Santa Sé e o jesuíta Pierre Teillard de Chardin, com a Cristologia que tanto influenciou toda uma geração e deixou marcas indeléveis de humanidade e tolerância.

Graduado, ingressei na instituição como professor, trabalhando ao lado do mestre Antônio Theodoro da Silva Neiva, na disciplina “Antropologia Física”. Envidei todos os meus esforços no trabalho. Afinal, substituir o Professor Neiva não era tarefa fácil, muito menos para alguém que se iniciava no magistério superior.

Ano seguinte, 1966, ingressei como docente na Universidade Federal de Goiás, ministrando a disciplina Antropologia Cultural, ao lado do meu grande mestre. A seguir, por concurso público, obteria a cadeira de Filosofia da História. Lecionaria, também História Antiga, História Medieval, História Moderna, História da Cultura, Filosofia Grega, História da Grécia, Introdução aos Estudos Históricos e Teoria e Metodologia da História, para os cursos de História, Biblioteconomia, Ciências Sociais e Filosofia. Nesses dois últimos por breve espaço de tempo. Jamais perdendo a perspectiva e a preocupação para com o conhecimento voltado para a explicação das nossas origens.

Por volta de 1971, fui procurado pela professora Sylvania Siqueira Simões, docente do Instituto de Ciências Humanas e Letras, que acabava de assumir a Diretoria do Departamento de Educação e Cultura/DEC, da UFG, convidando-me para assumir a Divisão de Cultura. Procurei, então, a Professora Lena Castello Branco, diretora do ICHL, em que era lotado, e ela não apenas atendeu ao meu pedido de afastamento do Instituto, como, ainda, estimulou-me a ali trabalhar de maneira a prestar um bom serviço para a Universidade. Em julho de 1973, a professora

Sylvia foi designada pelo Reitor Professor Farnese Dias Maciel Neto para assumir a Direção do Instituto de Artes, em mandato tampão. Vencido o mandato do Professor Cid Albernaz, não havia sido escolhido o seu substituto. Passo a responder pela direção do Departamento que dois meses após se tornaria Departamento de Assuntos Acadêmicos/DAA. Era um órgão da Universidade envolvido com a burocracia acadêmica, em que a Professora Sylvia dera os primeiros passos para que pudesse desenvolver outras atividades, principalmente na área da Cultura.

A Secretaria Geral de Cursos – subordinada ao DAA, às voltas com o controle acadêmico da Reforma Universitária que se implantava e cujo sistema de créditos era sério complicador na oferta de disciplina e organização de quadros de horários, absorvia quase completamente as atividades do órgão. A matrícula dos alunos atingia instantes dramáticos.

Em janeiro de 1973, buscávamos meios para evitar as grandes filas de alunos que nelas pernoitavam com o propósito conseguir disciplinas para o semestre letivo, quando fui chamado à minha unidade acadêmica. A professora Lena comunicava-me, com muita alegria, a recém designação do Professor Acary de Passos Oliveira para dirigir o Museu Antropológico. Já ouvira – de maneira elogiosa – referências ao nosso grande sertanista. Seu nome era citado nos encontros com meus colegas, numa espécie de confraria de comes-e-bebes denominada “Clube do Bolinha” (menina não entra), simbolicamente “presidida” pelo nosso mestre Professor Egidio Turchi.

O Museu Antropológico – a partir de agosto de 1973 –, a Rádio Universitária, o Teatro Universitário e a Biblioteca Central estavam locados no DAA, portanto sob a minha responsabilidade. A partir de então, aguardei ansiosamente, a chegada de Acary.

Foi um momento marcante aquele em que ele entrou em meu gabinete, modestamente instalado no antigo prédio da Faculdade de Enfermagem. Não era nada daquilo que o imaginara. Extremamente simples, diria mesmo humilde, Acary se me apresentou. O seu jeito risonho e manso no falar e a sua postura comunicativa, – carioca que era –, cativaram-me de imediato. Ali nascia uma amizade que só a morte separaria e, mais que isso, uma cumplicidade.

Falou-me do seu trabalho do IAPI, das suas andanças pelas matas brasileiras, dos seus encontros com os nossos índios, do seu projeto para o Museu e dos contatos em Brasília. Logo fui conhecer a sua chácara, cujo acervo de artesanato indígena deixou-me impressionado. Contou-me as suas histórias – mestre que era em contá-las – e senti-me muito apegado e preocupado com a responsabilidade de ser seu chefe; felizmente nosso relacionamento foi de colegas de trabalho.

Naquela época, trabalhávamos com uma tentativa de ativar o Teatro Universitário, a Biblioteca Central – a bibliotecária e escritora Marieta Telles Machado estava à nossa disposição – e um projeto, para o qual montamos uma equipe composta pelos Professores Orlando Ferreira de Castro, da Escola de Engenharia, Michel Pierre Marie Crotté e Augusto Jesus Mene Goyano, do ICHL, este último também Diretor da Rádio Universitária, e Professor Rafael Moreira, Diretor da Divisão de Cultura. Tratava-se do programa “A Universidade em sua casa” – de TV Educativa. Outras Universidades já desenvolviam projetos análogos, como era o caso da Universidade de Pernambuco, que fomos conhecer. Visitamos São Luiz do Maranhão, onde conhecemos os trabalhos que realizava a Secretaria da Educação do Estado no ensino de primeiro grau. Com o Professor Crotté estivemos no Rio de Janeiro e mantivemos contatos com a Tonson, a Toshiba e a Ampex, tecnologias de ponta em equipamentos de televisão. Com o Professor Sérgio Paulo Moreyra, fui a Florianópolis, também em busca de informações.

O programa “A Universidade em sua casa” era responsável pela apresentação do curso “Programação de Computadores”, elaborado pela equipe e ministrado pela Televisão Educativa, criada e regulamentada pela Resolução 044/72 do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa. O programa era apresentado pela Televisão Anhanguera, Canal 2.

Dávamos, na UFG, os primeiros passos na área da informática, com a recente aquisição de um computador IBM 11-30, utilizado na matrícula dos alunos e no controle acadêmico, além de mais alguns outros expedientes. Os trabalhos da equipe da TV-E estavam voltados para a preparação de pessoal para atuar no Canal 11 – prometido à

Universidade e grande expectativa nossa – e já começávamos a atuar na atividade televisiva. Havíamos conseguido com a saudosa Magda Santos, Diretora da Televisão Anhanguera, um espaço para a realização do programa “A Universidade em sua casa”, que ministramos ao vivo (ainda não se gravavam programas) durante algum tempo, Tivemos vários alunos inscritos e as aulas eram ministradas pelos Professores Orlando, Crotté, Goyano e Blumenschein. Também fiz algumas apresentações na televisão. Publicamos uma apostila para os alunos, de autoria dos Professores Quintiliano Avellar Blumenschein e Orlando Ferreira de Castro (da Escola de Engenharia), Kasui Yamaguchi (do Instituto de Matemática e Física), Pedro Cordeiro dos Santos e Celso Secundino de Queiroz (do Centro de Processamento de Dados/CPD).

Infelizmente, o nosso projeto não teve continuidade com novos cursos, já que o nosso tão sonhado canal 11 seria destinado ao Estado de Goiás e se transformaria no Canal 13, do Cerne. Desapareceu, assim, o interesse principal, motivador do projeto, que era a TV Educativa, Canal 13.

E foi já no fenecer desse sonho que o professor Acary se nos apresentou. Havia ele feito contatos em Brasília, onde conversara com Iluska Pereira da Cunha Simonsen, que realizara trabalhos de arqueologia e tinha experiência na área. Quando foi contratada pela Universidade, em março de 1975, já participava intensamente dos trabalhos de campo. Entretanto, seu marido, o então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, só aceitaria que fosse contratada se o seu trabalho não fosse remunerado. Como isto não era possível, acertou-se que Iluska Simonsen doaria seu salário ao Museu Antropológico, para custeio de viagens e aquisição de bens e serviços. A presença de Iluska nos trabalhos de campo, na participação de cursos e de publicações de produção científica foi de fundamental importância.

Outra grande contribuição do Professor Acary ao nosso meio acadêmico foi a presença entre nós do Professor Igor Schimtz, notável arqueólogo gaúcho que viria chefiar a comitativa científica responsável pelos trabalhos realizados na Usina de Itaipu. Aqui, ministrou-nos o “Curso

de Aperfeiçoamento em Métodos e Técnicas Arqueológicas”, do qual foi publicado em 1975, pelo Museu Antropológico, o “Relatório e nova prévia sobre a Fase Cachoeira”. Do curso participaram, além de minha pessoa, os professores Acary de Passos Oliveira, Judite Evanir Breda, Marcolina Martins Garcia, Edna Luisa de Melo, José Eduardo Costa e Padre José Pereira de Maria. Um futuro convênio da nossa instituição com o Museu Paulista – sempre por iniciativa do ICHL – possibilitaria a continuidade dos estudos dos nossos professores na área, a exemplo das inesquecíveis aulas da Professora Margarida Andreatta.

Com o Professor Acary realizei alguns trabalhos, dentre os quais destaco: levantamento arqueológico na Ilha do Bananal; levantamento de achados no Garimpo “Pau Ferrado” no rio Claro, no município de Jaupaci; e contato com índios Txukahamãe no Xingu.

No rio Claro, em nosso encontro com os garimpeiros, fomos acompanhados pelo professor Padre José Pereira de Maria e pelo fotógrafo Amâncio Alves, do DAA. Através de informação obtida em uma feira de ciência, que se realizava no edifício da Reitoria da Universidade Católica, ficáramos cientes de que ali havia sido localizada uma ossada de animal pré-histórico. Encontramos fragmentos enormes de ossada fossilizada – uma mandíbula, alguns dentes de tamanho colossal e algumas outras peças, que se encontravam cravadas na rocha abaixo do leito do rio e foram retiradas com o uso de dragas, na busca de diamantes. O material foi trazido para o Museu Antropológico. Peça enorme, semelhante à presa de elefante, muito pesada e também fossilizada – que os trabalhadores do garimpo chamavam de “o chifre do bicho” –, chamou-nos a atenção. Esta não foi trazida – apenas a fotografamos, pois os garimpeiros só a entregariam em troca do Jeep que nos transportava, que era de propriedade da UFG.

No Xingu, o objetivo era visitar e estudar a Lagoa de Miararrê, sagrada para os indígenas. A professora e pesquisadora Iluska Simonsen participou dos trabalhos. Ela e sua secretária, Sônia, ficaram muito constrangidas quando, na chegada à aldeia, no Parque Leonardo Villas Boas, veio ao nosso encontro o capitão da tribo, que usava chapéu,

óculos escuros e um colar, no qual pendurava uma chupeta... E só. Ali percebemos o quanto Acary era apreciado pelos silvícolas, com os quais conversava animadamente no dialeto tribal. Suas brincadeiras – inclusive com mulheres e crianças – denotavam intimidade com o gentio.

Defensor ardoroso da cultura dos índios, ele manifestou-me, certa feita, seu descontentamento com o trabalho da missão adventista na Ilha do Bananal, que proibia aos nativos o consumo de carne – mesmo a de peixe, farta no rio. Os silvícolas comiam enlatados de “carne de soja”, fato que testemunhei quando ali estive com ele. As mulheres, que antes andavam tal qual vieram ao mundo, agora vestiam longos vestidos, usavam cabelos compridos, batendo na cintura e entoavam hinos religiosos estranhos aos cantos da tribo. Não mais dançavam os seus ritmos milenares. Os homens, por sua vez, vestiam trajes que nada tinham a ver com os de seus avoengos, e sua postura estava mais próxima à de um cidadão pio, do que de um nosso ancestral. Verdadeiro massacre de uma cultura que remontava aos tempos pré-cabralinos.

Mesmo após deixar a direção do DAA, retornar ao ICHL e ter assumido a Presidência do Colegiado de Curso, passando a integrar o Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa, ainda em 1975, prossegui atuando com Professor Acary que, apesar do seu ingente trabalho, encontrou resistência em nossa instituição, da parte de colegas nossos da docência, que dele cobravam titulação acadêmica na área. O professor Acary era bacharel em Direito, mas não tinha formação acadêmica formal em antropologia, etnologia ou áreas afins. Apesar disso, como poucos, incentivou e realizou a pesquisa de campo e possibilitou estudos teóricos e práticos a professores e alunos; proferiu palestras para platéias interessadas, trouxe pesquisadores de várias regiões do Brasil e levou o nome da nossa instituição para além das fronteiras do estado de Goiás. Recebeu o reconhecimento de sertanistas e indigenistas – como Darcy Ribeiro, que o citou em uma palestra, como um dos grandes conhecedores dos nossos povos indígenas.

Em 1982, quando pediu afastamento da UFG, Dr. Acary integrou-se ao quadro de pesquisadores da Universidade Católica de Goiás, onde prosseguiu seus trabalhos e recebeu tratamento mais condizente.

Ao homem que mereceu um Quarup, que contribuiu com a nossa pesquisa, que enriqueceu consideravelmente o nosso acervo etnográfico, que nos deixou inestimável legado da cultura indígena, contribuições altamente significativas para estudos antropológicos, arqueológicos e etnológicos, e que participou dos inícios da nova capital goiana¹⁹, a Universidade Federal de Goiás ainda não prestou o devido reconhecimento. Por certo que, em tempo ainda não muito distante, seu nome estará gravado no panteão da nossa história como um dos ilustres pesquisadores que trouxeram para nós, goianos, bases para o estudo de nossas origens – e será proclamado patrono do Museu Antropológico.

¹⁹ Quando chegou a Campinas a Comitiva que faria os primeiros levantamentos para a construção da Capital, como não havia local para hospedagem, o Delegado Acary Passos de Oliveira determinou que se soltassem os presos para que as celas pudessem servir de aposentos às autoridades.

CAMINHO MÍSTICO DO BRASIL E O ZONEAMENTO DO SONHO

Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires¹

Em 1987, na estrada de São Gabriel, em direção a São João D'Aliança, no Estado de Goiás, tive uma inspiração do significado transcendental da região compreendida entre Trindade (GO) e Natividade (TO).

Desde essa data, tenho estudado a referida região para uma proposta de zoneamento físico territorial, com objetivo cultural, educacional, ambiental, de inclusão social.

Tenho curso de especialização em Planejamento Regional. Trabalhei muitos anos com planejamento urbano e macro zoneamento de uso do solo no Instituto de Planejamento Municipal, realizei significativos projetos de proteção de nascentes e de áreas verdes. Apresentei trabalhos em congressos sobre preservação ambiental e o Plano Original de Goiânia. Escrevi livros embasando a importância histórica do referido Plano. Enfim, talvez tenha sido escolhida providencialmente para interpretar, ou seja, intermediar o reconhecimento geográfico de onde se localizaria o sonho de Dom Bosco no Planalto Central, entre os paralelos 15 e 20 e sua missão no século XXI. Acredito ter sido a precursora na delimitação de um zoneamento de uso de um solo sagrado, que pisávamos sem perceber seu significado dentro da espiritualidade.

¹ Arquiteta; sócia titular do IHGG, ocupando a cadeira n. 31

Certo é que depois de várias pesquisas e viagens, na busca de revelar que o Brasil tem mesmo um Caminho Místico Ambiental para o aperfeiçoamento humano, na preparação do homem consciente com a comunidade no terceiro milênio, registrei em cartório vários documentos sobre essa temática, bem como escrevi um artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n. 18.

No presente artigo quero dar ênfase ao sonho-visão de Dom Bosco, como parte do contexto do Caminho, não desprezando, entretanto, o significado da cidade de Trindade, com a descoberta, em 1840, do medalhão coroando a Virgem Maria, enaltecendo o aspecto feminino, fator preponderante para uma civilização. De igual modo, lembro a região de Muquém, com a romaria de Nossa Senhora d'Abadia e outros aspectos de grande importância.

Percebi a nobreza de possuímos no planeta uma terra sagrada, através do sonho de Dom Bosco, que assim o descreveu

Entre os paralelos 15 e 20, havia uma depressão larga e comprida, partindo de um ponto de onde se formava um lago. Quando vierem escavar as minas escondidas nesses montes, aparecerá aqui uma Terra Promissora, que vai jorrar leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.

Acredito que esse momento ocorreu de forma embrionária em 1891, quando a Constituição do Estado, em seu artigo 5º, título 1 declara que a cidade de Goiás continuaria a ser a capital do Estado, enquanto outra coisa não deliberasse o Congresso.

Considerando que Dom Bosco nasceu em 1815, e que cada geração, segundo o dicionário Aurélio, tem a duração de 25 anos, a somatória das três gerações seria 75 anos, que na adição à data de nascimento de Dom Bosco resultaria no ano de 1890. Marco que, com certeza, já definia claramente as necessidades da mudança da capital de Goiás, pois, logo no ano seguinte, o presidente do Estado, Dr Rodolfo Gustavo da Paixão afirmava:

A capital de Goiaz é, sem dúvida, uma daquelas cidades cujo estado sanitário, dia a dia pior, reclama as mais prontas e enérgicas providencias. Situada em meio de uma bacia, com quanto sobre terreno acidentado, cercada de altos montes, a comprimem em diminuto âmbito, embaraçando-lhe a regular ventilação, estreitando-lhe, demais, o horizonte visual; castigada por excessiva temperatura graça a sua baixa latitude de quase 16° graus, não corrigida pela altitude ou por causas locais; com uma edificação à antiga obedecendo, in totum, à arte colonial.

Em 22 de novembro de 1930, Dr Pedro Ludovico assumiu como Interventor Federal o governo do Estado e realizou o antigo sonho, cristalizando Goiânia espacialmente após várias decisões sócio-econômicas e políticas, resultantes do momento histórico marcado pela revolução de 1930, sob o comando de Getúlio Vargas e do Movimento Nacionalista de Integração, a Marcha para o Oeste.

Goiânia foi fundada em 1933, por Pedro Ludovico Teixeira, político visionário e culto que, dentro de parâmetros modernos, teria recebido a incumbência de realizar uma cidade que fosse marco civilizatório no Planalto Central. O projeto piloto do Plano Original é muito avançado para a década de trinta. Goiânia foi inspirada nas cidades-jardins européias e com zoneamento de uso do solo caracterizado. Os arquitetos Atílio Correa Lima e Armando de Godoy mostraram ser grandes humanistas, com idéias ecológicas além de seu tempo. Atílio foi aluno da Sorbonne e Armando tinha idéias de vanguarda.

Tivemos um urbanismo que marcou com expressividade ações civilizadoras e educadoras. O Código de Edificações de Goiânia, com a exigência de áreas de iluminação e ventilação também foi um marco revolucionário para a época.

Dom Bosco, em seu sonho visão, faz referência a uma depressão larga e comprida, partindo de um ponto onde se formava um lago dentro dos parâmetros já citados, onde ocorreria uma riqueza inconcebível, traduzida como uma civilização da Nova Era. Pesquisando em mapas, percebemos que existe realmente, no Planalto Central, uma depressão

larga e comprida como um leito, que se estende basicamente por Goiânia, Anápolis, Brasília e Alto Paraíso.

Goiânia, cidade bem nascida no urbanismo, nas letras, nas artes e na música, com certeza, está predestinada a ser a promotora de idéias de vanguarda. Anápolis oferece apóio logístico, com a Ferrovia Norte-Sul e a Base Aérea, enquanto Brasília é indicada para as soluções normativas. Alto Paraíso simboliza a plenitude dos aspectos da nova civilização, o homem mais consciente com a comunidade e a preservação do planeta.

Podemos desenvolver neste Caminho Místico Ambiental um eixo de desenvolvimento sustentável, com relevantes aspectos da inclusão social. No referido eixo, devem ser implantados módulos de apóio educacional, incluindo o campo da ciência e sua democratização, assim como parcelamentos do solo para fins de eco-vilas. Ao trecho compreendido entre Goiânia e Brasília, denominamos como “a sala do mundo”, onde podemos prestar serviços importantes para a humanidade, inclusive sobre as questões ambientais, envolvendo o aquecimento global e enfatizando o bioma cerrado.

Numa versão mais abrangente, voltada para a América do Sul, o Caminho pode estender-se, passando pela Chapada dos Guimarães, alcançando o Peru e a saída para o Pacífico. Por outro lado, pode ampliar-se em direção a Natividade e Palmas, no Tocantins, com incursões pelo Jalapão, avançando pelo Maranhão até a costa Atlântica.

Enfim, o Caminho Místico Ambiental seria o segundo eixo de desenvolvimento do país, com o envolvimento de várias esferas de governo.

Tudo isto se encontra em fase de estudo pelos órgãos governamentais; acreditamos que será uma redenção para a região central do Brasil e demais extensões do Caminho, propiciando uma nova visão do mundo de forma holística, além de oportunidades de trabalho para jovens e adultos.

Certamente, as Universidades e os órgãos de comunicação da mídia prestarão significativo apoio a essa questão. O Caminho Místico Ambiental indica uma saída sócio-econômica para nossa gente, com a realização do Sonho de Dom Bosco para o Planalto Central.

Poesia

A BÊNÇÃO, LOURES!

Paulo Nunes Batista¹

Estatuário da alma
Escultor da dor humana
Meu pintor dos pobrezinhos
Ó Meu São Francisco Loures

Fizeste tantas estátuas
estatuetas, imagens
meu Loures Imaginário
(mas esqueceste da tua...)

Mas estás esculturado
esculpido em sangue vivo
nas pedras desta Cidade
no coração do teu Povo

Amigo, Irmão, Companheiro
acordaste do teu Sonho:
Agora a Vida te vive
nas mãos pausadas na Noite

Esculturaste a Tristeza
Esculpe agora a Alegria
Meu São Loures da Beleza...
Dorme em paz! Não tarda o Dia...

¹ Sócio correspondente do IHGG

Palestras e Conferências

O CONTO POPULAR NA LITERATURA DE CORDEL

Bráulio Nascimento¹

A posição da literatura de cordel entre a oralidade e a escrita, participando de ambas como as mãos que juntassem dois fios, constitui-se em fato sobremodo importante para estudo e conhecimento aprofundado da cultura brasileira. E não apenas no nível popular.

A literatura de cordel se manifesta em dupla face, integrando as duas modalidades de expressão: o oral e o escrito. Ela incorpora o que está em forma escrita ou oral, transformando em versos a fábula que circula em prosa na tradição brasileira e de vários países, bem como, de maneira direta, fatos e acontecimentos antigos ou atuais. É, portanto, uma literatura viva, alimentando-se da tradição e expressando preocupações, críticas e sonhos na atualidade do contexto cultural.

Estruturando a narrativa em sextilhas heptassilábicas ou em outras formas da riquíssima poética popular, o poeta imprime novo ritmo ao conto tradicional.

As relações entre o oral e o escrito representam uma rua de mão dupla, com movimento constante de ambos os lados. Um dos exemplos, dentre muitos, é o *Gato de Botas*, saído da oralidade para as páginas de Straparola e Basile, nos séculos XVI e XVII e de Perrault, no século XVII, já então calçado de botas. A grande difusão do *Gato de Botas* em diversas tradições é supostamente decorrente do texto francês.

* * *

¹ Presidente de Honra da Comissão Nacional de Folclore. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Conferência proferida no I Congresso Internacional de Literatura de Cordel, em João Pessoa – Campina Grande / Paraíba – Brasil / Poitiers – França (21-23 de setembro de 2005).

A passagem de um texto oral prosificado para a forma poética da literatura de cordel, constitui operação de alguma complexidade que o poeta realiza, manifestando competência lingüística e semântica em sua expressão escrita.

De início, cabe destacar a operação seletiva, dentro do acervo tradicional, que naturalmente lhe desperte interesse para o trabalho poético. Em seu contexto cultural circulam as numerosas estórias que a memória e a sensibilidade popular transmitem oralmente através dos tempos e das culturas. Ele é um narrador e também um cantor. Max Lüthi (1987:75) em seu livro *O conto de fadas como forma de arte e retrato do homem*, explicita essa dupla condição, afirmando que o *homo narrans* é realmente, em muitos casos, não apenas um *homo conservans*, mas também um *homo ludens*. Paul Bénichou (1968:9) na obra *Creación poética en el romancero tradicional*, compara o cantor de romances ao poeta culto: “em suas tentativas, variantes e reescritas faz o mesmo, fundamentalmente, que o poeta culto em suas correções e rasuras. Lutam na tradição e se combinam, como no espírito do escritor, a matéria herdada e a iniciativa criadora, as associações mecânicas e a intenção estética, as dúvidas racionais e as tentações obscuras”.

O trabalho de criação poética é, essencialmente, o mesmo. O poeta popular, ao escrever seus poemas, na elaboração do folheto de cordel, revela uma aproximação ainda maior. Ele tem diante de si a folha em branco, pautada, dobrada verticalmente ao meio e organiza os elementos retóricos como os demais poetas. E também pode riscar, mudar, reescrever. O processo do papel dobrado limita espacialmente o seu verso heptassílabo.

Olavo Bilac, em um dos seus sonetos, estruturado na rígida regra parnasiana, define o criador esforço do poeta: “Trabalha, teima, lima, sofre e sua”.

O poeta popular dispõe e utiliza todo o aparato retórico utilizado nos poemas de Homero: a comparação, a metáfora, a paráfrase, a expansão, a parataxe, além da combinação de ritmos.

É exatamente parte desse trabalho criativo, quanto nos permite o tempo, que constitui nossa exposição.

* * *

São numerosos os folhetos de cordel com versificação de contos populares. O Catálogo da Casa de Rui Barbosa, o de Neuma Fachine Borges e Maria Jandira Ramos, registram a produção de vários poetas:

Branca de Neve e os sete anões, de Severino Borges (AT 709).

As diabruras de Pedro Malasarte, de Expedido Sebastião da Silva (AT 1000, 1048, 1029, 1358C, 1004).

Jesus, São Pedro e o ferreiro da maldição, de Francisco Sales Arede (AT 753).

A história da vara mágica ou a princesa que não sorria, de Adalto Alcântara Monteiro (AT 571).

Focalizaremos o folheto de Francisco Firmino de Paula – *História do Boi Leitão ou O vaqueiro que não mentia*, publicado em Guarabira, PB, 16.6.1973.

Firmino de Paula nasceu em Pilar, em 2 de abril de 1911 e faleceu no Recife, em 3 de dezembro de 1967. Na Paraíba, morou em Itabaiana e Salgado de São Felix, mudando-se mais tarde para São Paulo, retornando finalmente e fixando-se em Recife. Poeta e xilógrafo, imprimia seus folhetos num prelo de madeira construído por ele mesmo. Informações que devemos a Sebastião Nunes Batista, em sua preciosa *Antologia da literatura de cordel*, 1977.

Firmino de Paula escreveu dezenas de folhetos, principalmente de crítica, religiosos, de acontecimentos, desastres e pelejas, em que era um dos contendores.

* * *

Uma das características da literatura oral — romances ou contos — é a presença de uma invariante fabular e o seu percurso narrativo. O tema se realiza não apenas pelos motivos estruturados, mas também pelo tempo. Evidentemente, a elasticidade do discurso permite deslocamento de seqüências, eliminações, expansão de motivos em construção paratática, inserções e retomadas do percurso.

No romance de *Dona Branca* (CGR0159), quando o rei descobre a gravidez da filha e manda-a para a fogueira, ela envia uma mensagem

ao Conde para vir salvá-la. O tempo dessa jornada é variável: quinze dias, um dia, entre o almoço e o jantar. Nas versões brasileiras, além do encurtamento do tempo da viagem, ela ordena que a mensagem seja entregue imediatamente, o que é natural pela situação trágica entre a vida e a morte. Algumas versões portuguesas, entretanto, reduzem a urgência da entrega, recomendando a princesa ao mensageiro, na versão portuguesa de Firmino Martins (1928:193):

— Se o achares dormindo, deixarei-lo acordar;
Se o achares jogando, deixarei-lo descansar;
Se o achares com madama, deixarei-lo conversar;
Se o achares jantando, terminai de lhe falar.

em contraste com a versão também portuguesa de Teófilo Braga:

Se ele estiver a dormir, façam-no logo acordar,
Se ele estiver a comer, não o deixem acabar.

Na verdade, o Conde está sempre disponível e a carta é imediatamente entregue, de acordo com a lógica da narrativa. Dessa forma, é retomado o percurso narrativo.

Trata-se do fenômeno de expansão, que ocorre em vários contos e romances, com um número variável de sequências como no romance da *Donzela Guerreira* (CGR 0231), na descrição dos traços femininos e nos artifícios para identificação do sexo do “soldado”; no conto de *Brancaflor* (AT 313), nas tarefas atribuídas ao herói e nos mágicos disfarces da fuga dos namorados. Tal expansão não afeta a invariante fabular e a cada momento a narrativa continua o seu percurso invariante. A expansão é um dos recursos estilísticos da literatura de cordel.

Como disse Albert Lord (1960:148) no livro *The singer of tales*:

Um poeta oral prolonga a estória: ele gosta de ornamentar, se tem habilidade para fazer isso como Homero naturalmente fez (...). Se a estória incidental ou ornamento

for, por algum motivo, irrelevante para a estória principal ou para o poema como um todo, isto não é grave problema, pois o ornamento tem o seu próprio valor e esse valor é percebido e apreciado pelo auditório do poeta.

É o que faz o poeta popular, através de expansões ou desdobramentos, como ocorre com o romance do *Pavão* transposto para o folheto – *Romance de Antonino e o pavão do mestre*.

O vaqueiro que não mentia

Acredito que todos conheçam a estória do vaqueiro que não mentia, com suas várias denominações, em Portugal e no Brasil: Boi Cardil, Boi Leição, Boi Leitão, Boi Lição, Boi Barroso, Boi Brincão.

Resumindo, trata de um fazendeiro que possui um boi de estimação, entregue aos cuidados especiais do vaqueiro, de cuja fidelidade ele se orgulha. Ele não mente. Um fazendeiro amigo não acredita e resolvem fazer uma aposta, com perda dos bens ou outra combinação.

Feita a aposta, o amigo manda a filha (às vezes o próprio fazendeiro) seduzir o vaqueiro para conseguir a morte do boi, dar-lhe a língua, o fígado, ou simplesmente carne. O objetivo é comprovar a fidelidade. O pai orienta a filha em um, dois, ou três assédios. Finalmente, o vaqueiro não resiste à sedução: mata o boi e atende ao desejo da moça.

Periodicamente, o vaqueiro comparece à fazenda para dar notícias do gado e o fazendeiro indaga especialmente pelo boi. Surge então o grave problema de justificar-se: e ele ensaia, montado a cavalo, diante de um toco ou porteira, a mentira que deverá dizer. Tenta três vezes, mas não acha certo, pois ele não mente. Chegando à fazenda, conta toda a verdade ao patrão. O amigo perde a aposta e os bens e o vaqueiro casa-se com a moça.

É um conto de grande difusão, já conhecido na Idade Média, presente no *Gesta Romanorum* (século XIII), e em *Straparola* (século XVI). No Catálogo de Aarne-Thompson recebeu o nº AT 889. Ocorre na Europa, na América Central e do Sul, no Canadá e em outras tradições. Teófilo Braga registrou na Ilha da Madeira (*Romanceiro geral portuguez*,

1909, v. 3) uma versão inteiramente em versos — *O boi bragado*. Bragado é qualificativo para animal que tem as pernas ou a barriga de cor diferente do resto do corpo. Aí é a própria mulher do incrédulo que vai seduzir o vaqueiro e pedir-lhe os chifres do boi. O vaqueiro também não mentia. Mata o boi, imagina mentiras, mas conta toda a verdade. Vejamos sua resposta à indagação do patrão, na versão madeirense:

— Como está meu boi bragado?
— Cuidai vós, senhor meu amo,
(E não é falso cuidar)
Que boa moça me veio
Com seus encantos tentar;
Que, se do boi los chavelhos
Eu ali lhe fosse dar,
De tudo que eu lhe pedisse
Nada me havia negar.
E, meu amo, dizei cá,
Fôra-vos ela rogar,
Quantos chavelhos de boi
Vós lhe mandaria dar?
— Daria, mais que daria!
Não precisa perguntar.

E o vilão perde a aposta:

A troco dos bens perdidos,
Com dois chavelhos ficava.

O conto foi estudado por Teófilo Braga (1883), Aurélio Espinosa (1947) e no Brasil por Câmara Cascudo (1946) e Théo Brandão (1982), que analisa comparativamente dez versões, incluindo folhetos de cordel. No *Catálogo do conto popular brasileiro*, que já concluímos, estão registradas 15 versões.

* * *

Nesta exposição, que deve ser breve, focalizaremos apenas os dois episódios principais: a sedução, com morte do boi e as mentiras imaginadas, mas a verdade revelada.

A sedução

Na tradição oral, são vários os conselhos dados pelo pai à filha para sedução do vaqueiro e morte do boi. Destaquemos:

- Conseguir morar com ele e alegar gravidez
- Exibir o joelho, a coxa e a cintura ou o corpo, no banho
- Promessa de casamento ou casamento
- O vaqueiro apaixona-se pela moça.

Firmino de Paula, em seu folheto, naturalmente absorvendo a tradição, descreve a sedução, segundo os conselhos do pai, em três estrofes:

Feita a aposta, o pai aconselha a filha a seduzir o vaqueiro e pedir-lhe que mate o boi Leitão:

- 20 O doutor chamou a filha
Disse: vá com a criada
Amanhã logo cedinho
Na fazenda da jangada
Do vaqueiro Dorgival
Se faça de namorada.
- 21 Vá lindamente vestida
Com lindos trajes vermelhos
No rio próximo à fazenda.
Preste atenção meus conselhos:
Vá passear e levante
A roupa até nos joelhos
- 22 Se o vaqueiro lhe chamar
Diga: mate o boi Leitão
E tire ligeiramente
O fígado e o coração
Mande fazer um cozido
Pra comermos um pirão.

Esse episódio lembra, no romanceiro espanhol o romance *Perseguição do Moro Búcar pelo Cid*, em que o Mouro desafia o herói. Cid manda a filha entretê-lo, enquanto ensilha sua égua Babieca para persegui-lo. Vejamos a sequência na versão de Leite de Vasconcellos (1963, 11.3):

Bem se passeia o Mourinho de calçada em calçada,
Olhando para Valência, o que estava amuralhada:
— Ó Valência, ó Valência, Valência foras queimada!
Quando tu eras dos Mouros, eras de prata lavrada,
Agora, que és dos Cristãos, és de pedra mal picada.
Isto ouvia el-rei d'altas torres donde 'stava.
Chamou pela sua filha, chamada Dona Bernarda:
— Vai-te daí, minha filha, com costura e almofada,
Entretém-me aquel' Mourinho de palavra em palavra.
Daí-lhe palavras d'amores, poucas, que vão bem tocadas...
— Como farei, ó meu pai, s'eu d'amores não sei nada?
— Fala com tua mãe, que ela disse bem usava.

Firmino repete o conselho três vezes, número canônico no mundo ocidental. E acrescenta-lhe o elemento gradação, utilizado em romances e contos populares — joelho — coxa — cintura — aumentando o conteúdo erótico nas sucessivas investidas de Ronilda sobre o vaqueiro. É uma construção exigida pela lógica da narrativa.

No conto de *Brancaflor* (Nascimento, 2000:111-64), o pai obriga o herói, que lhe quer a filha em casamento, a realizar, sob pena de morte, várias tarefas impossíveis, com sentido gradativo crescente de dificuldades. Desse modo, procura evitar o casamento, aumentando as dificuldades das tarefas, afinal, realizadas pela filha, possuidora de poderes mágicos.

Algumas tarefas são co-ocorrentes na tradição luso-brasileira. Em São Paulo, Aluísio Almeida (1951 nº 116) recolheu: “Quero que você plante este trigo ali no matão, colha, e hoje mesmo me traga o pão assado”.

As tarefas vão sendo repetidas, com grau crescente de dificuldades e sempre executadas pela filha. Aqui, na Paraíba, Claurênia Silveira (1998:170) registra como última tarefa e efetivamente impossível da ajuda da filha Guimar:

“— Agora, bote esse copo na testa e fique de costa nesse pé de laranjeira para você me subir neste pé de laranja com este copo na testa. Se o copo cair de sua testa, você morre.” Aí, ele escapa, fugindo com a namorada.

É o processo empregado por Firmino de Paula, repetindo de forma paralelística o mesmo motivo, com o fim de conseguir o desejo e dar ao pai o ganho da aposta. Nada conseguindo a filha na primeira investida — levantar a roupa até o joelho — o pai aconselha pela segunda vez:

- 29 Deolinda ao chegar
Em casa contou ao pai
A resposta do vaqueiro.
Disse o doutor: você vai
Amanhã e o seduza
Pra ver se ele vai.
- 30 Amanhã você levante
Até as coxas o vestido
Se ele chamar, você diga
Vou se fizer meu pedido
De matar o boi Leitão
Pra comermos um cozido.
- 31 A moça no próximo dia
Lá na fazenda chegou
Na beira do rio, a roupa
Té as coxas levantou
E se pôs a passear.
Dorgival vendo-a chamou.

Mais uma vez, sem conseguir a morte do boi, retorna à casa. O pai aconselha uma terceira investida, evidentemente mais tentadora:

- 33 O pai lhe disse amanhã
Termina a sua aventura
Vá passear e levante
a roupa até a cintura
E mande-o matar o boi
Que ele não se segura.
- 34 A moça disse: meu pai
Desse jeito é imoral.
Disse o doutor: pode ir
Que não lhe “sucede” mal
Eu sei o que estou fazendo
E confio em Dorgival.
- 35 Ela foi no outro dia
E ficou lá passeando,
Com a roupa até na cinta
Dorgival foi lhe avistando
Gritou: moça venha cá
Você está me aperriando.
- 36 Deolinda disse: eu vou
Se matar o boi Leitão
Do coração e do fígado
Fazer para nós um pirão.
O vaqueiro disse: venha
Hoje eu mato até o cão.

E mata o boi, a empregada faz o pirão, almoçam, passam a tarde juntos e Deolinda regressa com a boa nova.

* * *

No outro dia, Dorgival deve apresentar-se ao fazendeiro, como fazia regularmente, para dar notícias do gado. E naturalmente terá de explicar-se.

Nesta sequência, Firmino de Paula emprega a expansão e a paráfrase. A sequência foi expandida, ultrapassando o número três, tradicional. São quatro as desculpas imaginadas.

Aparáfrase constitui um dos processos fundamentais na transmissão da literatura oral; no romance e no conto assegura a invariante fabular na migração das versões no espaço e no tempo.

O estudo das construções parafrásticas, realizadas durante a performance pelo narrador ou cantor, envolve um dos mais complexos problemas da análise da literatura oral, por situar-se na relação entre a invariante e as variantes. O que muda, efetivamente, de uma performance para outra, no canto de um romance ou na narração de um conto? Tornou-se dogma a afirmação de que nenhum cantor/narrador expressa do mesmo modo a sua versão, ainda que seja pequeno o intervalo entre uma performance e outra. Daí considerar-se variante as várias versões de um mesmo romance ou conto, quando uma análise aprofundada demonstra que nada mudou semanticamente na fábula: permanece a invariante fabular, a despeito das diferenças lexicais de seu texto.

O conto de *Brancaflor* (AT 313) exemplifica, no episódio final, a nenhuma importância para a semântica da fábula a total dessemelhança textual de duas versões de um mesmo conto.

Após a fuga do herói com Brancaflor, pela impossibilidade de ela resolver a última tarefa imposta pelo pai, que exigia a presença do rapaz, chegam à cidade onde ela fica até ele ir buscar roupas para levá-la ao palácio e apresentá-la à família. Ela recomenda que não se deixe abraçar, pois a esquecerá: o que acontece invariavelmente. Brancaflor consegue reencontrá-lo, faz-se reconhecer, mudando-se assim o cenário do casamento prestes a realizar-se com outra moça. Vejamos o que diz o herói na versão portuguesa de Idália Farinho Custódio & Maria Aliete Galhoz (1996, 1:101-06):

— Eu tinha uma chave d’ouro, e perdi-a, e encomendei uma de prata que ainda não tá feita. Então agora eu tornei a achar a chave d’ouro. Digam-me, meus senhores, com qual hei-de ficar? E todos concordaram que ele devia ficar com a d’ouro que já era dele. E aqui, ele põe uma mão em cima dum ombro da Dona Branca e disse:

— A chave d’ouro qu’eu perdi, e que achei, é esta, e agora vou casar com ela. É esta qu’eu tinha destinada p’ra mi.

Na versão brasileira, recolhida no Maranhão, por Laura de Paula (1987 n.º 74) — *O príncipe Leitão* (AT 433B-Z62.1), temos:

— Meu senhor, prestar atenção que eu quero fazer uma procura. Ele disse: — A gente tendo uma mala, a chave dessa mala perde, depois se compra uma; depois da comprada, se acha a perdida. Qual será que serve para a mala? Todos apoiaram que era a que veio na mala. Porque antonce ele foi contar e todos apoiaram que a melhor dele era a antiga. Ele botou fora a segunda e ficou com a primeira.

* * *

A parataxe ocorre na estruturação das sequências, sem a presença da conjunção coordenativa, assindeticamente. Homero usou esse recurso retórico no canto II da *Ilíada*, no famoso “catálogo das naus”, descrito em mais de quatrocentos versos. Notopoulos (1949:7), em seu artigo sobre a parataxe em Homero, afirma: “A parataxe em Homero ultrapassa o estilo e caracteriza a estrutura e pensamento dos poemas”.

O processo está diretamente ligado à expansão. Na literatura oral, em razão da dinâmica da performance, a narrativa se organiza em forma paratática, que oferece ao narrador flexibilidade na construção das sequências, possibilitando o manejo, mediante expansão ou redução, porque elas não são dependentes. O sentido não se completa através da ligação obrigatória com a sequência anterior.

A literatura de cordel absorveu esse recurso estilístico e o poema de Firmino de Paula exemplifica-o em todo o seu percurso, na construção das macro-sequências da sedução e morte do boi, e das desculpas.

As desculpas mentirosas

Existe paralelo entre as mentiras imaginadas pelo vaqueiro para explicar a morte do boi, expressas no folheto de Firmino de Paula e as versões orais do conto.

Na tradição brasileira, são numerosas as mentiras imaginadas. Dentre elas, destacam-se nas quinze versões do Catálogo:

Quebra do pescoço: 50%

Mordida de cobra 40%

seguindo-se, como causa mortis: quebrou a perna; morreu de tristeza; queda e doença; morreu atolado; afogou-se no açude, enganchou-se num arame.

Firmino de Paula escolhe quatro mentiras, que serão naturalmente rejeitadas em proveito da verdade. Montado a cavalo, diante de um toco:

47 Riscava o pé do mourão
E ali dava bom-dia
Porém o pau não falava
Ele mesmo respondia.
Imitando ao patrão
O vaqueiro assim dizia:

48 — Bom-dia, senhor meu amo.
— Bom-dia, meu bom vaqueiro,
Como vai o nosso gado?
— Vai lindo, gordo e fagueiro
— E o nosso boi Leitão?
— Morreu num atoleiro.

50 — Como vai o nosso gado?
— Patrão está um colosso!

— E o nosso boi Leitão?
— Caiu, quebrou o pescoço.

52 — Morreu, patrão, dum mal triste.

54 — Patrão, a cobra mordeu
Fiz tudo para salvá-lo
Não teve jeito, morreu.

E diz:

55 Esta também não regula
Presta pra cabra de peia.
Vou dizer ao patrão
Embora vá pra cadeia
Que matei o boi Leitão
Pois Dorgival não bambeia.

Nenhuma das mentiras corresponde ao seu caráter e ele decide confessar a verdade.

A tradição brasileira aponta vários exemplos da confissão:

Théo Brandão (1982, nº 9) — *João, o vaqueiro que não mentia*,
versão de Alagoas:

— O pobre de um vaqueiro
Que se vê no vasto sertão,
Vi umas bonitas forma
E uma delicadas feição,
Vi-me tão aperriado
Que matei o seu boi Leitão.

* * *

Oswaldo Trigueiro & Altimar Pimentel (1996 n° 56) — *Boi Leitão*.
Paraíba:

— Ô, num lhe conto! Seu boi Leitão, sua filha chegou lá, foi tomar banho... aí, quando vi sua filha, me embelezei com as belezas de sua filha, né. Ela foi e disse... Chamei ela pra lá pr'onde eu estava. Ela disse que só ia se eu matasse o boi Leitão, pra ela tirar um pedaço, pra ela comer. Aí, eu fui, matei o boi Leitão, tirei um pedaço pra ela, botei a carne no sal. Tá lá. O senhor pode mandar buscar e faça de mim o que entender.

Francisco Assis de Sousa Lima (2003 n° 57) — *O vaqueiro que não mentia*. Ceará.

— Meu patrão, eu vou lhe contar, Chegou uma moça, as pernas... uma moça loura, das perna grossa, da cintura fina, me fez matar o boi Ponta de Ouro!

E Firmino de Paula, como resolve a confissão:

- 57 Como vai o nosso gado?
— Está gordo e à vontade,
— E o nosso boi Leitão
Também vai sem novidade?
— Ah, meu amo, o boi Leitão
Vou lhe falar a verdade.
- 58 Surgiu por lá uma moça
De rosto lindo e corado
Um olhar muito atraente
Corpo esbelto aveludado
Fiquei hipnotizado.
- 59 Guardei respeito, porém
Palpitou-me o coração

— Chamei-a para minha casa
E matei o boi Leitão
Do coração e o fígado
Comemos um bom pirão.

61 Doutor Cristino Gardano
Abraçou a Dorgival
Disse aos amigos: Perderam
Passem logo o capital
Meu vaqueiro e minha filha
Vão dar um belo casal,

Como, aliás, ocorre na tradição: o casamento feliz.

* * *

O retorno à oralidade

Laura de Paula inclui em sua tese de mestrado, na Faculdade de Letras da UFRJ — *Vivendo estórias narrativas em São Luiz*, uma versão do mesmo conto — *A estória do Boi Barroso*, nº 3, recolhida no Maranhão, em 1985. Foi narrada por Francisco Assis Pereira, não alfabetizado, solteiro, nascido no Piauí, 57 anos, mecânico, biscateiro. Chegou a São Luiz aos 27 anos. A certa altura da narração ele afirma: “Já a estória, li ela de um livro, justamente em versos e eu conto ela sem os versos”. Como veremos, Francisco de Assis Pereira leu o folheto de Firmino de Paula.

Evidentemente, sua memória guardou a fábula, ele não foi um mero repetidor do poema: toda a introdução é diferente e no decorrer da narrativa vai surgindo a sua contribuição, mostrando que poema e conto vêm da mesma fonte.

A versão inicia-se com uma conversa entre fazendeiros e um deles diz: “Ah, não tem homem que não mente e não tem cavalo que não tope”. O fazendeiro Cristiano, dono do boi Barroso, contradiz:

Não, senhor. Tem homem que não mente e cavalo que não
topa; pode não ter cavalo que não topa, mas tem homem

que não mente. Eu tenho na minha fazenda um vaqueiro por nome Dorival que nunca me mentiu; ele é incapaz de mentir ou inventar.

Então combinaram uma aposta e o fazendeiro manda a filha seduzir o vaqueiro para comprovar sua fidelidade

Chamaram uma morena bonita que tinha lá, filha do fazendeiro. Diz: — Olha, tu vai lá na fazenda, com o empregado e lá fica do lado daqui, cantando, tu ergue a saia até o joelho, ele vem, o Dorival vem: isso o Cristiano dizendo pra filha.

— Na certa ele te convida para ir lá na fazenda dele. Aí quando ele perguntar se tu vai, tu diz que tu vai só se ele matá o Boi Barroso”.

Não é possível aqui comparar as diversas sequências do folheto e da versão oral. Entretanto, verificam-se logo as diferenças da introdução e o paralelismo no primeiro conselho do pai, revelador do processo parafrástico usado pelo narrador. E também a ausência de descrições, característica da oralidade.

Max Lüthi (1977, 1979:31) comparou as duas versões do conto nº 50 dos Irmãos Grimm *Dornröschen* (*A Bela adormecida*, AT 410): Por encanto, um palácio com todos os personagens adormece durante cem anos e é despertado por um príncipe que se casa com a princesa. É um típico exemplo de expansão. Na primeira versão, o texto apresenta simplesmente: “E todos despertaram do sono”. Posteriormente, na edição definitiva de 1857, o despertar é assim descrito:

“Os cavalos no pátio levantaram-se e relincharam; os cães de caça espreguiçaram-se agitando os rabos; os pombos no telhado tiraram a cabecinha de sob as asas, olharam em volta e saíram voando para os campos; as moscas voltaram a esvoaçar; o fogo na cozinha reavivou-se, tornou a crepitar e continuou a cozer a comida; o assado tornou

a chiar; o cozinheiro deu no ajudante o safanão retardado, fazendo-o gritar, e a criada acabou de depenar a galinha” (Grimm, 1962:43).

Max Lüthi comenta: “A ampla e petulante descrição é contrária ao estilo essencial da autêntica narrativa popular, que destaca apenas os pontos da ação”.

O narrador maranhense guardou da leitura do folheto a estrutura da fábula, com suas sequências invariantes, mas foi enxugando a narrativa durante todo o percurso.

Para não alongar ainda mais esta comunicação, comparemos uma sequência da sedução e outra das desculpas e a confissão. Um conto deve ser ouvido ou lido na vivacidade do texto, em suas ações, que empalidece e desaparece em qualquer resumo, por melhor que seja.

Na macro-sequência da sedução, o conto mantém os três conselhos, como no folheto, com a gradação erótica das investidas: mostrar os joelhos, depois a coxa e, ainda, levantando o vestido até a cintura. No mesmo seguimento das desculpas, quase as mesmas mentiras do folheto: “quebrou o pescoço”, “morreu de tristeza”, “picada de cobra” e “morreu atirado”. A confissão da verdade também preserva a invariante fabular. O narrador confessa:

— Bom dia patrão.

— Como é, cadê nosso Boi Barroso?

Coçou a cabeça e disse:

— Eh, patrão, lá em casa apareceu mulata bonita, teve enjôo e quis comer fígado e coração de Boi Barroso com farinha; aí eu matei Boi Barroso, dei língua e fígado pra ela; a carne em fiz a marca, o couro eu estiquei. Tá lá, agora o senhor faça o que quiser comigo.

Numerosos outros detalhes poderiam ser aqui aduzidos sobre os pontos de encontro com o texto escrito e também, por esse caminho,

com a tradição, e, por outro lado, a entrada do texto na oralidade em forma prosificada, como na versão maranhense. Outra área de estudo é a imaginação criadora do narrador, o seu apego aos arquétipos, semelhança e manutenção dos nomes dos personagens, bem como o processo diferenciador pela analogia fonética, elemento importante de variação na transmissão oral. Vimos o vaqueiro Dorgival do folheto passar a Dorival no texto oral; e o fazendeiro Cristino Gardano para Cristiano.

As versões, sejam de romances, sejam de contos, ao serem versificadas pelos poetas populares, constituem, pela difusão do folheto e atualidade, uma nova versão no processo reprodutivo, como pudemos observar, ainda que rapidamente.

O elevado número de folhetos inspirados em contos populares está a exigir um amplo levantamento e análises comparativas, não apenas com as fontes brasileiras, mas também portuguesas. Nossa literatura de cordel merece estudos dessa natureza, como os que têm sido feitos para Straparola, Basile e Perrault.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

ALMEIDA, Aluísio de. 142 histórias brasileiras recolhidas em São Paulo. *In Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo 18 (144):161-332, nov.-dez. 1951.

AARNE, Antti e THOMPSON, Stith. *The types of folktale*. Helsinki, Academia Scientiarum Fennica, 1961.

BATISTA, Sebastião Nunes. *Antologia de literatura de cordel*. Natal, Fundação José Augusto, 1977.

BÉNICHOU, Paul. *Creación poética em el romancero tradicional*. Madrid, Gredos, 1968.

BORGES, Francisca Neuma Fechine e RAMOS, Maria Jandira. *Catálogo de literatura de cordel*. João Pessoa, Ed. Universitária, 1998.

BRAGA, Teófilo. *Romanceiro geral portuguez*. 2ª ed. Lisboa, Manuel Gomes, 1906-09. 3 v.

BRANDÃO, Théo. *Seis contos populares no Brasil*. Intr. de Braulio do Nascimento. Rio de Janeiro, INF/Maceió UFAL, 1982.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Contos tradicionais do Brasil*. Rio de Janeiro, Americ Ed., 1948.

CUSTÓDIO, Idália Farinho e GALHOZ, Maria Aliete Farinho. *Memória tradicional de Vale Judeu*. Loulé, Câmara Municipal, 1996-97. 2 v.

ESPINOSA, Aurélio M. *Cuentos populares españoles. Recogidos de la tradición oral de España*. Madrid, CSIC, 1946-47. 3 v.

LIMA, Francisco Assis de Sousa. *Contos populares brasileiros. Ceará*. Pref. de Fernando de Mello Freyre. Introd. e classificação de Braulio do Nascimento. Recife, FUNDAJ/Massangana, 2003.

Literatura popular em verso. Catálogo. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1961. Tomo I.

LORD, Albert B. *The singer of tales*. Cambridge, Harvard Univ. Press, 1960.

LÜTHI, Max. *La fiaba popolare europea. Forma e natura*. Milano, Mursia, 1979.

MARTINS, Firmino A. *Folklore do Concelho de Vinhais*. Coimbra, Universidade, 1928.

NASCIMENTO, Braulio do. A expansão na literatura oral. In *Revista ELO-Estudos de literatura oral*, 9-10, 2003-04:169-91. Faro, Centro de Estudos Ataíde Oliveira. Universidade do Algarve.

NOTOPOULUS, J. A. Parataxis in Homer. A new approach to Homeric literary criticism; cit. por Rainer Friedrich, The problem of oral poetics. In *Orality and Literature*. Proceedings of the XIth Congress of the International Comparative Literature Association (Paris, August, 1985), New York, Peter Lang, 1991:19-28.

PAULA, Laura de. Vivendo estórias: narrativas orais em São Luiz. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987 (mimeo).

SILVEIRA, Maria Claurênia Abreu de Andrade. *O carretel de um contador paraibano*. João Pessoa, Ed. Universitária, 1998.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira e PIMENTEL, Altimar de Alencar (coord.). *Contos populares brasileiros/Paraíba*. Pref. de Fernando de Mello Freyre. Intr. e classificação de Bráulio do Nascimento. Recife, FUNDAJ/Massangana, 1996.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Romanceiro português*. Notícia prévia de R. Menéndez Pidal, Coimbra, Universidade, 1958, 2 v.

Documentos

DIÁRIO DE UM MÉDICO DO SÉCULO XIX: DR. MALAQUIAS ANTÔNIO GONÇALVES

Joffre Marcondes de Rezende¹

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas²

Ao final do século XIX, os centros médicos mais importantes da Europa eram os da França, Alemanha e Inglaterra. Paris destacava-se como o centro de maior projeção internacional, para onde se dirigiam médicos do mundo inteiro em busca de novos conhecimentos e aprimoramento profissional. Malaquias Antônio Gonçalves foi um desses médicos.



Malaquias Antonio Gonçalves
1846-1908

¹ Professor Emérito da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás. Membro da Sociedade Brasileira de História da Medicina. Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

² Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Goiás. Membro da Sociedade Brasileira de História da Medicina. Sócia Emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Natural de Brejo, estado do Maranhão, nasceu em 1846, filho de Domingos José Gonçalves e Torquata da Cunha e Silva Gonçalves. Nas extensas propriedades que possuía no vale do rio Parnaíba, o pai, fazendeiro e comerciante, produzia algodão que exportava para a Inglaterra. No Brejo, mantinha botica e casa de comércio, de onde administrava seus negócios, inclusive barcaças que transportavam os produtos de suas fazendas até o porto do mar. Faleceu de mal súbito aos 39 anos; em seu inventário, estão relacionados os nomes de quase duas centenas de escravos³. Deixou 11 filhos, dentre os quais Malaquias, à época com três anos de idade.

A viúva, D. Torquata, assumiu a administração dos bens deixados pelo marido e cuidou de educar a numerosa família. As filhas tiveram preceptores vindos da Corte; os filhos foram estudar nos grandes centros: José Antônio e Segismundo freqüentaram a Academia de Direito do Recife; Malaquias graduou-se em 1868 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde também se doutorou⁴.

O jovem médico fixou-se em Pernambuco, passando a atuar no Real Hospital Português de Beneficência (Hospital Português) e no Hospital Pedro II. Contraiu núpcias com Joana, filha do português João José Rodrigues Mendes, Barão de Rodrigues Mendes. Enriquecido no comércio de bacalhau, adquiriu ele o sítio da Ponte d'Uchoa, nos arredores do Recife. Reformou a casa existente e transformou-a em suntuosa vivenda, onde se realizou a festa de casamento de Malaquias e Joana, que ali vieram residir, bem como os filhos nascidos do casal. No solar da Ponte d'Uchoa foram instalados um consultório, onde Dr. Malaquias atendia sobretudo aos necessitados, bem como sua biblioteca, doada postumamente à Sociedade de Medicina de Pernambuco.

Rodrigues Mendes, durante muitos anos, exerceu o cargo de provedor do Real Hospital Português de Beneficência, encarando-o como instituição através da qual a colônia, domiciliada em Pernambuco,

³ Cópia do inventário *post mortem* de Domingos José Gonçalves. Acervo particular da co-autora. Fazenda Santa Cruz, Trindade, GO.

⁴ Os dados biográficos de Malaquias Antônio Gonçalves foram recolhidos da tradição oral, entre seus descendentes, e de MORAES, Octavio e Eurydice de. Roteiro do Barão de Rodrigues Mendes. Recife: Imprensa da Universidade Federal de Pernambuco, 1967.

tinha o dever de prestar assistência integral aos seus compatriotas em situação adversa, quaisquer que fossem os motivos desta. Seu genro, o Dr. Malaquias, foi médico desse nosocômio enquanto residiu no Recife.

Amizade e admiração recíproca aproximavam sogro e genro, que partilhavam idéias avançadas para a época, como a da separação entre igreja e estado. Malaquias filiou-se à Maçonaria e, juntamente com seu irmão, Segismundo, ingressou no Partido Liberal. Ambos seguiram carreira política: Segismundo foi deputado geral por Goiás, governador de Pernambuco e senador da República. Malaquias elegeu-se deputado provincial e deputado federal por Pernambuco.

Durante a segunda metade do século XIX, a cirurgia deixa de ser mera arte manual e passa a abranger horizontes mais amplos. O cirurgião, até então visto como profissional menor, não é mais o “skilled handscrafman”, na expressão de Lorde Treves, para quem o cirurgião deveria ter “coragem, força muscular, firmeza manual, sutileza de vista e vastos conhecimentos”.

Malaquias Antônio Gonçalves inclinou-se, inicialmente, para o exercício da medicina: foi interno de clínica médica e escolheu para sua dissertação o tema: *Do diagnóstico e tratamento das moléstias dos orifícios esquerdos do coração*. No exercício da profissão, contudo, optou pela cirurgia, tornando-se igualmente cultor das letras cirúrgicas, como se evidencia na tese que apresentou à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: *“Da influência do traumatismo da uretra sobre o organismo”*.

Nos anos compreendidos entre o final da guerra franco-prussiana e o início da Primeira Grande Guerra, vivia-se a chamada “belle époque”. Em 1889 – ano da proclamação da República – teve lugar a Exposição Universal de Paris que, além de lembrar o centenário da Revolução Francesa, celebrava a pujança da indústria e a diversidade das civilizações. Nessa ocasião, foi inaugurada a Torre Eiffel, cuja arrojada estrutura em ferro simbolizava os avanços da técnica. Nesse mesmo ano, seguiu para a Europa o Barão de Rodrigues Mendes, acompanhado do genro Malaquias e família. A viagem prolongou-se por mais de dois anos: iniciou-se com a visita à Exposição Universal e estendeu-se por diversos países, inclusive Portugal, a terra ancestral.

Ao final do périplo, Malaquias estagiou em Paris, Bordeaux e Londres, demorando-se mais tempo em Paris. No período de 13 de novembro de 1891 a 30 de abril de 1892, freqüentou vários hospitais, ouviu preleções de grandes mestres da cirurgia e presenciou 112 intervenções cirúrgicas. Suas anotações de próprio punho, sob a forma de um diário, preenchem 89 páginas manuscritas⁵.

Paris 13 de Novembro de 1891 - Hotel - Diana
Fiz hoje neste dia as clínicas dos professores Sillava.
Vernueil, e os acompanhei em suas visitas - O
professor Vernueil se manifestou contra certos op-
erações gynecologicas (entocécia e ressecção uterina)
feitas em certas condições -
Paris 14 de Novembro de 1891 - Hospital S. Luiz - Clini-
ca do Sr. Plan -
O Sr. Plan se acha incomodado de uma grippa
e se fez substituir pelo Sr. Rouquelles - , que
praticou as seguintes operações, falando sobre todas ellas
com considerações -
1ª Operação - Spéculum de Daker de mão direita - etc.
O Sr. Rouquelles fez o bistúria da vulva, mostra a
quasi inexistencia da importância que o Daker de a vulva
representa sobre a etiologia, mostrando que quasi sempre
semelhantes affecções se desenvolvem sobre uma antigua
cicatriz que reconheço uma causa traumática, por-
tando não este o caso do Daker presente - Diz que ha
sempre todos o indolencia, em que se interveio cada mto
ordem de affecções, e que é necessario fazer, a todo os
to, a extirpação completa de todos os tecidos envolvidos,
para o que a cicatrização deve ser rigorosa no exame
da parte extirpada -
Na execução da operação, que é muito simples, o Sr. Plan
rouquelles, fez a ablação circumscindendo o tumor por um in-
cisão oval de - Hemostasia, sutura em espalhamento
apenas aproximando os bordos, porém não chegando a
a completo contacto - O Sr. Rouquelles diz que é melhor pro-
ceder assim do que ressecar os tecidos, por que ressecando estes
os o cirurgião corre o risco de não obter, e de ter um fecho muito
mais estivo - O Daker foi chloroformado, e todo o anel
muito estivo -

**Primeira página do diário de Malaquias Antônio Gonçalves,
datada de 13 de novembro de 1891**

⁵ O documento foi cedido aos autores pelas Senhoras Luíza e Eth Gonçalves Castello Branco, netas do Dr. Malaquias Antônio Gonçalves, residentes no Rio de Janeiro, RJ.

Na ocasião, a cirurgia já contava com duas grandes conquistas: a da anestesia geral e a da antisepsia, graças às quais pôde ampliar o seu campo de ação. A assepsia ainda era precária no tocante à esterilização dos instrumentos e à indumentária da equipe cirúrgica.

Malaquias estagiou no Hospital Saint Louis, sob a orientação de Péan e Championnière; no Hospital Necker, com Le Dentu e Guyon; no Hospital Broussais, com Reclus; no Hospital Charité, com Duplay e Delbet, além de ter visitado outros hospitais em Paris. Em Bordeaux esteve no Hospital Saint André e em Londres freqüentou o London Hospital, King's College e Middlesex Hospital. Em Lisboa conheceu o Hospital São José.

O Quadro 1 mostra o número de intervenções a que assistiu, por Hospital, e o Quadro 2 por área de atuação do cirurgião.

QUADRO 1

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PRESENCIADOS PELO DR. MALAQUIAS ANTONIO GONÇALVES NOS HOSPITAIS EUROPEUS NO PERÍODO DE 13.11.1891 A 30.4.1892

Cidade	Hospital	No. de procedimentos
Paris	St. Louis	27
	Necker	26
	Broussais	14
	Charité	8
	Maison de Santé	7
	Lariboisière	5
	Hotel Dieu	3
	Lourcine-Pascal	3

	Hospitais privados	2
Bordeaux	St. André	6
Londres	London Hospital	6
	King's College	3
	Middlessex	1
Lisboa	S. José	1

=====

QUADRO 2

DISTRIBUIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PRESENCIADOS PELO DR. MALAQUIAS ANTONIO GONÇALVES QUANTO À ÁREA DE ATUAÇÃO DO CIRURGIÃO

=====

Patologia externa.....	22
Cirurgia abdominal	21
Urologia	21
Ginecologia	20
Ortopedia	16
Cirurgia plástica	7
Otorrinolaringologia.....	2
Proctologia	2
Trepanação craniana.....	1
Total.....	112

=====

Seu depoimento é de inestimável valor, de vez que retrata com fidelidade a cirurgia que então se praticava nos Hospitais da França e que era considerada a mais avançada da época. Em seu diário, dá-nos uma viva imagem da cirurgia no final do século XIX. A fim de tornar a exposição mais atrativa, vamos reproduzir alguns trechos de seu diário (com a ortografia atualizada) e tecer sobre os mesmos breves comentários.

Paris, 16.11.1891 – Hospital S. Luiz. Clínica do Dr. Lucas Championnière. Operação – ovarites dolorosas – Ovariectomia dupla – Fixação do útero em retroversão à parede anterior. A doente é cloroformizada e os cuidados anti-sépticos são regularmente empregados. O Dr. Championnière emprega um spray com uma solução de eucaliptol durante suas operações abdominais. A cloroformização é sempre acompanhada da inspiração de oxigênio em um grande balão de borracha. Esta doente sofreu um acidente de cloroformização, pelo que foi obrigado a fazer a respiração artificial.

O spray com eucaliptol é um sucedâneo do método de Lister, que usava aspensão de ácido fênico no campo operatório durante o ato cirúrgico. O clorofórmio era o anestésico mais empregado na época. Em todo o diário do Dr. Malaquias só há referência a duas anestésias pelo éter, ambas na Inglaterra. O acidente anestésico deve ter sido parada respiratória, já que a paciente sobreviveu. Outro aspecto a comentar é a facilidade com que se retiravam ambos os ovários de uma mulher, sem atentar para as consequências hormonais daí decorrentes. A histeropexia era uma constante nas operações ginecológicas.

Paris, 17.11.1891 – Hospital Necker. Clínica Cirúrgica do Prof. Le Dentu. Cancroide da face em uma mulher – Ablação – Anestesia pela cocaína – Incisão circunscrevendo a lesão, hemostasia, sutura, curativo anti-séptico. A injeção de cocaína não produziu o resultado desejado, porque a

doente, que era uma mulher de certa idade, deu grandes gritos durante a operação.

A anestesia local estava em seus primórdios e o cloridrato de cocaína foi o primeiro anestésico local a ser empregado. A ação anestésica da cocaína havia sido descoberta por Kolliker em 1884 e, nesse mesmo ano, Halsted obteve com sucesso o bloqueio de um nervo periférico pela cocaína. A cocaína foi substituída posteriormente pela procaína (novocaína), sintetizada por Einhorn em 1905.

Paris, 18.11.1891 – Hospital Necker. Clínica das vias urinárias do Prof. Guyon – Nefrotomia direita por pioneiros. O doente é cloroformizado e todos os cuidados anti-sépticos empregados com rigor. Lavagem rigorosa da região a sabão e líquidos anti-sépticos, envolvimento da doente com uma longa e larga compressa de gaze anti-séptica umedecida em sublimado corrosivo cobrindo a região a operar, tendo sido feita uma abertura na mesma para, através dela, trabalhar o cirurgião.

O sublimado corrosivo é o bicloreto de mercúrio, considerado na época o melhor germicida disponível. Utilizava-se em solução a 1:1.000. É uma substância extremamente tóxica quando absorvida. A compressa com abertura central evoluiu para os campos fenestrados atuais.

Paris, 19.11.1891 – Hospital Necker – Dr. Lucas Championnière – Pé torto paralítico – Extração do astrágalo e de um cuneiforme. Dr. Champonnière faz a extração do astrágalo, depois do cubóide e por último do 1º cuneiforme – faz a hemostasia, sutura a pele com crina de Florença, drena a ferida e termina empregando curativo anti-séptico com gaze iodoformizada e gaze com um pó composto de 1/4 de idodofórmio, quina, benjoim e carbonato de soda – mackintosh.

Crina de Florença é um fio de seda especial, que se utilizava na sutura da pele. O iodofórmio era usado como anti-séptico. O seu cheiro penetrante tornou-se uma das características marcantes dos hospitais e veio substituir o cheiro pútrido das feridas supuradas, comuns na era pré-pasteuriana. Na ausência de antibióticos, os antissépticos eram largamente utilizados.

Paris, 20.11.1891 – Hospital Necker – Clínica do Dr. Le Dentu – Laparotomia. Enterectomia para oclusão intestinal. O Dr. Nelaton havia feito um ânus artificial ilíaco direito para remediar a situação. Praticada a laparotomia, o Prof. Le Dentu facilmente encontra a causa da oclusão intestinal, que era um tumor; então resolve imediatamente praticar a enterectomia.

Antes da descoberta dos raios-X, em 1895, e sua utilização em radiografias do trato digestivo, o diagnóstico de tumores intestinais só podia ser feito por laparotomia exploradora. Aparentemente tratava-se de um tumor de cólon esquerdo, visto que a paciente fora antes colostomizada à direita, e a enterectomia deve ser, na realidade, hemicolectomia esquerda. Não há relato sobre os resultados desta cirurgia, como, aliás, de nenhum outro caso.

Paris, 21.11.1891 – Hospital São Luiz – Serviço do Prof. Péan – Incisão de um abscesso da fossa ilíaca interna – O Dr. Pean narra a história deste doente e passa a praticar a incisão. O Dr. Pean é partidário da incisão precoce com o fim de evitar os sérios perigos que correm os doentes sofrendo de abscessos ligados à peritífite. O Dr. Péan incisa camada por camada até o peritônio alguns centímetros acima da arcada de Poupart. Saíu grande quantidade de pus fétido. O Dr. Péan introduz um tubo de drenagem e faz uma lavagem anti-séptica.

Abscessos ligados à peritífite eram, na realidade, casos de apendicite supurada, que não era diagnosticada até então. A operação indicada consistia em simples drenagem; muitos pacientes morriam e alguns casos evoluíam com fístula cecal. O papel do apêndice como sede inicial do processo inflamatório em tais casos foi demonstrado em 1886 pelo patologista Reginald Fitz, que autopsiou mais de 500 casos nos Estados Unidos, porém só foi reconhecido nos países europeus no início do século XX.

Paris, 10.12.1891 – Hospital Necker – Clínica Cirúrgica do Prof. Championnière – Ressecção da cabeça do úmero esquerdo pelo processo de Malgaigne em um rapaz com uma fístula no braço por lesão tuberculosa... Faz sair a cabeça do úmero e a serra com a serra de Faraboeuf e termina a excisão com escopo e martelo. Faz a hemostasia da ferida e depois a antisepsia com solução de ácido fênico forte. Cauteriza a fístula com uma solução de cloreto de zinco a 10%... Curativo com gaze iodoformizada, saquinhos de gaze com pó anti-séptico, algodão escuro, algodão comum e atadura.

A tuberculose óssea era comum, quase sempre secundária à tuberculose pulmonar. O ácido fênico é o mesmo ácido carbólico ou fenol, muito usado como antisséptico. O cloreto de zinco possui uma ação cáustica sobre os tecidos e era utilizado no tratamento tópico de lesões tuberculosas, razão pela qual foi empregado com o fim de promover o fechamento do trajeto fistuloso.

Paris, 12.12.1891 – Hospital Necker – Clínica de vias urinárias do Prof. Guyon. Sessão de litotricia. Trata-se de um velho com a bexiga em más condições, em que o Prof. Guyon introduz o litotricor de ramos curtos. Depois de muitas “prises” passa a fazer a lavagem da bexiga introduzindo uma grossa sonda metálica. Repetiu muitas vezes a lavagem e aspiração. Depois da aspiração

o Prof. Guyon lava de novo a bexiga com ácido bórico e com uma solução de nitrato de prata e deixa uma sonda em permanência.

A litotricia ou litotripsia, introduzida no século XIX na prática médica, representou um avanço no tratamento da litíase vesical, antes só tratada pela cistotomia ou talha, por via hipogástrica ou perineal. O nitrato de prata foi muito empregado por sua ação levemente cáustica e cicatrizante sempre que havia tecido de granulação em processos inflamatórios.

Paris, 16.1.1892 – Hospital S. Luiz. Clínica do Prof. Péan – Ressecção do maxilar superior direito por sarcoma. Não gostei desta operação, não só vi o Prof. Pean perder o seu sangue frio habitual como o processo não me pareceu aceitável. Ele abusa das pinças compressivas como meio de hemostasia preventiva. Elas prestam reais serviços, mas por isso não se deve empregá-las a torto e a direito.

Péan destacava-se dentre os cirurgiões pelo pouco sangramento de suas operações, o que conseguia por meio de pinças hemostáticas que ele idealizara e mandara fabricar. O Dr. Malaquias demonstra, nesta passagem, o seu espírito de observação e de crítica.

Dr. Malaquias teve ocasião de presenciar dois óbitos por acidente anestésico com clorofórmio, um no Hospital Necker dia 5 de abril de 1892 e o outro no Hospital Charité, três dias depois. Vejamos um deles.

Paris, 8.4.1892 – Hospital Charité – Clínica Cirúrgica do Prof. Duplay, substituído pelo chefe de Clínica, Dr. Delbet – Amputação de dedo da mão por necrose da falange por panarício. O doente é um homem forte, bem constituído. O doente é cloroformizado. O Dr. Delbet começava a antisepsia do campo operatório quando o doente torna-se cianótico e a respiração pára. Recorre-se imediatamente à respiração artificial e muitos outros

meios são empregados, tais como flagelação, cauterização com água quente sobre o côncavo epigástrico, aplicação de eletricidade, injeções de éter, injeções de cafeína, mas tudo foi baldado e o resultado foi a morte do doente.

Os acidentes letais com o clorofórmio ocorriam quase sempre no período de indução anestésica, com anestesia ainda superficial. Sabemos hoje que o clorofórmio, em presença da adrenalina desencadeia fibrilação ventricular. O estado emocional do paciente ou a sensação de dor, antes que a anestesia se aprofunde, libera catecolaminas endógenas, que atuam do mesmo modo que a adrenalina exógena. O clorofórmio foi posteriormente substituído por outros agentes anestésicos como o ciclopropano e o halotano.

Conforme mostra o Quadro 2, a maioria das operações registradas são de patologia externa, cirurgia abdominal, urologia, ginecologia e ortopedia. Chama a atenção o fato de não constar dentre as laparotomias nenhuma operação de estômago ou vesícula biliar, quando a gastrectomia já era praticada com sucesso na Austria por Billroth, desde 1881, e a colecistectomia na Alemanha desde 1882, por Langenbuch.

Voltando ao Brasil, Dr. Malaquias continuou a exercer suas atividades no Recife, tornando-se um cirurgião exímio e pioneiro da urologia em nosso País. Como resultado de suas observações e estudos no exterior, apresentou sugestões para a remodelação do Real Hospital Português de Beneficência, do qual o sogro era provedor. Novos pavilhões e enfermarias foram construídos e uma série de melhoramentos foi introduzida, levando à modernização desse nosocômio. Nos últimos anos de sua vida, no exercício do mandato de deputado federal, Malaquias passou a residir no Rio de Janeiro, onde faleceu em 1908, aos 62 anos de idade.

RESUMO

Ao final do século XIX, os centros médicos mais importantes da Europa eram os da França, Alemanha e Inglaterra, para onde se dirigiam médicos do mundo inteiro em busca de novos conhecimentos e aprimoramento profissional. O brasileiro Malaquias Antônio Gonçalves estagiou em Paris, Bordeaux e Londres; no período de 13/11/1891 a 30/04/1892 frequentou vários hospitais, ouviu preleções de grandes mestres da cirurgia e presenciou 112 intervenções cirúrgicas. No presente artigo, apresenta-se sua biografia e analisam-se suas anotações de próprio punho que, sob a forma de um diário, preenchem 89 páginas manuscritas.

Palavras-chave: Cirurgia no Século XIX, Medicina Brasileira, História da Medicina.

CRÔNICAS DE UMA VIAGEM AO PAÍS DO ANHANGUERA¹

Américo de Oliveira Costa

I

Muito já me foi perguntado e eu respondi sobre as peripécias e sensações de minha viagem ao país do Anhanguera. Contar o que se viu, em estranhas e distantes terras, é, aliás, uma alegria rara e saborosa, a qual, às vezes, nem mesmo faltam certas agradáveis possibilidades de assumirmos ares e tons misteriosos, de iniciados em tais ou quais aventuras exóticas, pitorescas e complicadas... E se, aqui, digo “estranhas”, mesmo tomando o termo numa referência direta ao meu assunto, é quase como um complemento ao “distantes”, porque o roteiro de Goiânia compreende, para quem o inicia do Nordeste, largas, surpreendentes e infinitas regiões do nosso território.

Antes de alcançar o país do Anhanguera, vários reinos diferentes e curiosos percorri e três ou quatro fabulosos “pays de Cocagne”...

Vi, por exemplo, a “Baía de todos os Santos e de quase todos os Pecados”, como lá está no gostoso poema de Gilberto Freyre. E na Baía, fui ao Senhor do Bomfim e São Francisco, à Baixa do Sapateiro e à praia de Amaralina. Lembro, ainda, uma praça amplamente batida pelos ventos marítimos e onde se ergue, a mão espalmada no ar, como no gesto

¹ Publicado em “A República, de Natal”, entre os dias 13 e 25 de agosto de 1942. Apud COSTA, Antônio de Oliveira. *O comércio das palavras*. Textos e montagens. V. 4. Natal (RN), Ed. Clima, 1994, 69-80. Texto enviado por Ático Vilas Boas da Mota, Sócio Emérito do IHGG.

declaratório do “Navio Negreiro” ou das “Vozes d’África”, a silhueta de bronze de uma bela e sugestiva estátua do cantor dos escravos... Vi o Rio e São Paulo (ah... o Rio...) Mas passei também pelo reino do Açúcar, que se está levantando em Volta Redonda; pelo reino do Café, cuja capital é Ribeirão Preto; pelo reino do Leite, do Queijo e da Manteiga, no Triângulo Mineiro, de cidades saudáveis como Uberaba e Uberlândia, cujos nomes evoca os úberes fecundos, fartos e generosos do bom gado das Gerais...

E se, depois de Goiânia, alguns e relativamente pequenos espaços houvesse atravessado, teria atingido o país do Gentio, onde o general Rondon é o amado e respeitado “grande chefe branco...”

II

Cheguei a Goiânia, numa já avançada noite de fim de junho, depois de quatro dias de trem, transposto o itinerário Rio-São Paulo-Ribeirão Preto-Araguari-Leopoldo Bulhões. O céu brasileiro, sobre a minha cabeça, palpitava de estrelas. A sensação de que me encontrava no mais profundo interior de minha terra, perdido no coração do Brasil, era intensa. Homem do litoral, rodeava-me, naquele instante noturno, toda a pesada densidade da terra e do sertão, nas suas mais impressionantes características.

Confesso, agora, aqui, que foi sem nenhum laivo artificial de “por que ufano de meu país”, que experimentei, então, de maneira única e desconhecida, o grande orgulho de ser brasileiro, o grande orgulho de que o Brasil é realmente imenso e poderoso, porque estava ali, diante de meus olhos e de minhas mãos, e após uma longa trajetória vencida, a prova palpável e física dessa imensidão territorial, cuja permanência da unidade política é um supremo milagre continuado através de tantas gerações.

Sai, assim, por aquelas ruas iluminadas e frias, a caminho do hotel, dominado dessa emoção feliz, a primeira e, certamente, a mais forte que Goiânia me provocou.

Aquilo, para mim e para cada um de nós, que para ali partíamos de todos os recantos do Brasil, com a finalidade de assistir ao batismo cultural da nova capital de Goiás, – era como uma descoberta da própria terra.

No silêncio, tomavam forma e cresciam, no meu íntimo, apelos e ímpetos bandeirantes... Instintivamente, sondando a distância e a treva da mataria exterior, cofiei uma imaginária e rude barbicha de pioneiro, reajustei o possível gibão, palpei uma abstrata escopeta setecentista... E parecia que as sombras austeras, heróicas e bravas do Bartolomeu Bueno da Silva – o 1º e o 2º –, com os pesados tacões de suas botas de desbravadores de selvas, marchavam ao meu lado, dentro da noite, pela Avenida Anhanguera...

O mistério da noite e as sugestões de determinados ambientes são sempre propícios à fantasia e a todas as criações fantásticas do espírito... (14 – 8 – 42).

III

Antes de tudo, Goiânia dá ao forasteiro uma visão original. Trata-se de uma cidade planejada, realizada, como todos sabem, sob medida, – uma cidade geométrica e calculada nos seus menores detalhes. Distante mais de 1.500 quilômetros da orla atlântica, em pleno sertão goiano, o que, no entanto, logo à primeira vista, atrai e surpreende, não é a natureza. É o esforço construtor, civilizador do homem.

- “Goiânia reveste, ao mesmo tempo, as qualidades de um símbolo e um testemunho”, dizia Teixeira de Freitas, no discurso proferido na sessão de encerramento das Assembléias Gerais de Geografia e Estatística. Símbolo e testemunho de uma das mais heróicas e marcantes características da nossa raça – o bandeirantismo, a tenacidade desbravadora e aventureira, o espírito pioneiro... Símbolo e testemunho, salienta-se, também, do valor e do alto desenvolvimento técnico da engenharia e da urbanística brasileiras, pois que foram dois ilustres

profissionais patricios – o engenheiro Armando Augusto de Godói e o arquiteto urbanista Atílio Correia Lima, – que estudaram, planejaram e orientaram a construção do arcabouço orgânico da nova metrópole mediterrânea.

Um outro nome – e este é o principal – está para sempre ligado ao destino de Goiânia. É o do seu idealizador e artífice, através de esforços e obstáculos verdadeiramente extraordinários, que venceu porque a força do seu sonho e do seu idealismo não tinha limites terrenos. Lá está gravado no soco da herma que, frente ao Palácio das Esmeraldas, perpetuará para a posteridade os traços humanos de um brasileiro – o interventor goiano – já hoje credor da admiração e do apreço respeitosos dos seus patricios. Ao nome se segue uma breve, mas definitiva legenda. Transcrevo-as aqui: “Dr. Pedro Ludovico o arquiteto de Goiânia – “Nobreza moral. Administração. – Para a Imortalidade”. (15 – 8 – 42).

IV

Antigamente, naquele território, campeavam tribos selvagens de guaiazes. Há menos de oito anos, uma vasta campina e algumas fazendas cobriam a zona. Hoje, alteia-se, nova, moderna, progressista, tentacular, uma cidade que lembra um imenso e movimentado tabuleiro de xadrez, pelas ruas e avenidas de linhas retas e cruzamentos perfeitamente quadriculados.

Um dos aspectos mais agradáveis de Goiânia é ser ali tudo novo e, aliás, nem podia deixar de ser assim: edifícios públicos e particulares, praças, jardins, calçamentos, hotéis, clínicas, escolas, instalações de qualquer espécie, em suma.

A espinha dorsal da cidade é a avenida Goiás, de largas, amplas e claras perspectivas. Ao longo dessa artéria central, alternam-se repuxos e canteiros, onde, certa tarde fria e tranquila, passeando com Anfilóquio Câmara, vi hortências azuis e magníficas rosas reais da França...

Seis outras grandes avenidas rasgam o corpo metropolitano: Anhanguera, Tocantins, Araguaia, Paranaíba, Contorno e Oeste, as duas

ultimas, juntamente com as alamedas dos Buritis e do Botafogo, fechando o circuito da cidade. Na alameda dos Buritis, ergue-se um belo parque, tumultuário de cantos de pássaros e, à cuja sombra amável, o ilustre professor José Veríssimo da Costa Pereira escreveu, segundo me confiou em conversa, a conferencia mais interessante e saborosa que já ouvi sobre assuntos de Geografia humana e econômica: – “Considerações acerca da criação de centros de atividades econômicas nos países novos”. – Ao lado do parque, espraiam-se as curvas sinuosas, sugestivas e femininas do Lago das Rosas.

Quanto às ruas, a sua denominação é frágil e estandardizada: são todas numerada. Isso é até lógico e racional, em se tratando de uma cidade nova. Mas tal *coisa* dá-lhe um ar esportivo de faroeste americano, o ar de uma cidade que nascesse quase sem compromissos com a história, com os homens ou com o passado... (18 – 8 – 48).

V

Estou certo de que não adiante dizer, aqui, que Goiânia possui belos e sólidos edifícios públicos federais, estaduais e municipais; confortáveis centros culturais e diversionais, como o Cine-Teatro Goiânia, o Automóvel Clube (e sua piscina, quase concluída, esta orçada em 1250 contos), a Rádio-Clube Goiânia, o estádio Pedro Ludovico; e campos de aviação, saneamento e abastecimento d’água, e instalações em andamento de telefonia automática, etc. etc. Afinal, apesar dos seus poucos anos, Goiânia é a metrópole de uma unidade federativa.

Acho, assim, muito mais interessante salientar, neste capítulo que se está quase tornando o das *coisas* comuns a todas as capitais, a imponência romana do Centro Cívico – vasta praça circular que se situa frente ao Palácio do Governo e é toda rodeada por sedes de repartições administrativas, – e imenso reservatório para onde convergem e afluem as principais avenidas, construído especialmente para que nele tenham lugar as grandes comemorações coletivas e as festividades cívico-patriotas, e do qual creio não existirem similares, com as mesmas proporções austeras, em qualquer outra cidade brasileira.

Adjetivei-lhe de “romana” a imponência e estou sentindo que encontrei a expressão exata. Ardegas quadrigas de Césares em triunfo bem que nele poderiam desfilar vitoriosamente sob as palmas votivas e os aplausos de massas populares numerosas, porque o cenário é, em verdade, grandioso e solene como um Augusto anfiteatro imperial...

No dia 5 de julho passado, dia da inauguração oficial de Goiânia, – dom Aquino Correia disse, no sermão gratulatório durante a missa campal ali celebrada, talvez as mais harmoniosas e eloqüentes palavras que já se haviam elevado aos ares puros e lavados de Goiânia. A voz do pastor e do patriota revestiu-se, naquele momento propiciatório, de nobres e comovidos acentos humanos e divinos, e, ouvindo-o, fiquei a imaginar, não sei bem o porquê, Frei Henrique de Coimbra e a primeira missa que se rezou em terras de Santa Cruz... (19 – 8 – 42).

VI

Quando cheguei a Goiânia, a 30 de junho, para tomar parte, como Delegado do Diretório Regional de Geografia do Rio Grande do Norte, na V Assembléia Geral do Conselho Nacional Geográfico, e assistir às solenidades do seu batismo cultural, teria todos os motivos para a expansão de estreitos contentamentos regionalistas, se fosse predisposto a tais perversões do nacionalismo...

Encerrara-se, dois ou três dias antes, o 8º Congresso de Educação, e nele um conterrâneo, nome de projeção nacional, tivera a mais alta atuação, pela sua cultura superior e pelo prestígio de sua simpatia pessoal. Quero referir-me ao Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, que presidiu os trabalhos daqueles certames e cujo nome sempre ouvi, em Goiânia, pontilhado das mais sugestivas referências de apreço admiração.

Os Congressos de Geografia e Estatística, promovidos pelo I.B.G.E., instalaram-se a 1º de julho, solenemente, em sessão conjunta, sob a presidência do interventor federal, passando posteriormente a funcionarem isoladamente.

Essas duas assembléias culturais e científicas puderam, ao final de suas reuniões, registrar êxitos definitivos e valiosos, – bem expressivos daquela “uniformidade da excelência dos trabalhos”, a que se referiu o engenheiro Leite de Castro, secretário geral do C.N.G., no seu discurso-relatório feito na conclusão das nossas atividades.

Vinte e três resoluções foram votadas na Assembléia de Geografia e desejo destacar as seguintes: a que dispõe a realização de expedições científicas anuais a pontos determinados do país; a que determina a publicação de uma Corografia do Brasil, utilizando-se a secção de estudos do C.N.G. e a documentação existente no seu arquivo; e a que cria o curso de informações à semelhança do C.N.E., mobilizando professores eminentes para conferências junto às Assembléias. Muitos outros importantes problemas foram ainda focalizados, discutidos, esclarecidos.

Entre as resoluções do Congresso de Estatística, lembro as que visam estabelecer nomenclatura brasileira de indústrias e de mercadorias, para o uso da Estatística Nacional; a que formula sugestões sobre a revisão do quadro territorial da República; a que determina providências para a publicação do “Vocabulário Brasileiro de Estatística”; a que reconhece a necessidade do levantamento da estatística da mobilidade e dá providências a respeito.

O conjunto das disposições aprovadas recebeu da inspiração ordenada e lógica de Teixeira de Freitas o rótulo magnífico de “Resoluções de Goiânia” e reflete, esplendidamente o espírito do lema, do I.B.G.E., – “coordenar cooperando”. (20 – 8 – 42).

VII

Sinto que devo começar por escrever, sem rodeios, que Mário Augusto Teixeira e Freitas, secretário geral do I.B.G.E. quando, pela primeira vez, penetrando-lhe o gabinete de trabalhos no Rio, o vi de

roupa e óculos escuros, debruçados silenciosamente sobre o “bureau”, deu-me, antes de tudo, a impressão de um grande pássaro triste.

Todavia, naquele homem de aparência modesta, algo tímida e ensimesmada, e de uma suprema delicadeza de gestos, de palavras e de atitudes, tive, posteriormente, em Goiânia, a oportunidade de constatar uma das mais sugestivas, poderosas e irradiantes expressões de valor cultural e de energia moral, que até agora me há sido dado conhecer, de par com uma capacidade ilimitada de atividades físicas e mentais.

Dotado de surpreendente visão organizadora e coordenadora, o prestígio, a nobreza e a força do seu idealismo contagiante e da sua inteligência contribuíram decisivamente para que o batismo de Goiânia atingisse os altos níveis culturais conseguidos, – e bem teve o relevo e as raras proporções intelectuais e espirituais de uma “oração da coroa” o notável discurso que proferiu na sessão oficial de inauguração da nova metrópole, do Cine-Teatro Goiânia.

Cristovão Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, foi o outro elemento sintonizador dos Congressos de Goiânia.

Orientador direto da Assembléia de Geografia, nele o “esprit de géométrie” se justapõe, exata e admiravelmente, ao “esprit de finesse”.

A importância, a autoridade, a grandeza dos organismos administrativos ou das instituições publicas decorrem sempre, em todos os casos, do mérito e da atuação dos homens responsáveis pela sua chefia e pelos seus destinos, e se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística cresce, cada dia, no respeito e na confiança da coletividade, não constitui um “X” de equação a resolver o motivo de tal ascendência. (21 – 8 – 42).

VIII

Delegado do Rio Grande do Norte à Assembléia de Estatística, Anfilóquio Câmara, meu companheiro de viagem ao país do Anhanguera, – companheiro excelente e exato, – teve naquele conclave um valioso

desempenho, em idéias, pareceres e iniciativas, fruto, aliás, de suas longas e bem aproveitadas experiências de estatístico.

Mas não apenas isso, nem também a organização do nosso “stand” na Exposição, organização que ele superintendeu com carinho e para a qual havia preparado, aqui em Natal material magnífico, em cartogramas, álbuns e quadros estatísticos, – mas não apenas isso, ia eu escrevendo, resumiu a atuação do Anfilóquio, em Goiânia.

Com o seu bom humor, a sua verve, o seu espírito, a sua alegria comunicativa, conhecidos e apreciados dos seus companheiros de Congresso, quase todos já participantes, como ele, em idênticos certames anteriores, o diretor do Departamento de Estatística deste Estado teria forçosamente que contribuir para sacudir e arejar os ambientes, mesmo os mais austeros. E isso ele o fez, em todos os sentidos, a bordo e em terra...

Eu não cheguei a assistir, mas vários amigos me descreveram, depois, os movimentados detalhes da sessão em que, inscrito para ler o relatório das atividades em 1941, do Departamento que dirige, Anfilóquio Câmara o teve de realizar.

Logo de início, o protocolo foi solenemente quebrado. Todos achavam impossível limitar o representante conterrâneo à leitura seca e rígida de um formalístico documento oficial. Acontecia, ainda, por coincidência curiosa, que o Dr. Teixeira de Freitas, secretário geral do I.B.G.E. , sempre infalível no comparecimento às sessões ordinárias e extraordinárias, estava momentaneamente ausente... Exigiu-se, então, do orador, uma exposição oral, improvisada e sem direito à consultas ao texto já escrito.

Para concluir, rapidamente, a história, creio que nem seria preciso dizer que Anfilóquio venceu brilhantemente e de maneira colorida e pitoresca, a “prova” imposta, debaixo de aplausos totais da assistência, embora largamente apartado e sob os mais diversos aspectos. (22 – 8 – 42).

IX

Durante a minha permanência em Goiânia, tive o ensejo de fazer novos e ilustres conhecimentos e amizades (e distingo, entre os mesmos, o professor Francis Ruellan, “docteur ès lettres”, ex-diretor de Estudos adjunto da Escola de Altos Estudos de Paris, lente da Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio, onde dá cursos especiais de Geografia, e perfeita expressão de “sorbonnard”, em quem minhas íntimas e amáveis influências de formação intelectual teimavam em ali assinalá-lo como a “presença espiritual da França”...), assistir solenidades da Semana Ruralista, efetuar passeios pitorescos, visitar a Exposição de Pecuária, a Feira de Amostras e a notável 2º Exposição de Educação, Cartografia e Estatística, organizada pelo I.B.G.E., ouvir conferências, ver filmes documentários e educativos, e comparecer naturalmente a varias festividades oficiais, sociais ou populares, além das sessões normais do Congresso de Geografia.

Evocando agora, no meu burgo familiar, esses dias cheios e movimentados, limitados, entre o seu início e o seu fim, por exaustivas trajetórias de trem através de quatro Estados, não contando o longo itinerário marítimo, sinto na memória como uma confusão caleidoscópica de homens, quadros, figuras, águas e paisagens, que se sucedem e se renovam e cujas perspectivas, volumes e cores perdem já as suas características naturais, entrosando-se numa tumultuária colcha de retalhos...

Quero destacar hoje, porém, um daqueles acontecimentos interessantes que pude testemunhar e que foi a Exposição dos municípios goianos, – importante e completa revelação das inenarráveis riquezas econômicas e possibilidades industriais e comerciais do país do Anhanguera.

Por demoradas e muitas vezes, isolei-me na contemplação dos seus *stands* – resumo em bloco de todo o Estado, – e em alguns dos quais objetos e pertences dos nossos irmãos índios, – arcos, setas, cocares, igaçabas, colares, plumas vistosas, instrumentos e coisas de usos doméstico, – lembravam, aqui e ali, ao nortista curioso, a existência de imensos tratos do nosso território ainda por conquistar e civilizar.

Dessas e de outras visões da nossa hinterlândia inexplorada, pensamentos e reflexões vários me povoaram o cérebro. Não restam dúvidas que já possuímos, na atualidade, “um Brasil violentamente impelido para diante”, para servir-me da feliz expressão do embaixador Macedo Soares. Mas o exemplo de Goiânia, plantada em pleno e difícil sertão central, graças ao esforço criador de um estadista esclarecido e constituindo-se imediatamente em poderosos núcleo irradiador de colonização e cultura, bem que deve ser aproveitado nas múltiplas sugestões e ensinamentos que ele provoca.

Porque somente assim chegaremos a concluir aquela total “ocupação do Brasil pelos brasileiros”, a que se referia o tenente-coronel Lima Figueiredo na brilhante conferência que sobre tão oportuno tema pronunciou, certa noite, na sede do Automóvel-Clube da capital goiana, para um auditório que reunia elementos dos mais diversos quadrantes da Pátria, uníssono, todavia, no mesmo entusiasmo e na mesma fé na grandeza dos destinos nacionais. (23-8-42).

X

Afinal, numa tiritante madrugada, tive de iniciar, de automóvel, até Leopoldo Bulhões, a viagem de regresso ao Rio.

Dentro das sombras nevoentas, em que as lâmpadas da iluminação publica abriam, aqui e ali, olhos sonolentos e melancólicos, a cidade dormia.

Por um instante, percorri, quanto alcancei com a vista, os múltiplos horizontes que me rodeavam, numa como ampla e silenciosa despedida ao país do Anhanguera, ao qual é bem possível que o destino não me leve jamais...

Pensei, então, na generosa e cordial acolhida, cheia do quente afeto brasileiro, que todos ali recebêramos, por parte das autoridades e também do povo, cujas características principais Leite de Castro resumiu, por todos nós, no testemunho destas duas justas expressões: simplicidade e franqueza.

– À proporção que me afastava da capital, o futuro daquele centro urbano ia-se desenhando e fixando, nítido, no pensamento.

Sim, tinha razão o presidente Getúlio Vargas, quando denominou Goiânia o “miradouro do Brasil”. Em verdade, naquele planalto conquistado à mataria bárbara, estava fincada uma atalaia, um marco decisivo, de onde se poderia abarcar e julgar a imensidão ainda inculta do oeste brasileiro.

Fonte e estímulo para as novas “entradas”, portadoras de civilização, Goiânia seria daí por diante como um permanente apelo e um esplêndido desafio ao gênio e à capacidade bandeirante e construtiva da nossa raça, – um signo a mais a impelir e orientar as gerações patricias no conhecimento e no aproveitamento da própria terra.

E se resolvo encerrar, aqui, nesta crônica, as minhas crônicas sobre o país do Anhanguera deixando, aliás, de muita coisa contar, é que, já indo longa a estrada, entendi tomar, ao menos uma vez, um conselho de Voltaire, magnífico conselho, seja dito de passagem, reencontrado, por acaso, num velho e amável livro que me acompanhou nessa minha maior e mais curiosa e pitoresca aventura histórica e geográfica: – “O segredo de entediar é querer dizer tudo...” (25 – 8 – 42).

Galeria de Fotos



Visita do vereador Rusemberg Barbosa e assessores ao IHGG.



Escritor Jorge Rodrigues Sena, Aidenor Aires e Paulo Nunes Batista na ocasião em que este fez a doação de seu acervo pessoal ao IHGG.



Saudoso associado Carlos Fernando Filgueiras Magalhães, quando votava na última eleição do IHGG.



Diretoria do IHGG em visita ao escritório do Senador Marconi Perillo, na ocasião em que ele ofereceu apoio às atividades do Instituto.



Comissão do IHGG em visita ao prefeito de Goiânia, Íris Rezende Machado.



Diretoria do IHGG recebe o sócio correspondente do Maranhão, Josemar Raposo.



Solenidade de entrega do troféu Tiokô pela UBE-GO, na sede do IHGG.



Bariani Ortencio entrega homenagem ao historiador José Asmar na noite de premiação da UBE.



Presidente Aidenor Aires na ocasião em que recebia o troféu Tiokô em nome do IHGG



Visita ao IHGG do deputado Thiago Peixoto, acompanhado do sócio titular PX Silveira.



Dirigentes de entidades culturais em visita ao Procurador do Estado Norival Santomé.

Relatório de Atividades

ATIVIDADES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS NO ANO DE 2009

- 08/01/09 Visita dos professores da Escola Educandário Pequenos e Peraltas da cidade de Tucumã – Pará.
- 13/01/09 Reunião de Diretoria do IHGG.
- 15/01/09 Visita do Sócio Correspondente do IHGG, escritor Paulo Nunes Batista, seu filho Eraldo Silva Batista e o escritor Jorge Senna para fazer a doação ao IHGG de sua obra completa e seu acervo pessoal.
- 27/01/09 Sessão Ordinária do IHGG. Posse de novos associados, lançamento da Revista Peruana de Arte e Cultura Kratius e palestra proferida pelos professores peruanos Manuel Velásquez Rojas e Beatriz Castro Romero.
- 09/02/09 Reunião do Presidente do IHGG Aidenor Aires e o Prof. Dr. Edward Madureira Brasil – Reitor da Universidade Federal de Goiás – com representantes da família Cunha Bueno para reapresentar o acervo por ela doado à UFG.
- 17/02/09 Entrega do Acervo de Alcenor Cupertino, doado ao IHGG por Sulamita Costa Wirth Chaibub, sobrinha dele.
- 18/02/09 Visita ao Departamento do Arquivo e Documentos da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.
- 26/02/09 Sessão Solene de Homenagem Póstuma à associada Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles.
- 02/03/09 Assembléia para eleição da nova Diretoria Administrativa e das Comissões Permanentes do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás para o Biênio 2009-2011.
- 05/03/09 Reunião com a Comissão de Avaliação do Projeto Arte e Criatividade do SESI, sob a Presidência de Bariani Ortencio.
- 13/03/09 Reunião da Comissão instituída pelo Presidente Aidenor Aires para oferecer ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás parecer conclusivo sobre a propositura encaminhada à Presidência pelo associado Amaury Menezes sobre a restauração do logradouro conhecido como Lago das Rosas.

- 19/03/09 Visita dos alunos da UNIFAN – Faculdade Alfredo Nasser – às dependências do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
- 20/03/09 Visita ao Senador Marconi Perillo, Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
- 01/04/09 Reunião do Conselho Editorial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás para decisões acerca da publicação da Revista nº 20.
- 02/04/09 Visita das Instituições Culturais Goianas ao Governador do Estado de Goiás, Dr. Alcides Rodrigues Filho, no Palácio das Esmeraldas.
- 02/04/09 Sessão solene de posse da nova Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, eleita para o biênio 2009-2011.
- 13/04/09 Reunião com o Prefeito de Goiânia, Dr. Íris Rezende Machado, Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, no Paço Municipal.
- 30/04/09 Reunião do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás sobre o núcleo de Memória Audiovisual e o acervo Salvador Farina.
- 18/05/09 Visita dos alunos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
- 29/05/09 Comemoração do aniversário do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, escritor Aidenor Aires
- 01/06/09 Reunião para entrega de um computador, doado pela Universidade Católica de Goiás, para o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
- 10/06/09 Visita e entrega de livros do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás ao Colégio Oscar Ribeiro da Cunha, em Rio Verde – Goiás.
- 10/06/09 Fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Rio Verde
- 17/06/09 Reunião da Comissão de Estruturação do Núcleo de Memória Audiovisual do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
- 30/06/09 Reunião para organização do I Simpósio de História e Saber Médico de Goiás.

- 31/07/09 Palestra do escritor Ivan Junqueira, Secretário Geral da Academia Brasileira de Letras.
- 5,6 e 7/08/09 I Simpósio de História e Saber Médico em Goiás.
- 10/08/09 Edição e lançamento da Revista do IHGG, nº 20.
- 10/08/09 Palestra “Conservação de Documentos: o sistema de gerenciamento termus climus”, pela Associação de Arquivologia do Estado de Goiás.
- 11/08/09 Reunião com a família do jornalista Jorge Taleb, para tratar da doação do seu acervo para o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
- 11/08/09 Reunião com a Comissão de Estudos acerca de Buenolândia
- 19/08/09 Homenagem ao escritor Domingos Felix de Souza
- 21/08/09 Reunião com a Comissão de Estudos acerca de Buenolândia
- 09/09/09 Reunião com a Comissão de Estudos acerca de Buenolândia
- 17/09/09 Sessão solene de posse de novos associados do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
- 17/09/09 Reunião para análise da possibilidade de fundação, em Nerópolis, do Instituto Histórico e Geográfico e Comissão Municipal de Folclore.
- 10/10/09 Visita dos alunos do ensino fundamental do Colégio Lyceu de Goiânia ao IHGG.
- 23/10/09 Sessão comemorativa do IHGG, com a palestra Dos Visões Brasileiras, proferida pelo Sócio Correspondente Internacional Prof. Wellington Castillo Sanchez; homenagens aos sócios Geraldo Coelho Vaz e Yvan Avena e aniversário do IHGG.

- 28/10/09 Reunião do Núcleo de Memória Audiovisual do IHGG
- 11/11/09 Reunião da Comissão Julgadora do Concurso da Logomarca do IHGG.
- 11/11/09 Publicação do livro “Goiás e a Vinda da Família Real para o Brasil – 200 anos”.
- 11/11/09 Reforma do Estatuto do IHGG.
- 15/11/09 Reunião de Confraternização entre Diretoria, sócios e convidados do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

SÓCIOS DO IHGG

Sócios Titulares

Cadeira n. 1

Patrono: Pedro Ludovico Teixeira

Titular: UBIRAJARA GALLI

Cadeira n. 2

Patrono: Maria Angélica do Couto Brandão

Titular: JUAREZ COSTA BARBOSA

Cadeira n. 3

Patrono: Francis Castenau

Titular: FRANCISCO ITAMI CAMPOS

Cadeira n. 4

Patrono: Guimarães Natal

Titular: EDUARDO JOSÉ REINATO

Cadeira n. 5

Patrono: Albatênio Caiado de Godoy

Titular: MARILDA GODOI DE CARVALHO

Cadeira n. 6

Patrono: Zoroastro Artiaga

Titular: RUY RODRIGUES DA SILVA

Cadeira n. 7

Patrono: Arlindo P. Cardoso

Titular: ELIZABETH ABREU CALDEIRA
BRITO

Cadeira n. 8

Patrono: Luís Antônio da Silva e Souza

Titular: MAURO BORGES TEIXEIRA

Cadeira n.9

Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim

Titular: FRANCISCO LUDOVICO DE
ALMEIDA NETO

Cadeira n. 10

Patrono: Gelmires Reis

Titular: MOEMA DE CASTRO E
SILVA OLIVAL

Cadeira n. 11

Patrono: Honestino Guimarães

Vaga

Cadeira n. 12

Patrono: Capistrano de Abreu

Vaga

Cadeira n. 13

Patrono: Pe. Luiz Palacin Gomes

Titular: JOSÉ PEREIRA DE MARIA

Cadeira n. 14

Patrono: Joaquim Bonifácio de Siqueira

Titular: ANTÔNIO TEIXEIRA NETO

Cadeira n. 15

Patrono: Emmanuel Pohl

Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS
SAMPAIO

Cadeira n. 16

Patrono: Auguste de Saint Hilaire

Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO

Cadeira n. 17

Patrono: Raimundo José da Cunha Matos

Titular: JADIR DE MORAES PESSOA

Cadeira n. 18

Patrono: Couto de Magalhães

Titular: MARTINIANO JOSÉ DA SILVA

Cadeira n. 19
Patrono: José Martins Pereira de Alencastre
Titular: HÉLIO MOREIRA

Cadeira n. 20
Patrono: Luiz Gonzaga de Faria
Titular: AIDENOR AIRES

Cadeira n. 21
Patrono: José Lobo
Titular: LUÍS ANTÔNIO ESTEVAM

Cadeira n. 22
Patrono: Sebastião Pompeu de Pina
Titular: AUGUSTA FARO FLEURY DE MELO

Cadeira n. 23
Patrono: Crispiniano Tavares
Titular: MÁRIO RIBEIRO MARTINS

Cadeira n. 24
Patrono: José Lopes Rodrigues
Titular: NEY TELES DE PAULA

Cadeira n. 25
Patrono: Luiz do Couto
Titular: JOSÉ AMAURY DE MENEZES

Cadeira n. 26
Patrono: Jarbas Jayme
Titular: JACY SIQUEIRA

Cadeira n. 27
Patrono: Manoel Onofre Andrade
Titular: LEDONIAS FRANCO GARCIA

Cadeira n. 28
Patrono: Bouyhan Helou
Titular: MARY JOSÉ YAZIGI

Cadeira n. 29
Patrono: Salomão de Vasconcelos
Titular: HELOISA SELMA FERNANDES CAPEL

Cadeira n. 30
Patrono: Clifford Evans
Titular: ALTAIR SALES BARBOSA

Cadeira n. 31
Patrono: Eurídice Natal e Silva
Titular: MARIA NARCISA DE ABREU CORDEIRO PIRES

Cadeira n. 32
Patrono: José Peixoto da Silveira
Titular: JOSÉ PEIXOTO DA SILVEIRA JÚNIOR

Cadeira n. 33
Patrono: Antônio Americano do Brasil
Titular: ROGÉRIO ARÉDIO FERREIRA

Cadeira n. 34
Patrono: Amália Hermano Teixeira
Titular: JOSÉ ÂNGELO RIZZO

Cadeira n. 35
Patrono: Moisés Santana
Titular: MARIA TEREZINHA CAMPOS SANTANA

Cadeira n. 36
Patrono: Ricardo Paranhos
Titular: NASR NAGIB FAYAD CHAUL

Cadeira n. 37
Patrono: Luís Cruls
Titular: HORIESTE GOMES

Cadeira n. 38
Patrono: Henrique Silva
Titular: GETÚLIO TARGINO LIMA

Cadeira n. 39
Patrono: José Honorato de S. Silva
Titular: LICÍNIO LEAL BARBOSA

Cadeira n. 40
Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira
Titular: ÁUREA CORDEIRO DE
MENEZES

Cadeira n. 41
Patrono: Maria Barbosa Reis
Titular: ANTÔNIO CÉSAR CALDAS
PINHEIRO

Cadeira n. 42
Patrono: Ministro Jorge Latour
Titular: BINÔMIO DA COSTA LIMA

Cadeira n. 43
Patrono: Cora Coralina
Titular: MARIA DO ROSÁRIO
CASSIMIRO

Cadeira n. 44
Patrono: Francisco Tosi Colombina
Titular: JOSÉ FERNANDES

Cadeira n. 45
Patrono: Cândido Mariano Rondon
Vaga

Cadeira n. 46
Patrono: Manoel Aires de Casal
Titular: WALDOMIRO BARIANI ORTÊNCIO

Cadeira n. 47
Patrono: Regina Lacerda
Titular: NICE MONTEIRO DAHER

Cadeira n. 48
Patrono: Rosarita Fleury
Vaga

Cadeira n. 49
Patrono: Joaquim Teotônio Segurado
Titular: ANA BRAGA

Cadeira n. 50
Patrono: Gerson de Castro Costa
Titular: NOÉ FREIRE SANDES

Sócios Correspondentes

Ademir Antônio Bacca
Adilson César
Ana Maria de Almeida Camargo
Andréa Luísa de Oliveira Teixeira
Antolinda Baía Borges
Antônio Miguel Chaud
Antônio Oliveira Mello
Arno Wehling
Bráulio Nascimento
Bento Alves Araújo Fleury Curado
Carlos Gomes de Carvalho
Carlos Granado Vieira de Castro
Carlos Humberto P. Correa
Célia Siqueira Arantes
Consuelo Pondé

Cybele Moreira de Ipanema
Djalma Silva
Domingos Pacífico Castelo Branco Ferreira
Dulce Madalena Rios Pedroso
Edmar Camilo Cotrim
Enélio Lima Petrovich
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Filadelfo Borges de Lima
Gilson Silva
Gustavo Neiva Coelho
Iapery Soares de Araújo
Itapuan Bôtto Targino
Jayme Lustosa de Altavila
João Alberto Novis Gomes Monteiro
José Faria Nunes

José Otávio de Arruda Mello
Luiz José Bittencourt
Manoel Rodrigues Ferreira
Marlene Gomes Velasco
Maria Helena de Amorim Romacheli
Mauro da Costa Lima
Melquíades Pinto Paiva
Oswaldo Rodrigues Póvoa
Paulo Nunes Batista
Ramir Curado
Sônia Maria Ferreira

Stella Leonardos
Terezy Fleury de Godoi
Umbelina Frota
Valdemes Ribeiro Menezes
Valdon Varjão
Vera Lopes Siqueira
Yasmin Jamil Nadaf
Yvan Avena
Zélia dos Santos Diniz
Zilda Pires da Silva
Wellington Aguiar

Sócios Correspondentes Internacionais

Esteban Alvarado Vera
Jaime Romanini Gainza
Manuel Valásquez Rojas

Maria Esther Robledo
Wellington Castillo Sánchez

Sócios Eméritos

Ático Vilas Boas da Mata
Cristovam Francisco de Castilho
Elder Camargo de Passos
Geraldo Coelho Vaz
José Mendonça Teles
Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Mari de Nazaré Baiocchi
Maria Augusta Callado di Saloma Rodrigues
Maria Augusta Sant'Ana de Moraes
Nancy Ribeiro de Araújo e Silva
Ursulino Tavares Leão

Sócios Beneméritos

Esther Barbosa Oriente
Gilberto Mendonça Teles
Humberto Crispim Borges

Sócios Honorários

Abílio Maranhão Gonçalves
Antônio de Souza Almeida
Armando Calheiros Accioli
Eliézer José Penna
Ely Camargo
Goiana Vieira da Anunciação
Goiandira do Couto
Hélio Seixo de Brito Júnior
Joffre Marcondes de Rezende
Jônathas Silva
Jorge de Moraes Jardim
Kleber Adorno

Leonardo Martins Normanha
Lourival Louza Júnior
Maria Abadia Silva
Milca Severino Pereira
Nelson Patriota
Pedro Paulo Montenegro
Pedro Wilson Guimarães
Terezinha Vieira dos Santos
Vilmar da Silva Rocha
Waldir Fernandes Madalena
Waldyr Eduardo Aidar
Walterdan Madalena

Presidente Ad Vitam
José Mendonça Teles

Presidente Honorário
Marconi Ferreira Perillo Junior

Presidente Perpetuo
Colemar Natal e Silva

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, órgão oficial de divulgação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás tem por fim a publicação de trabalhos de natureza cultural e científica, compreendendo: artigos, biografias, conferências, estudos sobre Patronos de cadeira, resenhas, discursos, cartas, entrevistas, comunicações, relatórios e documentos oficiais concernentes ao funcionamento do Instituto.

São colaboradores natos da Revista os Sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; poderão ser aceitos trabalhos elaborados por pessoas estranhas aos quadros do IHGG, versando sobre temas de interesse da Instituição ou que sejam realizados com material do acervo.

Em qualquer caso, os originais deverão ser apresentados com observância das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e das especificações que se seguem:

- 1 – Os textos devem estar completos, em redação definitiva, impressos em duas (2) vias em papel A4, fonte *times new roman*, e, também, em disquete ou CD (*Microsoft Word*). Cabe a(o) autor(a) a responsabilidade sobre o original enviado.
- 2 – Os originais serão apreciados por Comissão Editorial designada pelo Presidente do Instituto, a qual decidirá sobre a publicação dos mesmos.
- 3 – São de inteira responsabilidade do(a) autor(a) as opiniões emitidas, pois não refletem necessariamente o pensamento do IHGG e da Comissão Editorial.
- 4 – Os artigos de caráter científico deverão apresentar a seguinte estrutura: título, nome do(a) autor(a), titulação, filiação científica (se for o caso), resumo e palavras-chave.
- 5.1 – O resumo não deverá exceder a 250 (duzentas e cinquenta) palavras e as palavras-chave serão em número de, no mínimo, três (3) e, no máximo, cinco (5).

- 5.2 – No resumo, em línguas estrangeiras, evitar as versões feitas por programas de computadores, que não respeitam a sintaxe da língua portuguesa.
- 6 – As notas bibliográficas deverão ser colocadas no texto e as notas explicativas, no final do artigo com chamadas no texto.
- 7 – As citações devem obedecer às normas estabelecidas pela ABNT (NBR 10520). A citação superior a três linhas deverá ser apresentada com recuo de 4 cm da margem esquerda do parágrafo, sem o uso de aspas, em letra menor e menor espaço interlinear.
- 8 – A listagem de fontes do final do texto deverá ser intitulada como Referências, observando-se as normas estabelecidas pela ABNT na NBR 6023/2003. Serão mencionados apenas autores referenciados no corpo do trabalho, os quais deverão figurar em ordem alfabética nas Referências.
- 9 – Para ilustrações, a resolução adequada é de 720dpi, no formato *Bitmap*. Para fotografias, é de 300dpi, no formato *Tiff*. Não serão aceitas imagens capturadas por *internet*. Caso não seja possível a digitalização das imagens, elas devem ser apresentadas no original (*chromos*), formato 35mm (*slides*), 6 cm x 7,5 cm e 10 cm ou cópias fotográficas. Não escrever no verso da foto.
- 10 – Qualquer dúvida em relação aos originais recebidos será resolvida pelo Conselho Editorial da Revista, ouvido(a) o(a) autor(a).

Este livro foi impresso
na oficina da ASA EDITORA GRÁFICA / KELPS LTDA.
No papel: off-set 75g
www.kelps.com.br

A revisão desta obra é de responsabilidade dos autores.